Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2026 | Nº 26.097 | Preço banca: R$ 3,50

Banco do Brasil anuncia apoio a vítimas de enchente em MG

O Banco do Brasil (BB) anunciou um pacote de medidas emergenciais para apoiar moradores e empreendedores atingidos pelas fortes chuvas na Zona da Mata mineira. As ações incluem uma doação inicial de R$ 200 mil, medidas de flexibilização de crédito, renegociação de dívidas e apoio operacional aos municípios afetados.

A instituição acionou o protocolo do Programa Ajuda Humanitária e lançou uma campanha de mobilização social. A doação inicial será feita por meio da Fundação Banco do Brasil, destinada a instituições sem fins lucrativos da região, responsáveis pela compra e distribuição de alimentos, roupas, kits de higiene e materiais de limpeza.

As medidas contemplam moradores e empresas dos municípios de Juiz de Fora, Ubá e Matias Barbosa. Segundo o banco, mais de 159 mil clientes pessoas físicas e cerca de 9 mil pessoas jurídicas podem ser beneficiados.

Pessoas físicas

Entre as principais ações está a carência de até seis meses para início do pagamento em operações como BB Crédito Consignado e BB Crédito Salário. Página 3

Inflação do aluguel cai 0,73% em fevereiro

Página 3

Consórcio MEZ-RZK vence leilão para novo centro administrativo de SP

Página 2

Chuva mata 55 pessoas e mobiliza oito frentes de resgate em MG

A tragédia provocada pela chuva na Zona da Mata mineira contabiliza 55 mortes, segundo atualização divulgada na tarde da quinta-feira 26, pelo Corpo de Bombeiros. Ao todo, são oito frentes de trabalho em atuação, sendo seis em Juiz de Fora e duas em Ubá, com operações ininterruptas de busca e salvamento.

Em Juiz de Fora, o número de mortos chega a 49, com 11 pessoas ainda desaparecidas. Ao todo, 3 mil moradores estão desalojados e não há registro de desabrigados até o momento. Página 14

Orçamento estadual dispõe de R$ 10 mi para municípios em casos de calamidade pública

Foto/Divulgação/Governo de SP

Página 2

CPI do INSS aprova quebra de sigilo bancário de Lulinha em meio a bate-boca

Página 4

Provão Paulista impulsiona participação recorde de alunos do Ensino Médio no Saresp

Página 14

DÓLAR

Comercial	Turismo
Compra: 5,37	Compra: 5,16
Venda: 5,37	Venda: 5,34

EURO

Compra: 6,05
Venda: 6,06

Esporte

Rio Open 2026 recebe 70 mil pessoas e consagra João Fonseca e Marcelo Melo

A 12ª edição do Rio Open terminou com dois momentos marcantes na quadra central do Jockey Club Brasileiro. O argentino Tomás Etcheverry conquistou o título de simples, enquanto a dupla brasileira formada por João Fonseca e Marcelo Melo levantou o troféu de duplas diante da torcida carioca. Ao longo de nove dias, cerca de 70 mil pessoas passaram pelo complexo do evento, que mais uma vez reuniu grandes nomes do esporte e registrou forte impacto econômico, presença recorde de patrocinadores e uma ampla programação dentro e fora das quadras.

"Encerramos o Rio Open 2026 com chave de ouro, celebrando uma dupla campeã brasileira formada pelo já consagrado Marcelo Melo e por João Fonseca, que cresceu acompanhando o torneio e agora conquista o título em casa. Também tivemos uma apresentação emocionante de jovens ritmistas de escolas de samba, sob a regência de Pretinho da Serrinha e com participação de Miguelzinho do Cavaco, trazendo a alma do Rio para dentro do evento. O público nos mostrou, mais uma vez, por que o Rio Open é tão especial: tivemos a arena lotada ao longo de toda a semana, com uma energia única e uma atmosfera vibrante em todas as áreas do complexo. Foram dias de casa cheia, torcida engajada e uma experiência que vai muito além das quadras, reforçando nosso compromisso em oferecer um evento marcante para atletas, fãs e para a cidade" afirma Marcia Casz, diretora geral do Rio Open.

"Foi, sem dúvida, uma das melhores edições da história do Rio Open. Tivemos desafios que fazem parte de um evento ao ar livre, e a equipe trabalhou o tempo todo para garantir a melhor experiência possível ao público. Para mim, o sucesso está em sentir a energia da quadra, ver o público vibrando e vivendo o torneio e isso tivemos de sobra este ano. Mais do que números, o que fica é a atmosfera. Houve dias em que a energia da quadra foi simplesmente inesquecível", completa Luiz Carvalho, diretor do Rio Open.

Título brasileiro nas duplas marca a edição de 2026

João Fonseca e Marcelo Melo conquistaram, neste domingo (22), o título de campeões do Rio Open nas duplas. Os brasileiros mostraram poder de reação na final e bateram de virada o holandês Robin Haase e o alemão Constantin Frantzen por 2 sets a 1, com parciais de 4-6, 6-3 e 10-8, em uma decisão acompanhada de perto pelo público na quadra central Guga Kuerten.

O título teve um significado especial para os dois atletas. Para João Fonseca, carioca e um dos principais nomes da nova geração do tênis brasileiro, foi a primeira conquista no torneio jogando em casa. Marcelo Melo, por sua vez, conquistou o bicampeonato do Rio Open. Campeão em 2025 ao lado de Rafael Matos, o mineiro voltou ao topo desta vez formando parceria com João Fonseca, ampliando sua trajetória de sucesso no torneio. O troféu foi entregue por Andre Agassi, um dos maiores nomes da história do tênis mundial, que esteve presente no Rio durante a semana acompanhando o evento.

Na chave de simples, Tomás Etcheverry sagrou-se campeão ao derrotar o chileno Alejandro Tabilo por 2 sets a 1, com parciais de 3/6, 7/6(3) e 6/4, em uma final disputada na Quadra Central Guga Kuerten. Com a conquista, Etcheverry levantou seu primeiro título ATP justamente no Rio Open e deu sequência à hegemonia argentina no torneio, marcando o terceiro ano consecutivo com um campeão do país, após os títulos de Sebastián Báez em 2024 e 2025. O troféu foi entregue por Diego Schwartzman, campeão do Rio Open em 2018 e um dos nomes marcantes da história da competição.

Foto/ Fotojump

Agassi *entre os campeões de duplas Melo e Fonseca*

O Rio Open voltou a registrar números expressivos fora das quadras. O torneio reuniu cerca de 70 mil pessoas ao longo dos nove dias e alcançou o recorde de 44 patrocinadores em 2026, refletindo o crescimento da competição e o interesse cada vez maior de marcas em associar sua imagem ao evento.

O Leblon Boulevard, área de convivência e entretenimento do torneio, concentrou ativações, experiências interativas, lojas oficiais e opções gastronômicas, ampliando o engajamento do público e consolidando o evento como uma plataforma relevante de visibilidade e relacionamento.

Transmitido para mais de 140 países, o Rio Open segue fortalecendo sua posição como um dos principais eventos esportivos e de entretenimento do calendário brasileiro.

A edição de 2026 contou com a presença de Andre Agassi, que acompanhou o torneio ao longo da semana e participou da cerimônia de premiação das duplas. Durante sua passagem pelo Rio, o ex-número 1 do mundo também visitou a Escolinha de Tênis Fabiano de Paula, na Rocinha, projeto social apoiado pelo Rio Open, onde interagiu com crianças e jovens atendidos pela iniciativa.

A cerimônia de encerramento foi marcada pela execução do hino nacional por uma bateria formada por crianças e jovens ritmistas de escolas de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro, sob regência de Pretinho da Serrinha, com participação de Miguelzinho do Cavaco.

O Wheelchair Tennis Elite, apresentado por ALLOS, integrou a programação do torneio e reuniu três dos quatro principais nomes do ranking mundial da modalidade, incluindo o número 1 do mundo, o japonês Tokito Oda. O espanhol Martín de la Puente conquistou o título desta edição, em uma competição que ampliou a presença do esporte paralímpico no evento.

R9 Competições confirma seus oito pilotos para a temporada 2026 da Copa Truck

Uma das equipes mais tradicionais das corridas de caminhões pelo Brasil, a R9 Competições confirmou seus oito pilotos que vão representar a equipe ao longo da temporada 2026 na Copa Truck. O esquadrão será formado por Beto Monteiro, Danilo Alamini, Felipe Giaffone e Thiago Rizzo na classe Super Truck Pro, enquanto que na classe Super Truck Elite estará Nic Giaffone, além das três novidades: Rafa Lopes, Ricardo Alvarez e Vinícius Palma.

"Estamos muito animados e com uma grande expectativa para a nova temporada da Copa Truck. Nós teremos ótimos pilotos defendendo a nossa equipe e tenho certeza que vamos disputar o título da Pro e da Elite mais uma vez", diz Renato Martins, que é o fundador da R9 Competições.

Com mais de 25 títulos nacionais em competições de truck, a R9 Competições segue trabalhando na construção de seus caminhões Volkswagen Meteor para a temporada 2026. A equipe é a atual campeã da classe Super Truck Pro com Felipe Giaffone e foi fundamental para a conquista do título de montadoras em 2025 para a Volkswagen.

O campeonato será iniciado em 8 de março com a disputa da etapa de Campo Grande (MS), no Autódromo Internacional Orlando Moura.

Consórcio MEZ-RZK vence leilão para novo centro administrativo de SP

O consórcio MEZ-RZK Novo Centro venceu, na manhã da quinta-feira (26), o leilão de concessão para a construção e operação do novo centro administrativo do governo de São Paulo. O certame foi realizado na sede da B3, no centro da capital paulista, com a presença do governador Tarcísio de Freitas e do prefeito Ricardo Nunes.

Formado pelas empresas Zetta Infraestrutura, M4 Investimentos, Engemat, RZK Empreendimentos Imobiliários e Iron Property, o grupo ofereceu um desconto de 9,62% sobre a contraprestação pública mensal máxima, fixada em R$ 76,6 milhões. O consórcio derrotou a proposta do grupo Acciona-Construcap, que ofertou 5% de desconto.

A concessionária vencedora será responsável pela obra, operação e manutenção do complexo por 30 anos, incluindo serviços de limpeza, segurança e conservação. O investimento estimado é de R$ 6 bilhões.

Reabilitação urbana

Durante o evento, o governador Tarcísio de Freitas classificou o projeto como um "legado" para a capital. "Tínhamos uma meta de contratar R$ 220 bilhões de investimentos em quatro anos. Mas com os leilões de hoje e de amanhã (do sistema rodoviário da Rota Mogiana), a gente vai bater R$ 394 bilhões em investimentos, que vão se traduzir em obras, empregos e prosperidade", completou.

Foto/ Paulo Pinto/Agência Brasil

Tarcísio *de Freitas defende que o projeto vai revitalizar o centro de São Paulo*

Segundo o governador, a centralização das estruturas do estado em um único endereço, na região dos Campos Elíseos, trará eficiência administrativa e economia de tempo de deslocamento para 22 mil servidores.

"É um passo para a reabilitação do centro. Para nós, do ponto de vista financeiro, vale muito a pena porque vamos ganhar produtividade. Poderemos fazer investimentos com os imóveis que temos hoje espalhados pela cidade e que não nos atendem mais", afirmou o governador.

Tarcísio mencionou ainda que a medida integra o esforço de revitalização da região, citando a redução do fluxo de usuários de drogas na Cracolândia.

Protestos e segurança

O leilão ocorreu sob forte esquema de segurança. A Polícia Militar fez bloqueios nas ruas próximas à B3, impedindo a circulação normal de pedestres no centro histórico. De acordo com a PM, a atuação visou "evitar tumultos e preservar a ordem pública" devido a manifestações no Largo do Café.

Do lado de fora, movimentos como a Frente de Luta por Moradia (FLM) e a União dos Movimentos de Moradia (UMM) protestaram contra o projeto. Os manifestantes alegam que a obra provocará desapropriações compulsórias, remoção de famílias e valorização artificial de imóveis (gentrificação), prejudicando residentes de baixa renda.

Questionamento de moradores

Ao final do evento, uma moradora da região dos Campos Elíseos conseguiu acessar o prédio da B3 e questionou o governador sobre a falta de diálogo com a comunidade. "Sou uma das 800 moradoras que não foram ouvidas. O senhor diz que vai trazer vida para o centro, mas está expulsando pessoas que já moram, são proprietários e comerciantes", criticou a jornalista Jeniffer Mendonça, residente no bairro há 29 anos, desde que nasceu.

"A gente não vai conseguir se manter no centro com o valor que vai ser indenizado para a gente, considerando também a gentrificação", protestou Jeniffer.

Em resposta, Tarcísio de Freitas argumentou que grandes projetos de infraestrutura invariavelmente exigem desapropriações em nome do "bem coletivo" e que os casos vão ser analisados individualmente. "Ninguém será desassistido. A Constituição estabelece o rito para desapropriação mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Vamos cumprir rigorosamente a legislação e dar apoio para que encontrem o melhor imóvel", declarou.

Detalhes do projeto

O novo centro administrativo prevê a construção de sete edifícios e dez torres nos Campos Elíseos. O complexo abrigará o gabinete do governador, secretarias e órgãos estaduais que hoje ocupam mais de 40 endereços diferentes.

O projeto inclui:

Restauro de 17 imóveis tombados;

Ampliação das áreas verdes do Parque Princesa Isabel;

Destinação de 25 mil m² para comércio e serviços;

Construção de um novo terminal de ônibus.

O governo estima que a obra gere 38 mil empregos diretos e indiretos durante a fase de construção e 2,8 mil vagas permanentes no comércio local após a inauguração. Quanto aos prédios desocupados, como o Palácio dos Bandeirantes, o estado informou que avaliará caso a caso se serão vendidos, concedidos ou convertidos para habitação popular via retrofit. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Vários(as) vereadores(as) comemoram a Controladoria [do Falcão] conseguir a demissão do Gustavo Pires [agora ex-presidente da SP Turis]. O ex-vereador e prefeito Ricardo Nunes (MDB) afastou o agora ex-poderoso do Covas (PSDB)

.

PREFEITURA (São Paulo)

"Nada ficará oculto [tudo virá à tona] do que se faz na vida terrestre". Crente na Justiça Divina, é isso o que afirma o Rodolfo Marinho, que foi dirigente no Partido Social Cristão e agora é um demitido [secretário e depois adjunto de Turismo]

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Colar de Honra ao Mérito será entregue hoje - pelo deputado-presidente André Prado (PL) - ao ex-deputado federal Valdemar Costa Neto. O dono do PL quer emplacar Prado como vice na chapa pela reeleição do governador Tarcísio (Republicanos)

.

GOVERNO (São Paulo)

Ex-prefeito paulistano [não reeleito em 2016] Haddad (PT) pode ter que perder a chance de ser um dos 2 senadores eleitos em 2026, pra perder pela 2ª vez a eleição à governança paulista pro atual governador Tarcísio (Republicanos)

.

CONGRESSO (Brasil)

Leila Pereira [dona do banco Crefisa] e 1ª mulher a presidir o Palmeiras, foi convocada pela CPMI [de roubos ao INSS e aposentados]. Já o 'Lulinha', filho do Lula, teve seu sigilo bancário quebrado. Governistas reagem com imagens e 'VAR'

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O ex-prefeito paulistano Haddad (PT) pode ter que fazer o sacrifício de sofrer nova derrota [1ª em 2022] disputando o governo (SP). isso indica que o vice-presidente Alckmin (ex-PSDB no PSB) pode tentar a reeleição com Lula (dono do PT)

.

PARTIDOS (Brasil)

Podemos : conforme antecipamos [desde janeiro 2026], o deputado federal (SP) Antonio Carlos Rodrigues deixou o PL [no qual foi um dos fundadores] e filiou-se ao Podemos da colega [por SP] e dirigente Renata Abreu. ACR é profissional

.

JUSTIÇAS (Brasil)

OAB segue pedindo o fim do inquérito [das notícias falsas] que tramita no Supremo há quase 7 anos. Ainda Supremo : magistrados seguem fazendo lobby pra não perderem os 'penduricalhos', ora combatidos pelo ex-juiz federal Flavio Dino

.

ANO 34

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - Então, dali, buscarás ao Senhor, teu Deus, e o acharás, quando o buscares de todo o teu coração e de toda a tua alma" **Deuteronômio 4:29**

Orçamento estadual dispõe de R$ 10 milhões para municípios em casos de calamidade pública

Diante dos impactos provocados pelas chuvas no litoral paulista, com registros de alagamentos, deslizamentos e famílias desalojadas e mortes confirmadas pelas autoridades locais, os municípios têm à disposição o mecanismo dos Benefícios Eventuais, do Governo de São Paulo, para garantir apoio imediato às pessoas atingidas por situações de emergência ou calamidade pública.

Previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e regulamentados pelo Decreto nº 6.307/2007, os Benefícios Eventuais integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e funcionam como proteção social temporária. No estado de São Paulo, a operacionalização do cofinanciamento para situações de emergência e calamidade pública também está disciplinada pela Resolução 06/2025, da SEDS, que estabelece diretrizes para o repasse e a utilização dos recursos direcionados para esse fim.

Na modalidade de situação de emergência e calamidade pública, o objetivo é ampliar as ofertas de proteção e assegurar apoio às famílias que sofreram danos, perdas ou riscos decorrentes de desastres naturais ou eventos extremos, garantir a segurança alimentar e nutricional, promover a autonomia e a capacidade de superação das famílias atingidas.

Para 2026, estão previstos R$ 10 milhões no orçamento estadual destinados a calamidades e emergências, reforçando a capacidade de atendimento da rede socioassistencial em cenários como o enfrentado atualmente no litoral paulista.

Os benefícios podem ser concedidos de forma imediata a famílias atingidas por desastres, prioritariamente em forma de pecúnia (dinheiro), bens ou serviços, sendo priorizado o pagamento em dinheiro, respeitando a autonomia do usuário, conforme os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Para utilizar o cofinanciamento destinado a emergências e calamidades, o município deve:

1. Decretar situação de emergência ou calamidade pública, conforme a legislação vigente.
2. Enviar ofício com o formulário preenchido para requerimento dos recursos.
3. Identificar o número de pessoas desabrigadas, desalojadas e/ou em situação de rua, necessitando de alojamento provisório e proteção social.

Além disso, é fundamental que os municípios mantenham atualizados seus Planos de Contingência da Assistência Social, articular as redes locais para atendimento às pessoas atingidas e informar no sistema PMASWeb, os serviços nos quais os recursos foram alocados. Os critérios de concessão e os valores são estabelecidos pelo próprio município, respeitando sua regulamentação local.

Em contextos de desastre, o acionamento rápido desse instrumento é fundamental para garantir proteção imediata às famílias afetadas e assegurar condições mínimas de dignidade até a superação da crise. (Governo de SP)

São Paulo lidera exportações do agro brasileiro e abre 2026 com superávit de US$ 1,31 bilhão

Os números da balança comercial confirmam a relevância paulista no setor agropecuário brasileiro e mundial. Em janeiro, o setor registrou superávit de US$ 1,31 bilhão, resultado de US$ 1,84 bilhão em exportações frente a US$ 530 milhões em importações. O desempenho posiciona São Paulo como o maior exportador do agro brasileiro, responsável por 17,1% de todos os embarques do setor no país.

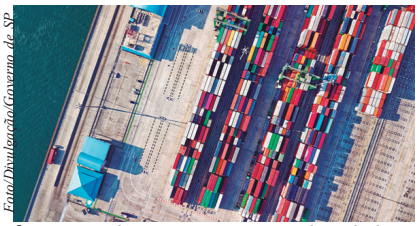
"São Paulo demonstra que liderança se constrói com eficiência, tecnologia e sustentabilidade. Nosso diferencial está na diversidade de culturas e na elevada produtividade em cada hectare plantado, que nos permite alcançar resultados expressivos e preservar a competitividade do agro paulista nos mercados internacionais. Esse desempenho é sustentado por investimento contínuo em inovação, pesquisa científica e boas práticas ambientais, consolidando um modelo que alia geração de riqueza, segurança alimentar e uso responsável dos recursos naturais", destaca o secretário de Agricultura e Abastecimento, Geraldo Melo Filho.

Mesmo com área territorial significativamente inferior a de outros grandes estados agrícolas, São Paulo lidera o ranking nacional, à frente de Mato Grosso (16,7%) e Minas Gerais (11,5%).

A participação do agro nas exportações totais do estado chegou a 40,9% em janeiro, enquanto as importações do setor representaram apenas 8% do total estadual, reforçando o peso estratégico do campo na balança comercial paulista.

O complexo sucroalcooleiro foi responsável por 25,3% do total exportado pelo agro paulista, totalizando US$ 465,32 milhões. Deste total, o açúcar representou 96,9% e o álcool etílico, etanol, 3,1%. Produtos florestais representaram 18,8% do volume exportado, com US$ 346,90 milhões, com 75,3% de celulose e 21,1% de papel.

O setor de carnes veio logo em seguida, com 16,6% das vendas externas do setor, totalizando US$ 305,81 milhões, com a carne bovina respondendo por 82,8%. Sucos responderam por 8,9% de participação, somando US$ 163,86 milhões, dos quais 96,1% são referentes ao suco de laranja, e o café, com 7,2% de participação na pauta de exportações, somando US$ 132,50 milhões, 76,7% referentes ao café verde e 19,5% de café solúvel. Esses cinco grupos representaram, em conjunto, 76,8% das exportações do agronegócio paulista. E na décima posição fica o complexo soja, teve participação de 2,7% do total exportado, registrando US$ 49,96 milhões, 29,8% referentes à soja em grão e 48,1% de farelo de soja, com previsão de crescimento nas vendas externas a partir de fevereiro/26 com o início da colheita.


Foto/Divulgação/Governo de SP

A *participação do agro nas exportações totais do estado chegou a 40,9% em janeiro, enquanto as importações do setor representaram apenas 8% do total estadual, reforçando o peso estratégico do campo na balança comercial paulista*

Vale dizer que as variações de valores, em comparação com o mesmo período do ano passado, apontaram aumentos das vendas para os grupos de produtos florestais (+22,8%), carnes (+11,6%) e complexo soja (+7,2%), e quedas nos grupos sucroalcooleiro (-25%), café (-20,4%) e sucos (-53,1%). Essas variações nas receitas do comércio exterior são derivadas da composição das oscilações tanto de preços como de volumes exportados.

A China segue sendo o principal destino das exportações, com 21,9% de participação, adquirindo principalmente produtos florestais, carnes, fibras têxteis e itens do complexo soja. A União Europeia vem em seguida com 18,1% de participação, e os Estados Unidos somaram 8,1% de participação.

No cenário nacional, o agronegócio paulista é líder de exportações, respondendo por 17,1% dos embarques do setor no Brasil. Em 2º lugar no ranking fica Mato Grosso (16,7%) e em seguida, Minas Gerais (11,5%).

A análise da balança comercial do agronegócio paulista é elaborada mensalmente pelo diretor da Apta, Carlos Nabil Ghobril, e os pesquisadores José Alberto Ângelo e Marli Dias Mascarenhas Oliveira, do Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Banco do Brasil anuncia apoio a vítimas de enchente em MG

O Banco do Brasil (BB) anunciou um pacote de medidas emergenciais para apoiar moradores e empreendedores atingidos pelas fortes chuvas na Zona da Mata mineira. As ações incluem uma doação inicial de R$ 200 mil, medidas de flexibilização de crédito, renegociação de dívidas e apoio operacional aos municípios afetados.

A instituição acionou o protocolo do Programa Ajuda Humanitária e lançou uma campanha de mobilização social. A doação inicial será feita por meio da Fundação Banco do Brasil, destinada a instituições sem fins lucrativos da região, responsáveis pela compra e distribuição de alimentos, roupas, kits de higiene e materiais de limpeza.

As medidas contemplam moradores e empresas dos municípios de Juiz de Fora, Ubá e Matias Barbosa. Segundo o banco, mais de 159 mil clientes pessoas físicas e cerca de 9 mil pessoas jurídicas podem ser beneficiados.

Pessoas físicas

Entre as principais ações está a carência de até seis meses para início do pagamento em operações como BB Crédito Consignado e BB Crédito Salário. Também foi liberada a possibilidade de repactuação de até quatro parcelas de financiamentos imobiliários e empréstimos com garantia de imóvel, com transferência dos valores para o fim do contrato.

Apoio às empresas

Para pessoas jurídicas, o banco oferece o Pula Parcela Emergencial PJ, que permite prorrogar até seis parcelas em linhas de capital de giro e no BB Financiamento PJ.

Também foi criada a linha de Reperfilamento PJ, com prazo de até 60 meses e carência de até seis meses para renegociação de dívidas de empresas afetadas.

Setor agropecuário

No campo, as medidas incluem alocação emergencial de recursos para crédito rural, tanto para custeio quanto para investimento, incluindo financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para construção e reforma de moradias rurais.

O banco informou ainda que simplificará a prorrogação de operações com base em alertas de safra por cultura e região. Parceiros e correspondentes bancários foram mobilizados para atendimento direto aos produtores. Além disso, haverá prioridade na análise de pedidos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Pagamentos, seguros e atendimento

O pacote também prevê estorno de juros, encargos, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e tarifas em operações nas áreas atingidas. O banco anunciou a ampliação temporária de limites para transações via Pix e a flexibilização para abertura e manutenção de contas.

No segmento de seguros, a BB Seguros iniciou contato direto com segurados por WhatsApp para orientar sobre abertura de sinistros e acionamento de assistências, com prioridade no atendimento aos municípios impactados.

Apoio aos municípios

O Banco do Brasil informou que mantém contato com as prefeituras das cidades afetadas para oferecer operações de crédito com tramitação prioritária. A instituição também orienta gestores a utilizarem o Cartão da Defesa Civil e disponibiliza solução para pagamento de benefícios às famílias atingidas.

Mobilização e doações

Além da doação inicial, a campanha conta com apoio da Livelo, que irá dobrar as doações de pontos realizadas até 31 de março de 2026 para a campanha "Enchentes MG".

A partir de 26 de fevereiro, as Associações Atléticas Banco do Brasil (AABB) de Minas Gerais passam a funcionar como pontos oficiais de arrecadação de itens como água mineral, produtos de limpeza, cobertores, roupas e calçados em bom estado.

Todo o recurso arrecadado será destinado à compra e distribuição de itens essenciais às famílias afetadas pelas enchentes.

Como doar

Dinheiro
Banco do Brasil (001)
Agência: 1607-1
Conta: 80.000-7
Chave Pix: pix.enchentesmg@fundacaobb.org.br
Pontos Livelo
Válidas até 31 de março de 2026.
Acesse o catálogo Livelo e selecione a campanha "Enchentes MG", da Fundação Banco do Brasil (Trocar Pontos > Doação > Todos os parceiros). (Agência Brasil)

Saída de Haddad do governo depende de reunião entre Lula e Trump

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira (25) que a data de sua saída do cargo dependerá da possível viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos para reunião com o presidente americano, Donald Trump.

Em entrevista a jornalistas, Haddad disse que pretende se reunir com Lula nesta quinta (26) para definir se integrará a comitiva presidencial. A expectativa é de que o encontro bilateral ocorra entre os dias 15 e 20 de março, embora ainda não haja confirmação oficial.

"Se eu for viajar, a data de saída é uma, se eu não for, a data é outra", declarou o ministro na portaria do Ministério da Fazenda, após retornar da Índia e da Coreia do Sul, onde acompanhou o presidente Lula.

Desde o fim de 2025, Haddad indica a intenção de deixar a pasta para colaborar com a campanha de reeleição de Lula. Inicialmente, ele cogitou deixar o cargo ainda em fevereiro, mas a mudança deve ficar para meados de março.

Antes de sair, o ministro pretende concluir estudos sobre alternativas de financiamento para a proposta de tarifa zero no transporte público, que devem ser apresentados até abril, e a regulamentação sobre a tributação de criptoativos.

Sucessão

O nome mais cotado para assumir o comando da Fazenda é o do atual secretário-executivo da pasta, Dario Durigan. Caso a mudança se confirme, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, assumirá a secretaria-executiva.

Apesar de descartar publicamente candidatura nas eleições deste ano, Haddad enfrenta pressão dentro do PT para disputar o governo de São Paulo ou uma das duas vagas para o Senado no estado. O ministro, no entanto, continua a dar declarações de que não quer disputar as próximas eleições. (Agência Brasil)

Governo Lula arrecada R$ 60 mil com leilões de três terminais portuários

Em um leilão pouco concorrido, o governo federal arrecadou pouco mais de R$ 60 mil com o arrendamento de três terminais portuários localizados no Amapá, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. O leilão aconteceu na tarde da quinta-feira (26) na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

A CS Infra arrendou o terminal MCP01, no porto de Santana (AP), com um lance de R$ 2 -a única proposta feita pelo ativo. O lance mínimo para cada um dos leilões era de R$ 1.

O terminal amapaense tem investimentos estimados em R$ 150,2 milhões, contrato de 25 anos e será usado para o escoamento da produção de grãos e de cavaco de madeira.

A Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) reverteu na Justiça o cancelamento do leilão do terminal amapaense. Anteriormente, nesta semana, a 4ª Vara Federal Cível da SJ-DF (Seção Judiciária do Distrito Federal) havia determinado a suspensão do certame a pedido da empresa Rocha Granéis, que atua no porto de Santana.

O Consórcio Portos do Sul arrendou o terminal POA26, em Porto Alegre, depois de oferecer um lance de R$ 10 mil, na única proposta apresentada.

O consórcio é formado pelas empresas Soluções Inteligentes Operadores Portuários e Simetria Logística.

O terminal no Rio Grande do Sul será destinado à movimentação e à armazenagem de granel sólido vegetal, com previsão de mais de R$ 21 milhões em investimentos. O arrendamento valerá por dez anos.

Já a mineradora Fomento do Brasil ofereceu R$ 50 mil pelo terminal NAT01, em Natal, que tem previsão de investimentos de cerca de R$ 55,17 milhões. O contrato é de 25 anos e tem foco no escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro.

A cerimônia ocorreu com um leilão a menos do que o previsto pelo Ministério de Portos e Aeroportos. Isso porque, neste mês, a Antaq suspendeu temporariamente o certame do terminal de passageiros do porto de Recife, que também seria arrendado nesta quinta.

O pedido de suspensão veio da própria autoridade portuária do Recife, que pediu revisão e consolidação de informações técnicas do projeto. Recentemente, houve mudança na gestão da autoridade portuária local.

O terminal do porto do Recife será destinado à movimentação de passageiros, com previsão de investimentos de R$ 2,3 milhões e prazo de 25 anos de concessão. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, o projeto visa fortalecer o circuito de cruzeiros do Nordeste, integrando Recife aos terminais de Fortaleza, Maceió e Salvador. (Folhapress)

Inflação do aluguel cai 0,73% em fevereiro

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), conhecido como inflação do aluguel, registrou queda de 0,73% em fevereiro, revertendo a alta observada em janeiro, quando havia avançado 0,41%. Com esse resultado, o índice passa a acumular queda de 0,32% no ano e de 2,67% em 12 meses. Em fevereiro de 2025, o IGP-M havia apresentado alta de 1,06% no mês, acumulando variação de 8,44% em 12 meses.

Os dados foram divulgados na quinta-feira (26) pela Fundação Getulio Vargas.

Em fevereiro, a taxa do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 1,18%, invertendo o movimento quando comparado à taxa de janeiro, de 0,34%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou taxa de 0,30% em fevereiro, inferior ao mês de janeiro, quando o índice tinha subido 0,51%. Segundo a FGV, entre as oito classes de despesa que compõem o índice, cinco apresentaram recuos em suas taxas de variação: Alimentação (0,66% para 0,17%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,60% para 0,12%), Educação, Leitura e Recreação (1,38% para 0,72%), Transportes (0,71% para 0,53%) e Vestuário (-0,16% para -0,43%). Em sentido oposto, os grupos Habitação (0,06% para 0,33%), Despesas Diversas (0,17% para 0,37%) e Comunicação (0,00% para 0,01%) tiveram aumentos

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,34% em fevereiro, desacelerando em relação ao mês anterior, quando registrou alta de 0,63%. O grupo Materiais e Equipamentos recuou de 0,35% para 0,30%; o grupo Serviços aumentou de 0,25% para 0,36%; e o grupo Mão de Obra diminuiu de 1,03% para 0,39%.

Segundo o economista da FGV, André Braz, o IPA, índice de maior peso no IGP, registrou forte queda em fevereiro, puxada pelo recuo dos preços de commodities relevantes. No período, minério de ferro (-6,92%), soja (-6,36%) e café (-9,17%) apresentaram retrações expressivas. Os demais componentes do IGP-M também avançaram em ritmo mais contido do que no mês anterior.

"No varejo, o IPC desacelerou com a perda de intensidade das altas nas mensalidades escolares. Já na construção civil, a inflação da mão de obra perdeu fôlego em relação a janeiro," afirma Braz. (Agência Brasil)

Rombo de R$ 1 bi no caixa do DF dificulta socorro ao BRB, e ajuda da União deve ser inevitável

O governo do Distrito Federal fechou o ano de 2025 com um rombo de R$ 1 bilhão em seu caixa, um quadro de fragilidade que agora dificulta a injeção de recursos no BRB (Banco de Brasília) e deve tornar inevitável a necessidade de ajuda da União para resolver o problema.

O banco estatal, controlado pelo DF, precisa de um aporte para fazer frente às perdas decorrentes de operações feitas com o Banco Master e que hoje estão sob investigação da Polícia Federal por suspeita de fraude.

A falta de dinheiro para socorrer a instituição financeira cria um impasse político para o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), que pretende concorrer ao Senado Federal e tem tentado se esquivar de pedir socorro ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para capitalizar o BRB.

A avaliação de que será inevitável para o DF pedir ajuda à União foi feita à reportagem por um integrante da equipe econômica e também por executivos de instituições financeiras, as quais o governo de Ibaneis Rocha tem consultado para tentar obter um empréstimo para bancar o aporte.

Dada a fragilidade das finanças, os bancos dificilmente aceitarão financiar o DF sem ter a União como fiadora da operação, honrando os pagamentos em caso de inadimplência. Na situação atual, porém, isso depende de o Ministério da Fazenda abrir uma exceção para dar garantia a uma unidade federativa com baixa capacidade de pagamento. Até agora, o governo do DF não pediu nenhum tipo de socorro à União.

Dados declarados pelo próprio DF ao Tesouro Nacional mostram que o caixa estava negativo em R$ 876,6 milhões no fim do ano passado, quando considerados apenas os recursos livres. Além disso, havia uma insuficiência de mais R$ 143,6 milhões no caixa do regime próprio de Previdência dos servidores distritais.

Uma terceira conta, a de recursos vinculados, estava positiva em R$ 1,59 bilhão, mas esse dinheiro não pode ser usado para cobrir o buraco das demais contas, justamente porque são valores carimbados para destinações específicas.

A situação é chamada tecnicamente de "caixa virado" e significa que o governo do DF assumiu obrigações em valores acima do dinheiro disponível em caixa. A comparação já inclui os chamados restos a pagar, despesas contratadas em orçamentos de anos anteriores que foram transferidas para 2026.

O estado também tem reportado um valor crescente de despesas de exercícios anteriores, uma rubrica diferente dos restos a pagar. Ela reúne gastos realizados pelo Executivo em montante acima do autorizado no Orçamento aprovado pela Câmara Legislativa do DF. E como se a despesa ficasse, temporariamente, fora do Orçamento. Desde 2023, essa fatura tem ficado acima de R$ 1 bilhão.

A reportagem questionou o governo do DF sobre as dificuldades de caixa, como isso afeta a capacidade estatal de socorrer o BRB e se há intenção de pedir ajuda ao governo federal. Não houve resposta até a publicação deste texto. O Ministério da Fazenda não quis se manifestar. O BRB não respondeu.

Um auxiliar do ministro Fernando Haddad (Fazenda) comparou a situação do DF a um caso clássico de iminência de colapso financeiro, como ocorreu no passado com o estado do Rio de Janeiro.

O quadro de dificuldades chama a atenção, pois o Distrito Federal recebe repasses bilionários da União por meio do FCDF (Fundo Constitucional do DF), criado para custear ações de segurança, saúde e educação naquela que é a sede administrativa do governo federal. No ano passado, o Tesouro repassou R$ 25,7 bilhões via FCDF, em valores atualizados, e neste ano o montante vai ultrapassar os R$ 28 bilhões.

Nos últimos meses, a gestão de Ibaneis atrasou repasses a hospitais (que chegaram a fechar leitos e negociar interrupção no fornecimento de insumos), numa das consequências mais visíveis da falta de dinheiro em caixa.

O diagnóstico na área econômica e também entre os banqueiros de instituições privadas e públicas é que, por causa da política, Ibaneis está evitando pedir ajuda ao governo Lula. A expectativa é que o governador tente empurrar o problema ao máximo, mas isso tem agravado a situação de liquidez do BRB.

Segundo o Banco Central, o montante necessário para a instituição cobrir as perdas decorrentes do caso Master pode chegar a R$ 5 bilhões. Para interlocutores de outros bancos, no entanto, esse valor pode ser superado. Na terça-feira (24), o governo do DF apresentou uma nova versão do projeto de lei para socorrer o BRB com um limite de R$ 6,6 bilhões para operações de crédito.

Técnicos do Tesouro apontam que, para conseguir um empréstimo para capitalizar o BRB, Ibaneis teria que apresentar aos bancos garantias consideradas líquidas (de fácil recuperação), como receitas próprias ou de transferências, mas ficaria sujeito a custos maiores com taxa de juros. Outra opção é o DF pedir uma exceção ao Tesouro para contratar um empréstimo com garantia da União, hipótese em que o governador teria que reconhecer publicamente o tamanho do rombo do BRB ocorrido durante sua gestão.

A estratégia de Ibaneis até agora é tentar emplacar imóveis do DF para venda ou prestação de garantia a essas operações, o que é visto com ceticismo por técnicos (por serem ativos menos líquidos) e também enfrenta resistências políticas na Câmara Legislativa. Outra alternativa seria capitalizar o BRB com os imóveis, o que não resolve o problema: apesar de fortalecer o patrimônio do banco, esses ativos não melhoram seu caixa nem geram recursos imediatos para a instituição seguir honrando suas obrigações.

O governo de Ibaneis também tenta negociar a venda de carteiras de crédito do BRB para outras instituições financeiras, que ficariam com o direito de receber esses recursos no futuro em troca de um pagamento imediato ao banco do DF.

Como revelou a Folha de S. Paulo, os bancos públicos federais não receberam autorização do Ministério da Fazenda para ajudar o BRB mediante a compra de carteiras de créditos e outros ativos.

Pessoas a par do tema informaram à reportagem que a Caixa Econômica Federal está fazendo uma due diligence (investigação minuciosa de riscos e oportunidades de um investimento) em carteiras do BRB, mas não comprou nenhum ativo.

Técnicos afirmam que a venda das carteiras, se concretizada, pode representar um fôlego de curta duração. Embora haja ingresso imediato de recursos no caixa, o BRB precisaria vender as carteiras com desconto em relação à arrecadação esperada, e esse abatimento precisa ser reconhecido no balanço como perda. Além disso, o mais provável é que os bancos tenham maior interesse pelas carteiras de melhor qualidade. Ou seja, a médio e longo prazo, o BRB acumularia mais perdas e créditos de qualidade duvidosa. (Folhapress)

TCU manterá fiscalização sobre fundos de pensão com patrocínio público, decide STF

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, na terça-feira (24), que o TCU (Tribunal de Contas da União) deve continuar fiscalizando os fundos de pensão patrocinados por empresas e bancos estatais.

Por unanimidade, os ministros negaram um mandado de segurança ajuizado pelo Sindicato das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, órgão patronal que representa os fundos fechados de previdência.

O sindicato argumentava que esses fundos de pensão já são fiscalizados pela Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), vinculada ao Ministério da Previdência Social, e que, portanto, a supervisão do Tribunal de Contas seria desnecessária.

Nos bastidores, representantes do setor reclamam da dificuldade de atender simultaneamente pedidos de informação formulados por duas entidades, sendo que o TCU teria pouca experiência de fiscalização da área.

Na decisão desta terça-feira, porém, os ministros acompanharam o entendimento de Cristiano Zanin, que em outubro já havia negado o mandado de segurança em decisão monocrática.

O ministro entendeu que, por serem patrocinados por estatais, os fundos de pensão são alimentados com dinheiro de origem pública, o que garante a prerrogativa do TCU de investigá-los.

O ministro destacou que a União pode responder por eventuais déficits nos fundos de pensão patrocinados por recursos públicos segundo ele, o governo federal colocou R$ 9,47 bilhões para equacionar déficits em fundos fechados entre 2015 e 2022.

O mandado de segurança rejeitado nesta terça-feira foi ajuizado depois da decisão do Tribunal de Contas da União de abrir uma apuração contra fundos de pensão patrocinados por empresas públicas, como a Previ (Banco do Brasil) e a Petros (Petrobras).

Em fevereiro de 2025, o TCU abriu apuração em caráter de urgência para avaliar as contas do Previ, que paga aposentadorias complementares para os funcionários do Banco do Brasil. O prejuízo acumulado de R$ 14 bilhões no plano 1 do fundo entre janeiro e novembro de 2024 motivou a auditoria.

A pressão culminou na renúncia de João Fukunaga, então presidente do fundo, em outubro de 2025. (Folhapress)

Mesada e pensão são isentas do Imposto de Renda; entenda

A mesada paga pelos pais aos filhos é isenta do Imposto de Renda, segundo a Receita Federal, e não é considerada pelo fisco para contabilizar aumento de patrimônio. A mesma regra é válida para a pensão alimentícia, que não tem cobrança no IR de quem recebe.

Nota divulgada pelo órgão diz rebater afirmações de que esse dinheiro dado aos filhos —de forma habitual ou não— seria utilizado para acréscimo de patrimônio.

"Mesada, aquele valor módico entregue pelos pais para que os filhos paguem por pequenas despesas, como lanches e passeios, não é renda nem acréscimo patrimonial, nem mesmo doação, como afirmam alguns supostos especialistas", diz a Receita.

"Os pais portanto não precisam se preocupar com as mesadas."

Já no caso da pensão alimentícia, decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) isentou a cobrança do IR que ocorria antes no caso de filhos e cônjuges que recebiam o dinheiro. O valor, no entanto, precisa ser informado se o contribuinte estiver obrigado a declarar o IR.

No caso de quem paga a pensão alimentícia, há direito de deduzir este valor na declaração do IR, o que pode aumentar a restituição ou diminuir o imposto a pagar. Mas só é dedutível a pensão paga após acordo registrado em cartório ou quando há decisão judicial. É preciso ter o processo ou a escritura pública que comprovem o pagamento.

QUAL É O PRAZO PARA DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA 2026?

Ainda não há data exata, mas fontes disseram à Folha que o período de entrega da declaração do Imposto de Renda 2025 deverá ser de 16 de março a 29 de maio.

A intenção do fisco é fazer como ocorre desde 2023 e liberar a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda com o máximo de dados possível, por isso, o prazo não tem começado mais no primeiro dia útil de março.

Quem opta pela pré-preencida entra na fila de prioridade da restituição, que inclui ainda contribuintes que recebem os valores por Pix, idosos acima de 60 e 80 anos, professores cuja maior fonte de renda é o magistério e cidadãos portadores de deficiência física ou mental ou doença grave.

Para abastecer os supercomputadores da Receita com dados dos contribuintes, as empresas têm esta sexta (27) para liberar os informes de rendimentos aos contribuintes. (Folhapress)

Concessão de hidrovias na Amazônia continua em estudos, diz ministro

Mesmo após o governo federal ter revogado o decreto sobre a concessão das hidrovias na Amazônia, o tema ainda continua em estudos, disse na quinta-feira (26) o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

"O governo tomou a decisão para que fosse suspenso aquele decreto, mas isso não vai impedir o trabalho da Secretaria de Hidrovias. Os estudos todos eles permanecem", disse o ministro.

O decreto suspenso pelo governo previa estudos para a concessão à iniciativa privada da Hidrovia do Rio Tapajós e de outros dois rios amazônicos – o Madeira e o Tocantins. Por mais de um mês, os indígenas organizaram protestos contra o decreto. Eles chegaram a ocupar o escritório da multinacional do agronegócio Cargill, no Porto de Santarém, às margens do Rio Tapajós, e lideraram protestos também em São Paulo e na capital federal, com um grupo de indígenas acampado em Brasília.

Depois de participar dos leilões de arrendamentos portuários na tarde desta quinta-feira na B3, na capital paulista, o ministro defendeu que é preciso "respeitar a decisão da maioria do governo".

Silvio Costa disse que o decreto foi revogado em razão do "risco de vida" que a intensificação dos protestos poderia trazer. No entanto, destacou, que "não se pode permitir que manifestações como essas atrapalhem o desenvolvimento do Brasil".

"Nós estamos com cinco estudos, dos quais dois no BNDES e três na Infra S.A. Os estudos estão acontecendo e nós vamos fazer as consultas públicas. E agora através da secretaria, vamos ampliar o diálogo com a população, com os movimentos sociais, com o setor produtivo, para que a gente possa continuar avançando nessa agenda hidroviária do Brasil", disse.

O ministro garantiu que nenhum movimento será feito sem diálogo com a sociedade. "O governo tem, na minha opinião, que tomar outras medidas, mas sempre preservando o diálogo. Mas nós não podemos permitir que manifestações como essa atrapalhem o desenvolvimento do Brasil".

Em entrevista coletiva após participar dos leilões na B3, que concederam três terminais portuários, o ministro destacou que o governo pretende, ainda neste ano, realizar os leilões do terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon 10) e o do Porto de São Sebastião. Os cronogramas, no entanto, ainda não foram estabelecidos pelo ministério. (Agência Brasil)

Tanure faz acordo com XP e Sabesp para encerrar disputa na Emae

O empresário Nelson Tanure, a Sabesp e a XP celebraram acordo para encerrar um processo de execução de garantias de dívida que resultou na venda da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), no final do ano passado.

Em petição feita à 1ª Vara Empresarial e de Conflitos do Foro Central de São Paulo, os envolvidos afirmaram ter feito uma "composição amigável" para encerrar o litígio. No processo, o fundo Phoenix, que comprou a Emae do governo de São Paulo em 2024 por pouco mais de R$ 1 bilhão, reclamava da execução antecipada de dívidas que fizeram com que Tanure perdesse o controle da Emae para a Sabesp.

Procurados, Tanure e Sabesp não quiseram comentar. A XP não se manifestou.

À época do acordo, feito em 2024, o fundo Phoenix, ligado a Tanure e o empresário Tercio Borlenghi, da Ambipar, emitiu debêntures que totalizavam R$ 520 milhões. Participaram do negócio a XP e a Vórtx DTVM.

O dinheiro seria utilizado na compra da Emae e a operação contou com garantias dadas pelos empresários, incluindo a alienação de ações da Ambipar.

O primeiro pagamento de juros estava previsto para setembro de 2025. Em abril de 2025, porém, as partes iniciaram negociações para reestruturar a dívida e postergar o início dos pagamentos do principal e dos juros.

Nesse intervalo, em meio à crise de liquidez da Ambipar, a XP comunicou o encerramento das negociações com o fundo Phoenix e convocou uma assembleia de debenturistas, na qual foi declarado o vencimento antecipado da dívida, estimada em R$ 656 milhões.

Desde então, os advogados de Tanure tentavam na Justiça a reversão da execução da dívida, bem como barrar a venda da Emae para a Sabesp, feita em outubro.

Juridicamente, o caso era praticamente irreversível, já que Tanure perdeu liminares na Justiça de São Paulo e órgãos de fiscalização, como o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a Aneel, haviam aprovado a compra pela Sabesp -ambas as decisões foram proferidas em definitivo no mês passado.

Apesar da conclusão do caso por parte dos órgãos de fiscalização, o que, na prática, encerrava a disputa judicial sobre a propriedade da Emae, a questão financeira permanecia em aberto: os juros do saldo devedor da dívida ainda corriam com a XP, que tinha direito a receber cerca de R$ 90 milhões e ações de Tanure e Borlenghi na Ambipar.

Para encerrar o conflito, Tanure desistiu dos processos que tinha protocolado em São Paulo e no Rio de Janeiro em troca da liberação das garantias detidas pela XP. A informação foi dada inicialmente pelo Pipeline e confirmada pela Folha.

A Sabesp fez um acordo separado com o empresário, com uma espécie de pagamento de valores a depender do desempenho da Emae nos próximos meses, segundo pessoas envolvidas no tema. O acordo foi visto como uma "saída honrosa" para Tanure.

Na segunda-feira (23), a Emae comunicou ao mercado a eleição do novo conselho de administração da empresa. Para a presidência do conselho, cargo que antes era ocupado por Tanure, foi eleito Carlos Augusto Piani, atual CEO da Sabesp.

Além dele, foram nomeados outros conselheiros para vagas que eram ocupadas por nomes de Tanure. Da gestão anterior, permaneceram somente dois conselheiros -um eleito por detentores de ações preferenciais e outro nomeado pelos empregados da Emae.

Todas as votações de trocas da chapa única proposta pela Sabesp foram feitas por unanimidade de votos dos acionistas da companhia. (Folhapress)

Motta quer excluir referendo sobre redução da maioridade penal para facilitar aprovação de PEC da Segurança

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou a aliados que tentará retirar a redução da maioridade penal para crimes violentos do texto da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Segurança Pública. Na quinta-feira (26), o parlamentar também avisou aos líderes da Casa que não deseja "contaminar" a discussão com qualquer tratativa sobre carreiras das forças de segurança.

A ideia de Motta, segundo interlocutores ouvidos pela Folha de S.Paulo, é construir um texto possível de ser aprovado sem maiores dificuldades. Na reunião de líderes desta quinta, ficou acordado que a PEC da Segurança seria votada na próxima quarta-feira (4) tanto na comissão especial que discute o tema quanto no plenário. Para isso, seria necessário cortar os trechos mais polêmicos.

Após a reunião, o relator da PEC da Segurança, Mendonça Filho (União-PE), afirmou que a redução é o tema com maior entrave, com posição contrária das bancadas do PT e do PSOL. "Temos uma única grande divergência, com a bancada de esquerda, que é contra a redução da maioridade final para 16 anos", disse o deputado.

Pela proposta de Mendonça, seria feito um referendo sobre a redução da maioridade para crimes violentos na eleição municipal de 2028. Somente em caso de adesão da população à ideia ela seria implementada.

"Eles têm uma dificuldade muito grande em encarar essa matéria. Respeito, e o debate pode se dar com alguma negociação. Eu insisto na manutenção do texto, porque eu acho que esse é um clamor social. Ninguém está reinventando a roda", completou Mendonça.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), adiantou que "a tendência é sermos contra a maioridade penal", mas afirmou que a base ainda se debruçará sobre o tema até a próxima segunda-feira (2). "Isso tudo nós vamos debater. Nossa prioridade é votar a PEC da Segurança na próxima semana. Assim como suamos para aprovar o PL Antifacção, vamos conversar para construir um acordo com o relator", disse o parlamentar.

Guimarães também destacou que o governo precisa ser ouvido, por ser o autor do projeto e considerá-lo prioritário para 2026. "A PEC será votada de todo jeito, os temas polêmicos serão discutidos. A PEC foi encaminhada a esta Casa como proposta do governo, queremos manter a espinha dorsal", completou.

O líder do PSOL, Tarcísio Motta, disse à Folha de S.Paulo que "o debate 'plebiscitário' vai nos levar a confundir justiça com vingança". "Direitos fundamentais não devem ser submetidos a plebiscito, porque são 'contramajoritários'. Movida por um tema que desperta tantos sentimentos, a população acaba decidindo por retirar um direito fundamental da constituição", explicou.

Caso a redução da maioridade penal para crimes hediondos seja mantida na proposta, o PSOL afirma que não participará de acordo e tentará obstruir a votação tanto na comissão especial quanto no plenário.

A maioridade penal no Brasil é definida pela Constituição, que estabelece que menores de 18 anos são penalmente inimputáveis e sujeitos a legislação especial como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Quando cometem atos infracionais, adolescentes são alvos de medidas socioeducativas.

No início de fevereiro, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington Lima e Silva, disse que não acha um problema uma consulta popular.

"Não se pode dizer que uma modalidade de consulta popular como exercício de democracia direta seja em si mesma um mal. A ideia de colocar para a sociedade brasileira esse debate é uma ideia legítima e bem orientada", disse.

MUDANÇA SOBRE PISOS SALARIAIS

De acordo com líderes que participaram da reunião com Motta, o presidente também afirmou que quer evitar discussões sobre categorias de agentes da segurança pública. O presidente da Câmara afirmou que incluir na PEC qualquer mudança sobre pisos salariais poderia contaminar um projeto que reestrutura o setor com debates sobre valores.

Parte da bancada da bala pressiona pela inclusão da discussão sobre pisos salariais na PEC da Segurança Pública. O líder da oposição, Cabo Gilberto Silva (PL-RN), afirmou em entrevista à Folha de S.Paulo, em janeiro, que trabalharia contra o texto.

"Não concordamos. Teremos confusão de categorias, estou trabalhando contra a PEC. Não existe PEC sem valorização profissional. Sem resolver isso, como cobrar segurança? Deveria ter um piso nacional para policiais. Há estados que pagam R$ 12 mil e outros que pagam R$ 4.000. É preciso algo em torno de R$ 7.000", afirmou.

Além da proposta de redução da maioridade penal, o texto prevê transformar a PRF (Polícia Rodoviária Federal) em uma polícia com atuação em todos os modais logísticos (rodovias, ferrovias e hidrovias federais) e permite seu apoio a estados em casos de calamidade ou requisição.

Prevê ainda a constitucionalização do Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional. Dessa forma, proíbe o bloqueio ou limitação de empenho desses recursos para garantir a continuidade de projetos estruturantes.

O texto permite ainda que municípios com mais de 100 mil habitantes transformem suas Guardas Municipais em polícias de natureza civil, focadas no policiamento comunitário e sujeitas a controle externo do Ministério Público.

Segundo o relator, o texto ainda passará por uma nova rodada de negociações com representantes de diferentes bancadas da Câmara e do governo, o que abre espaço para eventuais ajustes na proposta. (Folhapress)

CPI do INSS aprova quebra de sigilo bancário de Lulinha em meio a bate-boca

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) mista do INSS aprovou, na quinta-feira (26), a quebra de sigilo bancário e fiscal de um dos filhos do presidente Lula (PT), Fábio Luís, conhecido no mundo político como "Lulinha".

Após a votação, alguns parlamentares entraram em confronto e precisaram ser separados. Aliados do governo tentaram protestar contra a aprovação na mesa diretora e a oposição reagiu. O deputado Luiz Lima (Novo-RJ) alegou ter sido atingido por socos e o deputado Rogério Correa (PT-MG) afirmou que o atingiu de maneira não intencional, ao ser empurrado, e lhe pediu desculpas.

A sessão chegou a ser suspensa por conta da confusão e, ao retomar, deputado federal Paulo Pimenta (PT) disse que iria pedir a anulação da votação por "quebra do regimento" ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O governista também afirmou que entraria com uma representação no Conselho de Ética da Casa contra o presidente da CPI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), por "fraudar o resultado da votação".

Viana negou o pedido de anulação feito na comissão e, em coletiva à imprensa, disse que o governo compareceu na comissão "com a decisão de blindar toda a pauta" da reunião.

"O governo veio pra cá com a decisão de que ou se coloca os nomes que eles querem todos ou se não se votaria nada. Eu só vou colocar em pauta nomes que estejam ligados diretamente à investigação. Eu não vou agir politicamente contra ninguém. E o resultado é que o jogo virou. Vieram pra cá tentando blindar toda a pauta, não tiveram os votos necessários", afirmou.

Segundo o presidente, os requerimentos para quebras de sigilo foram votados em bloco e o painel da CPI marcava quórum de 31 presentes. Ele diz que o governo teve 14 votos, e, portanto, não alcançou os 15 votos que seriam necessários para ter maioria.

"Ninguém saiu machucado, a oposição tem o direito de se manifestar, o governo também. Mas o que vale é o voto. No voto, o governo perdeu. Não houve manobra, não houve absolutamente nada. Eu segui o jogo e o regimento desde o início", completou.

Viana comemorou a aprovação da quebra de sigilo. "Quem ganhou foi o povo brasileiro, porque a pauta de hoje é uma das principais desta CPI. São todos os grandes envolvidos e nomes que têm contas a prestar."

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que houve "a prática corriqueira do bolsonarismo, uma tentativa de golpe". Ele disse que Viana não quis atender requerimentos do PT para investigar o BRB, pessoas ligadas a Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e a Romeu Zema (Novo), e portanto faz uma "investigação seletiva".

Os petistas afirmam que, no momento da votação, havia 21 parlamentares presentes, sendo que 14 votaram contra a aprovação das quebras de sigilo. Eles argumentam que imagens da TV Senado mostram quantos congressistas estavam presentes e quantos votaram de forma contrária.

"Em um ato golpista, de fraude, desonesto, eles fraudaram o resultado", disse Randolfe.

O requerimento de convocação foi feito pelo relator daCPI, o deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL). Ele alegou supostos pagamentos de um dirigente petista que teria recebido dinheiro de empresa citada nas investigações do caso dos descontos ilegais e transferido ao contador de Fábio Luiz.

Ele também afirmou que a necessidade de investigar Fábio Luis decorreria diretamente de mensagens interceptadas em que o lobista Antônio Camilo, conhecido como "Careca do INSS", ao ser questionado sobre o destinatário de um pagamento de R$ 300 mil à empresa de Roberta Luchsinger, que seria amiga de Lulinha, responde explicitamente tratar-se de "o filho do rapaz".

"A Polícia Federal aponta que essa é uma referência direta a Lulinha, sugerindo que Roberta atuaria como intermediária financeira para o repasse de vantagens indevidas. O grau de interferência e a tentativa de obstrução de justiça tornam-se nítidos quando, após a deflagração de fases da operação", disse, no ofício.

O grupo também aprovou a convocação do ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA), Gustavo Gaspar, que foi preso durante a operação Sem Desconto, que investiga desvios de aposentadorias do INSS. Ele teria assinado uma procuração de movimentação de contas bancárias e entregado para Rubens Oliveira, apontado como um dos operadores dos descontos irregulares.

Também foram aprovados os pedidos de convocação de Augusto Lima, ex-sócio de Daniel Vorcaro, dono do Master e elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e quebra de sigilo bancário e fiscal de empresas ligadas ao banco. (Folhapress)

Omint SEGUROS

OMINT SEGUROS S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 | SUSEP 02542

Relatório da Administração

A Omint Seguros S/A tem a satisfação de apresentar aos seus segurados, parceiros comerciais e acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025.

O setor de seguros mantém uma trajetória consistente de crescimento, reforçando seu papel estratégico na proteção patrimonial, financeira e pessoal, além de contribuir para o planejamento de longo prazo de pessoas e empresas.

Em 2025, a Omint Seguros registrou crescimento de 26% em prêmios, impulsionado pelo desempenho do Seguro de Vida Individual, que avançou 43% em relação a 2024. O Seguro de Vida em Grupo também apresentou evolução positiva, com alta de 13%, fortalecendo a diversificação do portfólio.

No seguro viagem, o plano Coletivo destacou-se com crescimento de 14% na comparação anual, refletindo a atenção das empresas à proteção de seus executivos e a demanda por soluções mais completas, com coberturas ampliadas e maior valor agregado.

Para sustentar esse desempenho, aperfeiçoamos e relançamos o portfólio de vida individual, tornando-o mais competitivo e alinhado às demandas do mercado. Em paralelo, expandimos nossa atuação em seguro viagem por meio da estruturação do canal operadora, ampliando alcance, eficiência comercial e oportunidades de crescimento.

A expansão para todas as regiões do Brasil segue como prioridade estratégica, apoiada por encontros, treinamentos, ações comerciais, projetos de comunicação e pela consolidação de novas parcerias em âmbito nacional.

Como parte desse movimento, lançamos um novo canal nas redes sociais dedicado a corretores, assessorias e agências parceiras, com foco na disseminação de conteúdo qualificado, no fortalecimento do relacionamento e na valorização do papel estratégico dos corretores.

Em 2025, também reconhecemos os profissionais de maior destaque com a participação na Convenção de Vendas Internacional, realizada em Tóquio, um país que integra tecnologia e tradição, valores alinhados aos princípios da Omint.

No mesmo exercício, a Companhia realizou investimentos relevantes em sua estrutura operacional, especialmente em serviços de Tecnologia da Informação (TI), o que resultou em um impacto financeiro de aproximadamente R$ 6,3 milhões. Esses investimentos foram fundamentais para a manutenção, modernização e fortalecimento da infraestrutura tecnológica, assegurando a continuidade das operações e preparando a empresa para ganhos de eficiência, escalabilidade e sustentabilidade no médio e longo prazo.

Para 2026, a Omint seguirá investindo em iniciativas voltadas a experiências cada vez mais personalizadas, seguras e convenientes, reforçando seu compromisso com a inovação. Entre elas, destaca-se a nova jornada do corretor, que integra CRM, inteligência artificial e gamificação para engajar, capacitar e potencializar resultados. Estruturada em fases de ativação, desenvolvimento e performance, a jornada contará com acompanhamento automatizado e consultivo.

A Companhia declara que os ativos financeiros são administrados de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os ativos avaliados ao custo amortizado, mantendo-os até o vencimento, no montante de R$ 115 milhões, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 678/2022.

Perspectivas

Em 2025, o mercado de seguros manteve um ritmo consistente de crescimento. Segundo projeções da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), o setor deve encerrar o ano com expansão de 8,5%, com expectativa de avanço de 8% em 2026, o que sinaliza um ciclo sustentado de desenvolvimento.

Dentro desse contexto, o segmento de seguros de vida individual apresentou desempenho especialmente robusto, com crescimento de 13,56% no período, segundo dados da FenaPrevi. A cobertura de Doenças Graves, passível de utilização ainda em vida, destacou-se com avanço de 19,29% entre janeiro e novembro de 2025, em comparação ao mesmo intervalo do ano anterior. Esse movimento reflete uma mudança relevante no comportamento do consumidor, cada vez mais orientado à prevenção, ao bem-estar e à segurança financeira ao longo das diferentes fases da vida.

O seguro viagem também apresentou evolução positiva em 2025. De acordo com dados acumulados até novembro, divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), o produto somou R$ 920 milhões em prêmios, o que representa crescimento nominal de 6,02% em relação ao mesmo período de 2024, evidenciando a retomada da mobilidade e a maior valorização da proteção em deslocamentos nacionais e internacionais. Para 2026, a expectativa é de continuidade do crescimento, acompanhando a expansão do turismo e a evolução do mercado.

Paralelamente, a inovação tecnológica seguiu como um dos principais vetores de transformação do setor de seguros ao longo de 2025. A ampliação do uso de inteligência artificial e de soluções baseadas em dados impulsionou ganhos significativos de eficiência operacional e redefiniu a jornada do cliente. Processos historicamente manuais tornaram-se mais ágeis e automatizados, ampliando a autonomia dos segurados e permitindo que as seguradoras ajustem produtos e serviços às necessidades reais dos brasileiros, com maior precisão e personalização.

No âmbito regulatório e jurídico, o setor avançou de forma significativa com a promulgação da Lei nº 15.040/2024, que entrou em vigor em dezembro de 2025. A nova legislação moderniza o arcabouço normativo ao substituir dispositivos do Código Civil e do Decreto-Lei nº 73, exigindo a revisão de produtos, processos e critérios de precificação. Para os consumidores, a expectativa é de maior clareza contratual e redução de conflitos; para os corretores, a nova lei reforça o papel consultivo e estratégico na orientação dos clientes.

Em síntese, 2025 consolidou-se como um ano de crescimento, inovação e modernização para o setor de seguros no Brasil, marcado pela evolução regulatória, pelo avanço tecnológico e por uma demanda cada vez mais sofisticada por soluções de proteção financeira e gestão de riscos.

Destinação dos Lucros

Conforme estatuto, o lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: (a) 5%(cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja o montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Seguradora; (b) 1% (um por cento) do lucro líquido auferido no exercício, ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas; e (c) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos atuou por meio de programas que apoiaram a estratégia, impulsionaram entregas e excelência operacional, promoveram a evolução na gestão de custos e contribuíram para iniciativas de atrativos.

Para isso foram realizados em 2025 (janeiro a dezembro):

• Treinamentos presenciais e através da ferramenta de e-learning, com trilhas de desenvolvimento para 500 colaboradores. Os treinamentos foram direcionados para trilhas obrigatórias (Prevenção a Fraudes e ao Crime de Lavagem de Dinheiro e Gestão de Riscos), reciclagem de processos, segurança da informação, LGPD, qualidade de vida, saúde e prevenção, integração e outros diversos temas.

Total de horas de capacitação: 19.820

• 500 ações de Comunicação Interna realizadas pelos canais: Portal Omint (intranet), TV's corporativas e *Yammer* (rede social corporativa), e informações enviadas regularmente pelo canal de e-mail corporativo.

• 38 ações do Programa de Qualidade de Vida, com participações nas frentes de Saúde e Esporte, com uma avaliação positiva de 94% na pesquisa de satisfação.

• Acompanhamento da produtividade e administração da rotatividade de nossos colaboradores

No Grupo Omint, adotamos como prática a valorização das mulheres em nossas equipes, refletida no respeito e no reconhecimento profissional presentes no dia a dia. Promovemos a igualdade de oportunidades, reconhecendo competências e fortalecendo ambientes em que todas possam se desenvolver de forma justa e transparente.

Incentivamos a atuação das mulheres que lideram áreas e projetos, assegurando autonomia e ampliando seu protagonismo. Cultivamos espaços que favoreçam crescimento, desenvolvimento e atuação profissional consistente.

Nossa atuação é orientada por respeito, inclusão e equidade, garantindo que cada mulher tenha condições de expandir seu potencial e contribuir de forma significativa para o futuro da organização.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil	2024	2025
Líderes	55%	55%
Não líderes	74%	74%
Proporção da remuneração total entre gênero no Brasil por nível hierárquico	**2024**	**2025**
Líderes	34%	34%
Não líderes	75%	75%

As ações de Recursos Humanos são desenvolvidas para todas as empresas do Grupo Omint, incluindo a Omint Seguros.

Responsabilidade Social

As ações de Responsabilidade Socioambiental são apoiadas pelo Programa de Qualidade de Vida, que tem como finalidade construir uma jornada de sustentabilidade, voluntariado, inclusão e saúde social. No ano de 2025, seguimos com o patrocínio Institucional do Grupo Omint ao Centro Assistencial Cruz de Malta. Além disso, foram realizadas ações de incentivo a doação de agasalhos e alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade, ações solidárias na Páscoa e no Natal, e atuação presencial com orientações sobre higiene bucal para crianças e adolescentes.

Ações educativas internas de condutas positivas (assédio), cooperação e suporte, comunicação, saúde emocional, incentivo ao esporte (academia interna, programa Wellhub, patrocínio de corrida), informações e lives com a conscientização de diversos temas ligados a saúde integral.

Governança e Conformidade Legal

A Administração declara que operações suspeitas identificadas são comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), em conformidade com o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, assegurando o cumprimento das obrigações legais relacionadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Agradecimentos

A Omint Seguros agradece aos acionistas pela confiança e apoio ao desenvolvimento da Companhia. Aos corretores, parceiros e prestadores de serviços, pelo comprometimento na oferta de soluções em Seguro de Vida e Seguro Viagem, garantindo proteção e tranquilidade aos nossos clientes.

Aos colaboradores, pelo empenho e dedicação que contribuem para resultados consistentes e para a melhoria contínua de nossos serviços.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**144.259**	**114.836**
Disponível		**1.158**	**944**
Caixa e Bancos	5	141	104
Equivalente de Caixa	5	1.017	840
Aplicações	6	67.599	52.311
Créditos das operações com seguros e resseguros		**53.744**	**43.863**
Prêmios a Receber	7	50.585	42.716
Operações com resseguradoras		3.159	1.147
Outros créditos operacionais		51	208
Ativos de Resseguro	8	5.952	3.824
Títulos e Créditos a Receber	9	**9.112**	**7.905**
Créditos tributários e previdenciários		715	581
Outros Créditos a Receber		8.397	7.324
Despesas Antecipadas		**–**	**9**
Custo de Aquisição Diferidos	10	**6.643**	**5.772**
Seguros		6.643	5.772
Ativo não circulante		**120.843**	**92.538**
Aplicações	6	111.774	87.691
Títulos e Créditos a Receber		**9.058**	**4.829**
Prêmios a Receber	7	–	50
Créditos tributários e previdenciários – Diferença Temporária		3.404	1.752
Créditos tributários e previdenciários – Prejuízo Fiscal		5.654	3.027
Custos de Aquisição Diferidos	10	**11**	**18**
Seguros		11	18
Total do Ativo		**265.102**	**207.374**

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**127.097**	**92.976**
Contas a pagar		**2.953**	**2.615**
Obrigações a pagar	11	1.832	1.497
Impostos e encargos sociais a recolher	12	510	449
Encargos Trabalhistas		404	428
Empréstimos e Financiamentos		7	–
Impostos e Contribuições	13	200	241
Débitos de operações com seguros e resseguros		**32.503**	**29.126**
Prêmios a restituir		–	81
Operações com resseguradoras	8.c	9.080	7.785
Corretores de seguros e resseguros	14	20.253	18.316
Outros débitos operacionais		3.170	2.944
Depósito de terceiros	15	**5.450**	**4.469**
Provisões técnicas	16	**86.191**	**56.766**
Pessoas		86.191	56.766
Passivo não circulante		**78.146**	**48.170**
Provisões técnicas	16	**78.132**	**48.156**
Pessoas		78.132	48.156
Outros débitos		**14**	**14**
Obrigações fiscais		14	14
Patrimônio líquido		**59.859**	**66.228**
Capital Social	18a	64.700	43.000
Aumento de Capital (Em aprovação)	18a	–	21.700
Reservas de Lucros		–	1.528
Prejuízos acumulados		(4.841)	–
		265.102	**207.374**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos		144.157	114.508
(+/-) Variações das provisões técnicas		(57.472)	(36.279)
(=) Prêmios Ganhos	19a	**86.685**	**78.229**
(-) Sinistros ocorridos	19b	(22.983)	(19.851)
(-) Custos de Aquisição	19c	(44.065)	(39.527)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	19d	(4.127)	(1.481)
(+) Resultado com Resseguro	19e	**(2.990)**	**(3.347)**
(+) Receita com resseguro		5.944	4.000
(-) Despesa com resseguro		(8.934)	(7.347)
(-) Despesas Administrativas	19f	(35.717)	(28.676)
(-) Despesas com Tributos	19g	(3.394)	(3.075)
(+) Resultado Financeiro	19h	15.882	10.779
(=) Resultado Operacional antes dos impostos e participações		**(10.709)**	**(6.949)**
(-) Imposto de Renda	20	2.710	1.729
(-) Contribuição Social	20	1.630	1.037
(-) Participações sobre o Lucro		–	(124)
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**(6.369)**	**(4.307)**
(/) Quantidade de ações	18a	64.700	43.000
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido por lote de mil ações (R$)		(98,45)	(100,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(6.369)	(4.307)
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**(6.369)**	**(4.307)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto – Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais		
Recebimento de prêmios de seguros	127.886	104.291
Resgate de Aplicações Financeiras	95.574	74.288
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	–	1
Outros Recebimentos Operacionais	–	23
Recuperações de sinistros	3.159	1.147
Pagamentos de sinistro e comissões	(57.874)	(50.955)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(7.948)	(4.276)
Pagamento de despesas e obrigações	(35.757)	(27.068)
Aplicações Financeiras	(118.618)	(112.676)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	**6.422**	**(15.225)**
Impostos e contribuições pagos	**(6.208)**	**(5.922)**
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**214**	**(21.147)**
Atividades de Financiamento	**–**	**21.700**
Aumento de Capital	–	21.700
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Financiamento	**–**	**21.700**
Aumento/(Redução) líquido (a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**214**	**553**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	944	391
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	1.158	944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Lucros		
	Capital Social – Integralizado	**Capital Social – Em aprovação**	**Reserva Legal**	**Reserva Retenção Lucros**	**Lucros/(Prejuízos) acumulados**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**43.000**	**–**	**340**	**5.508**	**–**	**48.848**
Prejuízo Líquido do exercício	–		–	–	(4.307)	(4.307)
Outros ajustes	–		–	(13)	–	(13)
Transferência para Reserva de Lucros	–		–	(4.307)	4.307	–
Aumento de Capital em Aprovação	–	21.700	–	–	–	21.700
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**43.000**	**21.700**	**340**	**1.188**	**–**	**66.228**
Prejuízo Líquido do exercício	–	–	–	–	(6.369)	(6.369)
Transferência para Reserva de Lucros	–	–	–	(1.188)	1.188	–
Transferência para Reserva Legal	–	–	(340)	–	340	–
Aumento de Capital em Aprovação		(21.700)	–	–	–	(21.700)
Aumento de Capital	21.700	–	–	–	–	21.700
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**64.700**	**–**	**–**	**–**	**(4.841)**	**59.859**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Omint Seguros S.A. ("Seguradora") é uma Seguradora por ações de capital fechado autorizada a operar pela portaria SUSEP nº 6.244 de 12 de maio de 2015. Tem por objeto social a exploração de seguros de pessoas em todo o território nacional.

O endereço da sede da Seguradora é Rua Franz Schubert, 33, 3º andar, sala 3C, Jardim Paulistano, no município de São Paulo-SP.

A Seguradora é integrante do Grupo Omint. Sua controladora direta é VL Participações Ltda. com 99,99% de participação e Premium Assistance Serviços de Assistência Ltda. com 0,01% de participação e o controlador em última instância é Villa Larroudet y Compañía S.A., sediadas no Brasil e na Argentina, respectivamente.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados "SUSEP", incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referenciadas pela SUSEP.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2026.

b) Comparabilidade e continuidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas do exercício anterior, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e da Circular SUSEP nº 678/22 e Circular SUSEP 648/21, o que é aplicável para 2025.

A Administração acredita que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade às suas operações no futuro. Além disso, não há conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa levantar dúvidas substanciais sobre a sua capacidade de continuidade. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

• Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

e) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste dentro do próximo período financeiro:

• Notas 3b) e 6 – Aplicações financeiras e instrumentos financeiros;

O reconhecimento e mensuração das Aplicações Financeiras e instrumentos financeiros envolvem julgamentos relevantes quanto à classificação contábil, além de estimativas relevantes relacionadas à determinação do Valor justo por maio de resultado (VJR) e ou Custo Amortizado com base em premissas de mercado (taxas de juros, risco de crédito e liquidez).

• Notas 3e) 16 – Provisões técnicas.

A constituição das provisões técnicas é realizada em conformidade com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e requer julgamento relevante da Administração e do atuário responsável quanto às metodologias e premissas adotadas.

As estimativas consideram, principalmente, a frequência e severidade dos sinistros, o padrão de desenvolvimento e liquidação, bem como a experiência histórica da carteira. Alterações nessas premissas ou divergências entre a experiência estimada e a observada podem impactar de forma relevante os valores provisionados e o resultado do período

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora revisa periodicamente os valores registrados no ativo e passivo circulante na data de elaboração das demonstrações financeiras, visando reclassificar para o não circulante os montantes cuja realização ou liquidação seja esperada em prazo superior a 12 meses após a respectiva data-base. Para as demonstrações contábeis foram analisados também outros ativos e passivos que não possuem vencimentos, como o saldo das provisões técnicas, créditos tributários, entre outros. Essa classificação observa os critérios estabelecidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas da Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP) em especial no que se refere à adequada segregação de ativos e passivos para fins de apresentação das demonstrações financeiras

g) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

O IFRS 17 (CPC 50) "Contratos de Seguros" (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora está aguardando a publicação das normas regulatórias (SUSEP).

A Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 estabelece a substituição gradativa de tributos atuais pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS), com início de transição previsto para 2026. A Administração acompanha os desdobramentos regulatórios e normativos decorrentes da implementação, avaliando os potenciais impactos para o ano de 2026. Não foram identificados efeitos que demandem ajustes ou reclassificações nas demonstrações financeiras de 2025.

O IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, emitido em 2025 e convergido no Brasil pelo CPC 51, substituirá o CPC 26 (R1). A nova norma redefine a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com foco na Demonstração do Resultado e maior detalhamento das categorias de receitas e despesas, visando ampliar a comparabilidade e a utilidade das informações.

A Seguradora aguarda posicionamento do regulador (Superintendência Nacional de Seguros Privados – SUSEP) para futura adoção, que poderá implicar em reclassificações e ajustes de apresentação.

A Seguradora pretende adotar as normas aplicáveis quando às mesmas entrarem em vigor. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no patrimônio líquido ou no resultado da Seguradora.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras anuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalente de caixa

Compreendem numerário em caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição pela Companhia. Esses ativos são de alta liquidez, apresentam risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Aplicações financeiras e instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios adotado para sua gestão e com as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, nos termos do CPC 48 (IFRS 9).

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos de transação, quando aplicável, exceto para aqueles classificados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

• Mensurados ao custo amortizado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, desde que seus termos contratuais resultem, em datas específicas, em fluxos de caixa representativos de principal e juros.

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios para mensuração ao custo amortizado, bem como aqueles cuja gestão esteja baseada em valor justo. As cotas de fundos de investimento são classificadas como VJR, em razão de sua natureza e estrutura de remuneração. Os principais ativos financeiros da Companhia são compostos por títulos públicos federais, mantidos diretamente ou por meio de fundos de investimento.

Parcela relevante desses ativos encontra-se vinculada às provisões técnicas, em conformidade com a regulamentação da SUSEP.

c) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$240 (R$120 no semestre) e a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável no ano calendário de 2025.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

e) Provisões técnicas e Custos de Aquisição Diferido

As provisões técnicas são calculadas e constituídas em concordância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG corresponde à parcela do prêmio comercial referente ao período de risco que ainda não decorreu, para os produtos de com regime de Repartição Simples ou Repartição de Capitais de Cobertura, emitidos até a base do fechamento contábil.

O cálculo considera o início e o fim de vigência do risco e a data-base do cálculo, sendo realizado de forma *pro rata die.* A relação entre o período de risco a decorrer e o período de vigência total do risco é aplicada ao prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação.

Provisão de Prêmios Não Ganhos Relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos Relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), corresponde à estimativa do montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e não emitidos na data-base de cálculo. Apuramos o valor médio dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, considerando uma defasagem de 1 mês.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – (PMBAC)

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC visa assegurar os eventos futuros assumidos pela Companhia na contratação da apólice. É constituída por meio de um percentual do prêmio e está baseado na idade de contratação, sexo, temporariedade (tempo de pagamento), capital segurado e período de cobertura, é constituído individualmente para as apólices vigentes, está estruturado no regime financeiro de capitalização, acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos ativos garantidores mantidos pela seguradora, nos termos da legislação vigente.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída para a cobertura dos valores esperados de sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da seguradora, contemplando ainda os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (*Incurred But Not Enough Reported* – IBNER), conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

Custo de Aquisição Diferidos

As despesas de corretagem diferidas são compostas por gastos diretamente relacionados à comercialização dos contratos. Estes valores são amortizados ao longo da vigência de cada risco, conforme o período do contrato para as coberturas de riscos e de acordo com o prazo médio de permanência das contribuições.

O prazo médio de amortização em 31 de dezembro de 2025 para o produto de vida foi de 20 meses e para o produto viagem foi de 15 meses. (24 e 19 meses, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Avisados (IBNR)

A Provisão de IBNR deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, calculado pela combinação da metodologia do triângulo mensal de *run-off* e percentuais de referência do mercado segurador, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial auditada.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Provisão de Despesas Relacionadas – PDR é constituída mensalmente com o objetivo de cobrir as despesas futuras diretamente relacionadas ao pagamento de sinistros já ocorridos ou benefícios até a data-base. A estimativa da provisão é calculada aplicando ao valor dos sinistros pendentes (PSL) por ramo, um percentual de rateio, obtido pela razão entre o pagamento de despesas e o pagamento dos sinistros por ramo.

Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR (PDR-IBNR)

Para fins de contabilização, realizamos rateio do valor da estimativa apurada através do Triângulo de *run-off* de *Incurred But Not Reported* – IBNR de cada ramo.

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar – PVR é constituída para garantir o cumprimento das obrigações futuras da seguradora. Inclui recebidos e não cotizados e os valores referentes às devoluções de prêmios, por qualquer motivo.

f) Tábua de Mortalidade

A seguir apresentamos tabua de mortalidade, taxa de carregamento e taxa de juros dos produtos comercializados até 31 de dezembro de 2025.

Produto	Tábua	Taxas de carregamento	Taxas de juros
Vida Individual (Resgatável até 2024)	Experiência do Ressegurador Scor RE	0% a 15%	2,5% a 3%*
Vida Individual (Vital e Foco)	AT83	0% a 18%	3%

*A depender da versão do produto submetido à SUSEP.

g) Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pela Circular SUSEP 648/21, a Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data base do teste. O teste considerou como valor líquido contábil (*net carrying amount*) os passivos de contratos de seguro brutos de resseguro, deduzidos do custo de aquisição diferido (CAD) e de outros ativos intangíveis. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/2022 e alterações posteriores. Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste, a Seguradora deverá registrar a provisão complementar de prêmios. Para esse teste a premissa de mortalidade utilizada foi a tábua brasileira BR-EMS mais atual, foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados até a data base do cálculo para as opções Pré-Fixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP 648/21. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações, e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa, foram consideradas premissas atuariais realistas. As principais estão descritas a seguir:

• Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados, foram utilizados os índices IGPM, IPCA, TR e Pré-fixado, conforme divulgado pela SUSEP

• Cancelamento/Resgate: foram utilizadas as bases históricas observadas de 60 meses para compor o estudo;

• Despesas administrativas: obtida considerando a relação histórica de 36 meses das despesas sobre o prêmio emitido;

• Sinistralidade: para estimativa de morte foi utilizada a tábuas BR-EMS 2021.

As médias de sinistralidade aplicadas nos fluxos do Teste de Adequação de Passivos foram: Seguros de Viagem Coletivo – 38,86% Seguro de Vida Coletivo 32,31%, Seguro de Viagem individual 23,87% Seguro de Vida Individual 29,92%

Os contratos foram agrupados por grupo conforme segue:

• Seguro de Vida Individual – 1329 (Seguro Funeral), 1381 (Acidentes Pessoais), 1384 (Doenças Graves ou Doenças Terminais), 1390 (Eventos Aleatórios) e 1391 (Vida).

• Seguro de Vida Coletivo – 0929 (Seguros Funeral), 0982 (Acidentes Pessoais), 0984 (Doenças graves ou doença terminal), 0990 (Eventos aleatórios) e 0993 (Vida em grupo).

As projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Omint SEGUROS

OMINT SEGUROS S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 | SUSEP 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de Reais)*

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, PDR e IBNR.
A seguradora apresenta fluxo de caixa superavitário, agrupados por similaridade do tipo de plano.
A tabela abaixo apresenta os resultados dos fluxos relacionados à PMBaC, prêmios registrados de sinistros a ocorrer (PPNG) e não registrados.

Grupo TAP	Grupo SUSEP	Resultado
Pessoas (PPNG/N Registrado)	09 – Pessoas Coletivo/13 – Pessoas Individual	R$ 4.319.676
Pessoas (PMBaC)	13 – Pessoas Individual	R$ 44.072.612

h) Classificação dos contratos de seguro
Um contrato em que a Seguradora assume um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros, por transferirem risco de seguro significativo.
i) Mensuração dos contratos de seguros
As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.
As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com a resseguradora. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro.
Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas à análise pelos demais resseguradores.
j) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)
a) *Ativos financeiros*
Nos termos do CPC 48 (IFRS 9), a Companhia deve avaliar a existência de perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
A carteira classificada ao custo amortizado é composta predominantemente por títulos públicos federais, os quais, em função de sua natureza soberana, apresentam baixo risco de crédito. Dessa forma, a Administração entende que não há evidência de perda relevante a ser reconhecida, não tendo sido registrado impacto material decorrente da aplicação do modelo de perdas esperadas.
Os ativos classificados ao valor justo por meio do resultado (VJR), incluindo cotas de fundos de investimento, não estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para perdas de crédito, uma vez que eventuais variações de risco já são refletidas diretamente na mensuração a valor justo.
b) *Operações de seguros e resseguros*
Os prêmios de seguros também são analisados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é avaliada conforme determina a Circular SUSEP 648/21.
A Seguradora possui atualmente 4 contratos vigentes desde 2019 celebrados com uma única resseguradora local, Swiss Re, com as seguintes características e abrangências.

Nº	Nome Contrato	Tipo	Carteira
1	VI Capitalizado	Proporcional QS ER/ER	Vida Individual Capitalizado
2	VI Tradicional	Proporcional ER	Vida Individual Repartição Simples
3	VG	Proporcional ER	Vida em Grupo
4	Catástrofe	Não proporcional *Excess of Loss*	Seguro Viagem e Vida em Grupo

O único contrato que não teve acionamento foi o de catástrofe.
E, conforme estudo técnico elaborado por atuário responsável, todos as recuperações de sinistros foram devidamente efetuadas, em 100% dos registros de sinistros reportados no acerto trimestral ao ressegurador, sem histórico de reduções do valor de prêmios a receber, razão pela qual não há a necessidade de provisionamento de RVR.
k) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.
As receitas oriundas dos prêmios de contratos de seguro são reconhecidas no momento da emissão da apólice ou quando iniciada a vigência do risco (o que ocorrer primeiro), *pro-rata die* de acordo com a cobertura do risco das respectivas apólices, através da constituição ou reversão da PPNG.
O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.
O resultado financeiro é composto pela contabilização de receitas provenientes de fundos de investimento, juros, atualização de créditos tributários, descontos concedidos e atualização monetária, e outros resultados financeiros.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Gestão de riscos
A área de Gestão de Riscos da Omint Seguros está estruturada com o objetivo de identificar, classificar e mitigar, quando possível, os riscos, a fim de viabilizar a continuidade e a rentabilidade do negócio.
As atividades da área de Gestão de Riscos estão pautadas nos requisitos estabelecidos pelo órgão regulador, e o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança, desde a Alta Administração até as áreas de negócios da Companhia. Os riscos em espécie que são mapeados, classificados e eventualmente mitigados num processo mais granular de análise (os quais são denominados como "fatores de riscos") são sempre vinculados a uma das cinco categorias de riscos a seguir descritas.
b) Risco legal e regulatório
Risco relacionado ao não cumprimento de leis, regulamentações, acordos ou padrões éticos aplicáveis, assim como o risco legal inerente às características dos produtos comercializados.
O setor de Compliance atua em conjunto com a área de Gestão de Riscos da Companhia para identificar leis e normas regulatórias que sejam aplicáveis à Omint e garantir, junto às áreas de negócio, a adequada aderência legal e regulatórias às normas mapeadas.
c) Risco de crédito
O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações por contrapartes, bem como da redução do valor recuperável de ativos financeiros em decorrência de rebaixamentos de classificação de risco. A gestão desse risco é conduzida em conformidade com as Políticas de Investimentos e de Liquidez e ALM, contemplando diversificação da carteira, limites de exposição por emissor e exigência de manutenção de ativos com grau de investimento, quando aplicável. A avaliação da qualidade de crédito considera ratings atribuídos por agências reconhecidas pelo mercado, tais como *Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings.* O acompanhamento dessas classificações é realizado pelas instituições gestoras dos fundos e das carteiras administradas, em linha com os mandatos estabelecidos e com as diretrizes aprovadas pelos comitês competentes.
A governança é centralizada nos comitês responsáveis por supervisionar a aderência da carteira aos limites de risco definidos e por deliberar sobre eventuais medidas em caso de alterações relevantes na qualidade de crédito. A composição atual das carteiras, predominantemente concentrada em títulos públicos federais destinados à cobertura de obrigações técnicas, é considerada de risco de crédito insignificante.

	AAA	AA	A	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	141	141
Equivalentes de Caixa	–	–	–	1.017	1.017
Títulos Públicos Federais*	157.671	–	–	–	157.671
Títulos Privados	5.900	1.351	–	597	7.848
Quotas de Fundos de Investimentos	–	–	–	13.854	13.854
Prêmio a Receber	–	–	–	50.585	50.585
Exposição máxima ao risco de Crédito	**163.571**	**1.351**	**–**	**66.194**	**231.116**

	AAA	AA	A	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	104	104
Equivalentes de Caixa	–	–	–	840	840
Títulos Públicos Federais*	127.517	–	–	–	127.517
Títulos Privados	5.357	2.159	45	–	7.560
Quotas de Fundos de Investimentos	4.925	–	–	–	4.925
Prêmio a Receber	–	–	–	42.716	42.716
Exposição máxima ao risco de Crédito	**137.800**	**2.159**	**45**	**43.660**	**183.662**

(*) A classificação AAA atribuída aos Títulos Públicos Federais reflete o menor risco de crédito possível, dado o elevado grau de segurança associado ao risco soberano do Brasil. Essa classificação é amplamente aceita e compreendida pelos investidores e pelo mercado financeiro, sendo um indicativo de alta qualidade de crédito. A manutenção dessa classificação reforça a estabilidade e a confiança no perfil de risco da dívida pública federal.
d) Risco de subscrição
O risco de Subscrição se refere à possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.
Com o objetivo de mitigar o risco de Subscrição, a Companhia adota práticas de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro, conforme as diretrizes dispostas em normas regulatórias que trata do tema, o que inclui a construção de um arcabouço de políticas e procedimentos estabelecidos com vistas a identificar, classificar e qualificar clientes de forma recorrente.
e) Análise de sensibilidade
As estimativas das provisões técnicas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Deste modo, o montante atual de sinistros estimados é confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que a Análise de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da Seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, a Análise de Sensibilidade realizada para a Seguradora, na data-base de 31/12/2025, foi aplicada sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os grupos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
Sensibilidade	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Aumento de 5% na Sinistralidade	103.586	106.873	79.172	81.395
Redução de 5% na Sinistralidade	104.699	107.829	87.109	89.194
Aumento de 1% na taxa de juros	104.143	104.143	82.850	82.850
Redução de 1% na taxa de juros	105.193	105.193	83.143	83.143

f) Estratégia de resseguro
A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão e transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora, seja em estrutura de contratos de Cota Parte ou Excedente de Responsabilidade.
Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: morte, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente por doença e doenças graves. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que o ressegurador nos acompanhe nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Omint Seguros. No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro acordo de resseguro vigente para cobertura da carteira de Vida em Grupo, Acidentes Pessoais, Viagem e Vida Individual. Os contratos de resseguro da Seguradora foram todos acordados com uma resseguradora local.
g) Risco de liquidez
O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos, em decorrência de descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando diferentes moedas e prazos de liquidação de ativos e passivos.
O Grupo mantém estrutura dedicada ao monitoramento e controle desse risco, sob responsabilidade da área de Tesouraria e Investimentos, em consonância com a Política de Liquidez e ALM aprovada pela Administração.
O objetivo da gestão de liquidez é assegurar que os recursos disponíveis sejam suficientes para atender ao vencimento projetado dos compromissos, prevenindo descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos financeiros.
A governança desse processo é exercida pelos Comitês de Riscos e de Controles Internos, que periodicamente avaliam o cumprimento das estratégias de liquidez estabelecidas. Adicionalmente, o caixa é monitorado diariamente, com reportes regulares à Administração e à Diretoria responsável.
h) Casamento de ativos e passivos (ALM)
Um dos aspectos centrais do gerenciamento de riscos é a compatibilização entre os fluxos de caixa de ativos e passivos. Os investimentos financeiros são conduzidos com foco em qualidade, diversificação, liquidez e retorno, de modo a otimizar a relação entre taxa, risco e retorno e assegurar a cobertura dos compromissos assumidos.
As estratégias adotadas levam em consideração níveis de risco aceitáveis, prazos de vencimento, sensibilidade a taxas de juros e inflação, liquidez, limites de concentração por emissor e avaliação do risco de crédito, em conformidade com a Política de Investimentos e a Política de Liquidez e ALM do Grupo. As estimativas utilizadas para mensurar os valores e prazos de pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas pelas áreas técnicas e pela Diretoria Financeira. Por sua natureza, tais estimativas envolvem julgamento e podem impactar diretamente a eficiência do balanceamento entre ativos e passivos.
O processo de *Asset-Liability Management* (ALM) é monitorado de forma contínua pela Diretoria Financeira e pelos comitês competentes, que aprovam periodicamente metas, limites e condições de investimento. Esse processo inclui análises de sensibilidade e testes de estresse, assegurando a adequação do casamento entre ativos e passivos, a resiliência frente a diferentes cenários de mercado e a conformidade com os padrões contábeis e regulatórios vigentes.

	31/12/2025				
Descrição	**Vencidos**	**Sem vencimento definido**	**A vencer em até 1 ano**	**A vencer acima de 1 ano**	**Total**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	–	1.158	–	–	1.158
Aplicações (*)	–	13.857	4.831	160.686	179.374
Prêmios a receber	8.140	715	41.698	32	50.585
Operações com resseguradoras	–	–	3.159	–	3.159
Outros créditos operacionais	–	–	51	–	51
Créditos tributários e previdenciários	–	6.369	–	–	6.369
Outros créditos	–	–	8.268	–	8.268
Total do Ativo	**8.140**	**22.099**	**58.007**	**160.718**	**248.963**
Passivo					
Contas a Pagar	–	–	2.953	–	2.953
Operações com resseguradoras	–	–	9.080	–	9.080
Corretores de seguros e resseguros	–	–	20.254	–	20.254
Outros débitos operacionais	–	–	3.040	–	3.040
Depósitos de terceiros	5.450	–	–	–	5.450
Provisões Técnicas	–	–	86.191	78.132	164.323
Total do Passivo	**5.450**	**–**	**121.518**	**78.132**	**205.100**

(*) As aplicações financeiras estão registradas a valor justo e custo amortizado, de acordo com as normas contábeis vigentes.

	31/12/2024				
Descrição	**Vencidos**	**Sem vencimento definido**	**A vencer em até 1 ano**	**A vencer acima de 1 ano**	**Total**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	–	944	–	–	944
Aplicações	–	17.410	344	122.248	140.002
Prêmios a receber	7.412	852	36.204	50	44.518
Operações com resseguradoras	–	–	1.147	–	1.147
Outros créditos operacionais	–	–	208	–	208
Créditos tributários e previdenciários	–	3.608	–	–	3.608
Outros créditos	–	–	7.324	–	7.324
Total do Ativo	**7.412**	**22.814**	**45.227**	**122.298**	**197.751**
Passivo					
Contas a Pagar	–	–	2.615	–	2.615
Prêmios a Restituir	–	–	81	–	81
Operações com resseguradoras	–	–	7.785	–	7.785
Corretores de seguros e resseguros	–	–	18.316	–	18.316
Outros débitos operacionais	–	–	2.910	–	2.910
Depósitos de terceiros	4.469	–	–	–	4.469
Provisões Técnicas (*)	–	–	56.766	48.156	104.922
Total do Passivo	**4.469**	**–**	**88.473**	**48.156**	**141.098**

i) Risco de mercado
O risco de mercado corresponde à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de flutuações adversas em variáveis como taxas de juros, câmbio e preços de ativos, que possam impactar a avaliação econômica de ativos e passivos. A gestão é conduzida em conformidade com a Política de Investimentos e a Política de Liquidez e ALM, abrangendo identificação, mensuração e monitoramento contínuo das exposições.
A carteira da Seguradora é composta predominantemente por títulos públicos federais indexados ao IPCA (NTN-B), registrados ao custo amortizado, que apresentam baixa volatilidade contábil e estão diretamente associados à estratégia de *Asset-Liability Management* (ALM). Além disso, a Seguradora mantém cotas de fundos de investimento referenciados ao CDI, mensurados ao valor justo por meio do resultado, bem como posição em fundo de variação cambial vinculada ao seguro-viagem.
Análise de Sensibilidade a Juros
Em atendimento ao IFRS 7, são realizadas análises de sensibilidade considerando variações paralelas de ±100 pontos-base nas curvas de juros, com o objetivo de estimar os impactos potenciais sobre o resultado financeiro e o patrimônio líquido.
Essas análises são conduzidas periodicamente, com base em cenários históricos e prospectivos, assegurando que eventuais riscos sejam devidamente monitorados e considerados na estratégia de alocação de recursos.
Na configuração atual das carteiras, a Administração avalia que não há exposição a riscos de mercado capazes de comprometer de forma relevante a posição financeira das empresas. Ainda assim, mantém-se práticas contínuas de acompanhamento, realização de testes de estresse e simulações de cenários adversos, reforçando a resiliência da estrutura financeira e a aderência às melhores práticas contábeis internacionais.

Cenário	Variação do CDI	Resultado (R$ Mil)
Alta acentuada	200 bps	8
Alta moderada	100 bps	4
Taxa base (15%)	0 bps	–
Queda moderada	-100 bps	(4)
Queda acentuada	-200 bps	(8)

Complementarmente, a Companhia acompanha sua exposição ao risco de mercado por meio do modelo de *Value at Risk* (VaR), calculado com base em série histórica de 250 dias úteis, correspondente a aproximadamente 12 meses, adotando nível de confiança de 95% e horizonte temporal de um dia útil.

	31/12/2025		31/12/2024	
Veículo de Alocação	**VaR**	**Patrimônio**	**VaR**	**Patrimônio**
Carteira Administrada	173	115.010	96	87.691
Fundo Exclusivo Mendoza	79	46.245	18	17.984
Fundo Bariloche	14	11.628	41	27.407
Fundo Variação Cambial	345	6.490	385	6.920
Total		**179.373**		**140.002**

j) Risco operacional
O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos. As atividades da área de Gestão de Riscos realizadas no processo de identificação, classificação e avaliação dos controles contribuem para a mitigação do risco operacional na Companhia.
k) Concentração de riscos
A concentração de risco da Omint Seguros é monitorada por área geográfica. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e linha de negócios, tendo como base os prêmios diretos subscritos antes do resseguro.

	31/12/2025			
Região por UF	**Bruto de Resseguro**		**Líquido de Resseguro**	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**
Sudeste	104.812	73%	98.500	73%
Sul	20.720	14%	19.447	14%
Centro-Oeste	6.412	4%	6.016	4%
Nordeste	8.643	6%	8.111	6%
Norte	3.571	2%	3.351	2%
Total	**144.158**	**100%**	**135.425**	**100%**

	31/12/2024			
Região por UF	**Bruto de Resseguro**		**Líquido de Resseguro**	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**
Sudeste	77.137	67%	72.088	67%
Sul	11.904	10%	11.174	10%
Centro-Oeste	6.326	6%	5.937	6%
Nordeste	10.041	9%	9.422	9%
Norte	9.101	8%	8.540	8%
Total	**114.509**	**100%**	**107.161**	**100%**

l) Sistema de Controles Internos
O Sistema de Controles Internos é parte integrante da estrutura de governança da Omint Seguros, e busca assegurar a existência de um processo efetivo de concepção, implementação, operacionalização, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua dos controles internos. O Sistema de Controles Internos é o conjunto de todas as atividades coordenadas para o monitoramento dos riscos que podem afetar o alcance dos objetivos da Companhia por meio da implementação de controles, que devem ser efetivos e consistentes com a natureza e a complexidade das operações realizadas, especialmente no que tange à asseguração da confidencialidade e da fidedignidade de registros e informações.
m) Compliance
A área de Compliance da Omint Seguros tem como atividades o acompanhamento e a divulgação, às áreas responsáveis, das atualizações ocorridas na legislação, incluindo as normativas emanadas pelo órgão regulador. Adicionalmente, o Compliance também auxilia as áreas da Companhia a avaliar e revisar seus respectivos procedimentos, normas e políticas, visando manter a Seguradora em conformidade com a lei e os colaboradores alinhados às diretrizes e processos.
A área de Compliance também acompanha e provê suporte para as auditorias realizadas pela SUSEP, sempre que estas ocorram.
Ramos de atuação

	31/12/2025			Índices – %	
	Prêmios Ganhos	**Sinistros Ocorridos**	**Custos de aquisição**	**Sinistralidade**	**Comercialização**
Vida individual	49.745	12.235	36.471	24,6%	73,3%
Viagem individual	16.033	3.048	5.747	19,0%	35,8%
Viagem em grupo	12.418	4.688	33	37,8%	0,3%
Vida em grupo	8.489	3.012	1.814	35,5%	21,4%
Total	**86.685**	**22.983**	**44.065**	**26,5%**	**50,8%**

	31/12/2024			Índices – %	
	Prêmios Ganhos	**Sinistros Ocorridos**	**Custos de aquisição**	**Sinistralidade**	**Comercialização**
Vida individual	38.871	7.009	28.695	18,0%	73,8%
Viagem individual	21.185	4.214	9.074	19,9%	42,8%
Viagem em grupo	10.795	5.702	16	52,8%	0,1%
Vida em grupo	7.378	2.926	1.742	39,7%	23,6%
Total	**78.229**	**19.851**	**39.527**	**25,4%**	**50,5%**

n) Sustentabilidade ESG
A Companhia está aderente ao que preceitua a Circular SUSEP nº 666/2022, que dispõe sobre todos os aspectos relacionados à sustentabilidade. A Omint possui uma política de sustentabilidade e realizou um estudo sobre a materialidade dos riscos relacionados à sustentabilidade no ano de 2023, o qual está publicado no site da Omint.
Assim, os riscos relacionados à ESG (sustentabilidade) já foram mapeados e continuam sendo avaliados.

5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta corrente	141	104
Caixa e equivalente de caixa (*)	1.017	840
Total	**1.158**	**944**

(*) Referem-se substancialmente a Fundos de Investimentos não exclusivos, com prazo de resgate inferiores a 90 dias.

6 APLICAÇÕES

a) Composição das aplicações
Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por tipo de título, incluindo os ativos que compõem as carteiras dos fundos de investimento.
Os ativos financeiros são classificados de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) nas categorias de custo amortizado e valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios adotado para sua gestão. Os ativos classificados ao valor justo por meio do resultado são apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
Os valores dos títulos que compõem os investimentos, inclusive aqueles mantidos por meio de fundos de investimento exclusivos, estão apresentados com base no percentual de participação da Companhia.

Ativos		Aging				Classificação				Total			
	Hierarquia de valor justo	**Até 1 ano (A)**	**De 1 a 5 anos (B)**	**Acima de 5 anos (C)**	**Sem vencimento (D)**	**Valor contábil (E = A + B + C + D)**	**Valor de curva (F)**	**Valor justo (G)**	**Ganho/Perda não realizado (G – F)**	**31/12/2025 (E)**	**%**	**31/12/2024 (H)**	**%**
Ativos designados pelo valor juto por meio do resultado		**1.597**	**37.898**	**11.012**	**13.857**	**64.363**	**–**	**64.363**	**64.363**	**64.363**	**36%**	**52.311**	**37%**
Fundo de Investimento Exclusivo		**1.597**	**37.898**	**11.012**	**13.857**	**64.363**	**–**	**64.363**	**64.363**	**64.363**	**36%**	**52.311**	**37%**
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos	1	–	–	–	14.292	14.292	–	14.292	14.292	14.292	8%	17.042	12%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	138	33.057	–	–	33.195	–	33.195	33.195	33.195	19%	22.044	16%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	1.006	137	–	1.143	–	1.143	1.143	1.143	1%	1.240	1%
Operações Compromissadas	2	–	940	10.675	–	11.615	–	11.615	11.615	11.615	6%	7.557	5%
Títulos Privados – Debêntures – FIDC – L.F. – CDB	2	1.459	2.895	200	–	4.553	–	4.553	4.553	4.553	3%	4.427	3%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	(435)	(435)	–	(435)	(435)	(435)		–	0%
Ativos financeiros designados como Custo Amortizado		**3.236**	**40.220**	**71.556**	**–**	**115.010**	**115.010**	**106.774**	**(8.326)**	**115.010**	**64%**	**87.691**	**63,0%**
Carteiras Administradas		**3.236**	**40.220**	**71.556**	**–**	**115.010**	**115.010**	**106.774**	**(8.326)**	**115.010**	**64%**	**87.691**	**63%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	–	0%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	3.236	39.708	68.260	–	111.204	111.204	103.309	(7895)	111.204	62%	84.050	60%
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	510	1%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	–	512	–	–	512	512	498	(13)	512	0%	–	0%
Títulos Privados – Debênture	2	–	–	3.295	–	3.295	3.295	2.967	(328)	3.295	2%	3.132	2%
Total		**4.833**	**78.118**	**82.568**	**13.857**	**179.373**	**115.010**	**171.137**	**56.127**	**179.373**	**100%**	**140.002**	**100,0%**

a) Composição das aplicações
Apresentamos a seguir as taxas médias de aquisição dos títulos que compõem a carteira própria de investimentos da Omint Seguros, apuradas com base nas condições pactuadas na data de aquisição dos respectivos instrumentos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024	
	Maior taxa	**Menor taxa**	**Maior taxa**	**Menor taxa**
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	7,61%	7,06%	6,75%	5,95%
Letra do Tesouro Nacional	10,56%	10,56%	10,56%	10,56%
Debênture	5,07%	5,07%	5,07%	5,07%

b) Movimentação das Aplicações

Movimentação	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2025
Valor Justo por meio do Resultado	52.311	95.420	89.562	6.194	64.363
Custo Amortizado	87.691	23.198	6.027	10.148	115.010
Total	**140.002**	**118.618**	**96.589**	**16.342**	**179.373**

Movimentação	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Valor Justo por meio do Resultado	40.021	77.701	70.893	5.482	52.311
Custo Amortizado	49.620	32.202	808	6.677	87.691
Total	**89.641**	**109.903**	**71.701**	**12.159**	**140.002**

7 PRÊMIOS A RECEBER

a) Ramos de seguro

	31/12/2025	31/12/2024
Vida individual	42.829	37.070
Viagem individual*	6.873	5.020
Viagem em grupo	–	111
Vida em grupo	883	565
	50.585	**42.766**

(*) Para o produto Viagem individual, a empresa disponibiliza a seus clientes a opção de parcelamento em até 6 parcelas

b) Composição quanto aos prazos de vencimento
A provisão para redução ao valor recuperável de ativos é constituída em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, bem como com o Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador vigente, emitidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
Para seguros de vida, a provisão é reconhecida para prêmios com parcelas vencidas e não pagas há mais de 60 dias, independentemente da situação da apólice. Adicionalmente, são constituídos ajustes redutores relacionados à comissão de corretagem e ao IOF incidente sobre esses prêmios, refletindo adequadamente seus valores realizáveis.

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
Até 30 dias	8.493	6.728
De 31 a 60 dias	5.635	5.117
De 61 a 120 dias	10.300	8.345
De 121 a 180 dias	7.574	6.273
De 181 a 365	9.696	7.989
Superior a 365 dias	32	50
Total a vencer	**41.730**	**34.502**
Vencidos		
Até 30 dias	3.090	3.752
De 31 a 60 dias	1.532	1.469
De 61 a 120 dias	1.334	1.032
De 121 a 180 dias	1.401	666
De 181 a 365 dias	4.258	853
Superior a 365 dias	8.916	6.245
Total vencidos	**20.531**	**14.017**
Prêmios de risco vigente e não emitido- (RVNE)	715	853
Redução ao valor recuperável	(12.391)	(6.606)
Total Prêmio a Receber	**50.585**	**42.766**

(*) A RVR é calculada conforme política interna, que considera em regra geral o prazo de 60 dias das parcelas vencidas mais o arrasto

c) Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	**42.766**	**40.994**
Prêmios emitidos	144.157	114.662
IOF	52	25
Prêmios recebidos	(127.886)	(108.132)
Prêmio RVNE	(136)	(325)
Redução ao valor recuperável	(8.368)	(4.458)
Saldo no final do exercício	**50.585**	**42.766**

8 ATIVOS DE RESSEGURO

A Omint Seguros mantém contrato de resseguro com um único ressegurador Local, ou seja, os resultados financeiros e operacionais da Companhia estão diretamente vinculados a este ressegurador. Devido à exclusividade dessa relação, todos os prêmios, sinistros e provisões relacionadas ao resseguro são integralmente atribuídos a esse parceiro.

a) Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganho	3.131	2.744
Sinistros Pendentes de Pagamento	1.769	230
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados	1.052	850
Total	**5.952**	**3.824**

b) Movimentação de ativos de resseguros

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Provisão de Prêmios Não Ganho	2.744	32.787	(32.400)	3.131
Sinistros Pendentes de Pagamento	230	16.932	(15.393)	1.769
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados	850	11.138	(10.936)	1.052
	3.824	**60.857**	**(58.729)**	**5.952**

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganho	2.760	32.779	(32.795)	2.744
Sinistros Pendentes de Pagamento	60	8.348	(8.178)	230
Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados	601	8.751	(8.502)	850
Total	**3.421**	**49.878**	**(49.475)**	**3.824**

c) Movimentação de Passivo de resseguros

	31/12/2024	Constituições	Reversões	31/12/2025
Prêmios cedidos em Resseguro	2.651	26.226	(20.787)	8.091
Prêmios de Resseguros a liquidar	5.134	14.876	(19.021)	989
Total	**7.785**	**41.102**	**(39.807)**	**9.080**

9 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a Compensar	340	271
CSLL a Compensar	371	306
Créditos COFINS e PIS	4	4
Outros créditos – Cartão de Crédito	8.397	7.324
Total Ativo Circulante	**9.112**	**7.905**
Créditos tributários e previdenciários – Diferença Temporária	3.404	1.752
Créditos tributários e previdenciários – Prejuízo de Fiscal	5.654	3.045
Total Não Ativo Circulante	**9.058**	**4.797**

10 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	31/12/2025	31/12/2024
Vida individual	5.525	4.552
Viagem individual	1.104	1.205
Viagem em grupo	17	28
Vida em grupo	8	5
Total	**6.654**	**5.790**

Custo de aquisição diferido – Movimento

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Saldo Inicial	**5.790**	**12.687**
Constituição	39.981	31.180
Reversão	(39.117)	(38.077)
Saldo Final	**6.654**	**5.790**

11 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1.747	1.412
Dividendos a pagar	85	85
Total	**1.832**	**1.497**

12 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda (IRRF)	148	106
ISS	37	19
IOF	206	172
INSS	94	127
FGTS	25	25
Total	**510**	**449**

13 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	–	14
PIS	20	26
COFINS	125	164
Contribuição a recolher	55	37
Total	**200**	**241**

continua...

Omint SEGUROS

OMINT SEGUROS S.A.
CNPJ 20.646.890/0001-10 | SUSEP 02542

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de Reais)*

14 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

São compostos por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoais coletivos	36	40
Pessoas individual	5.592	4.778
Vida em grupo	93	71
Vida Individual	12.841	10.778
Total Comissões Emitidas	**18.562**	**15.667**
Comissões a Pagar	**1.691**	**2.649**
Total	**20.253**	**18.316**

15 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores eventualmente recebidos e ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como demais operações com seguradoras.

	31/12/2025	31/12/2024
De 0 – 30 dias	183	359
De 31 a 60 dias	838	859
De 61 a 120 dias	1.379	1.405
De 121 a 180 dias	1.660	1.453
De 181 a 365 dias	464	367
Superior a 365 dias	926	26
Total	**5.450**	**4.469**

16 PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição

31/12/2025	Bruto de resseguro	Parcela Ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG	19.601	(3.130)	16.471
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	116.083	–	116.083
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	17.512	–	17.512
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	7.537	(1.769)	5.768
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR	3.310	(1.052)	2.258
Ajuste de Provisão de Sinistros a Liquidar – IBNER	(412)	–	(412)
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNR	132	–	132
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	560	–	560
Total	**164.323**	**(5.951)**	**158.372**

31/12/2024	Bruto de resseguro	Parcela Ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG	16.837	(2.744)	14.093
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	68.241	–	68.241
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	11.216	–	11.216
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	5.943	(230)	5.713
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR	2.603	(850)	1.753
Ajuste de Provisão de Sinistros a Liquidar – IBNER	(843)	–	(843)
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNR	50	–	50
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	875	–	875
Total	**104.922**	**(3.824)**	**101.098**

b) Abertura por grupo de ramos

	Provisões técnicas brutas de resseguro 31/12/2025	Provisões técnicas brutas de resseguro 31/12/2024	Provisões técnicas líquidas de resseguro 31/12/2025	Provisões técnicas líquidas de resseguro 31/12/2024
Vida individual	156.310	94.909	150.558	91.361
Viagem individual	4.167	5.387	4.165	5.385
Viagem em grupo	2.581	3.226	2.578	3.224
Vida em grupo	1.265	1.400	1.071	1.128
Total	**164.323**	**104.922**	**158.372**	**101.098**

c) Movimentação das provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Pagamentos de sinistros	Saldo em 31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG	16.837	6.993	(4.229)	–	19.601
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	68.242	47.954	- 113	–	116.083
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	11.215	7.681	(1.384)	–	17.511
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	5.579	42.718	(22.826)	(17.934)	7.537
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR	2.602	707		–	3.309
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNER	100	1.084	(1.596)	–	(412)
Provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR)	52	100	(18)	–	133
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	296	3.077	(504)	(2.309)	560
Total	**104.922**	**110.313**	**(30.670)**	**(20.243)**	**164.323**

	Saldo em 01/01/2024	Constituições	Reversões	Pagamentos de sinistros	Saldo em 31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG	16.448	3.636	(3.247)	–	16.837
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC	36.265	31.977	–	–	68.242
Provisão de Valores a Regularizar – PVR	7.907	6.650	(3.342)	–	11.215
Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL	4.728	33.525	(16.690)	(15.984) -	5.579
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR	2.058	588	(44)	–	2.602
Provisão de Despesas Relacionadas – IBNR	102	23	(26)	–	100
Provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR)	53	–	(1)	–	52
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	265	3.705	(544)	(3.130)	296
Total	**67.826**	**80.104**	**(11.179)**	**–**	**104.922**

d) Cobertura das provisões técnicas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas	164.323	104.922
Direito creditório	(8.715)	(7.043)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(448)	(754)
Ativos de resseguros redutores de:		
Provisão de sinistros a liquidar(PSL)	(1.769)	(230)
Provisão de PPNG	(1.299)	(1.011)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(1.052)	(850)
Total a ser coberto	**151.041**	**95.033**
Aplicações financeiras vinculadas	**167.745**	**112.595**
Suficiência	**16.704**	**17.562**

e) Tabela de desenvolvimento de sinistros

Estimativas Finais

Valores Bruto de Resseguro Judiciais e Não Judiciais

Mês/ano de Aviso:	2021	2022	2023	2024	2025
Até a data base:	8.885	13.105	16.555	17.947	22.657
1 ano mais tarde	7.253	11.681	14.437	14.692	–
2 anos mais tarde	7.592	11.851	14.525	–	–
3 anos mais tarde	7.714	11.849	–	–	–
4 anos mais tarde	8.210	–	–	–	–
Posição em 31/12/2025	**8.210**	**11.849**	**14.525**	**14.692**	**22.657**
Pagamento de sinistros efetuado	**(7.710)**	**(11.849)**	**(14.471)**	**(14.692)**	**(15.674)**
Sinistros pendentes	**500**	**–**	**54**	**–**	**6.983**

Estimativas Finais

Valores Líquido de Resseguro Judiciais e Não Judiciais

Mês/ano de Aviso:	2021	2022	2023	2024	2025
Até a data base:	6.049	11.281	13.955	14.440	17.127
1 ano mais tarde	4.731	9.720	11.838	11.273	–
2 anos mais tarde	5.070	9.890	11.925	–	–
3 anos mais tarde	5.142	9.888	–	–	–
4 anos mais tarde	5.214	–	–	–	–
Posição em 31/12/2025	**5.214**	**9.888**	**11.925**	**11.273**	**17.127**
Pagamento de sinistros efetuado	**(5.014)**	**(9.888)**	**(11.871)**	**(11.273)**	**(11.612)**
Sinistros pendentes	**200**	**–**	**54**	**–**	**5.514**

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco inerente comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo dos anos em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da maturidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Incorridos mais IBNR

Pagos acumulados

Demonstram o desenvolvimento de pagamentos em cada período subsequente.

Provisão de sinistros total

São baseados na provisão de sinistro a liquidar e na provisão de despesas relacionadas.

Falta acumulada

Valor monetário referente a diferença entre o que foi estimado na constituição e quanto ainda falta incidir de pagamentos.

Por motivo de inexpressiva massa de dados no que diz respeito a sinistros judiciais, a Seguradora optou por unificar os quadros sinistros Judiciais e Não Judiciais

17 PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Para o exercício de 2025, a empresa está envolvida em 11 ações cíveis possíveis, totalizando um valor de R$ 3.201. Em comparação, no exercício de 2024, foram registradas 12 ações possíveis, somando R$ 2.153. A Companhia está envolvida em outras 60 ações Cíveis relacionada a outros assuntos, totalizando um valor de R$ 670.

Com base na avaliação dos assessores jurídicos, os processos judiciais e administrativos em andamento são, em sua maioria, classificados como contingências possíveis, cujos desfechos não podem ser estimados com grau suficiente de confiabilidade, razão pela qual não há provisão constituída para esses casos, nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37). Adicionalmente, existe 1 (uma) ação classificada como contingência provável, para a qual foi reconhecida provisão no montante de R$ 47, registrada em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Não há outras contingências relevantes que demandem divulgação. A Companhia mantém monitoramento contínuo dos processos e revisa periodicamente as estimativas de risco e de exposição financeira.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia é de **R$ 64.700** (R$ 43.000 subscritos e R$ 21.000 em aprovação em 2025) totalmente integralizado e integrado, representado por **64.700.000 ações ordinárias nominativas**, sem valor nominal, conforme disposto no Estatuto Social.

Em 2025, a Superintendência de Seguros Privados — SUSEP aprovou sob a PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2.432, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025 – o aumento de capital no montante de **R$ 21.700**, cujo aporte havia sido realizado em 2024.

Quantidade de Capital social	ações e 2025	– R$ mil	ações e 2024	– R$ mil
Capital integralizado	64.700.000	64.700	43.000.000	43.000
Posição em 31 de dezembro de 2025	**64.700.000**	**64.700**	**43.000.000**	**43.000**

b) Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	59.859	66.228
Ajustes Contábeis/		
(-) Despesas antecipadas/Créditos tributários (-)	(5.653)	(3.036)
(+/-) Valor de Ajuste = 60% (Valor justo dos ativos)	(4.716)	
(-) PLA Nível 3	(3.404)	–
PLA NIVEL 1 (a)	**46.086**	**63.193**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	5.235	5.596
PLA NIVEL 2 (b)	**5.235**	**5.596**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	3.404	–
PLA NIVEL 3 (c)	**3.404**	**–**
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3(d)	–	–
Patrimônio Líquido Ajustado Total (PLA) = (a) + (b)+(c) +(d)	**54.725**	**68.789**
Capital base(I)	8.100	8.100
Capital de risco (II)	37.898	24.936
Capital de risco de subscrição	11.172	10.231
Capital de risco de crédito	6.516	5.115
Capital de risco de mercado	30.014	17.121
Capital de risco operacional	397	284
Benefício da correlação de riscos	(10.201)	(7.816)
Capital mínimo requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (I) e (II)	**37.898**	**24.936**
(=) Suficiência de Capital (S= PLA-CMR)	**16.827**	**43.853**
Suficiência((PLA-CMR) /CMR)	**0,44**	**1,76**

c) Reserva legal

A Reserva Legal foi utilizada no exercício para absorção de prejuízos acumulados, conforme permitido pela legislação societária. Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a reserva legal pode ser utilizada para compensar prejuízos quando estes excederem os saldos de lucros acumulados e demais reservas de lucros. Após a absorção, o saldo remanescente da reserva legal será recomposto nos exercícios futuros, mediante destinação de 5% do lucro líquido apurado, até que seja atingido novamente o limite legal de 20% do capital social. O Estatuto da seguradora dispõe sobre a mesma determinação da Lei 6.404/76.

d) Dividendos mínimos obrigatorios

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com o Estatuto Social. Para o ano de 2025, não haverá distribuição de dividendos devido ao resultado do exercício.

19 DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Prêmios ganhos

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos – diretos	144.293	114.183
Prêmios de riscos vigentes não emitidos – (RVNE)	(136)	325
Variação das Provisões Técnicas	(57.472)	(36.279)
Total	**86.685**	**78.229**

b) Sinistros ocorridos

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros diretos	(20.174)	(15.561)
Despesas com sinistros – diretos	(2.021)	(3.749)
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	(707)	(544)
Despesas Relacionadas do IBNR	(81)	3
Total	**(22.983)**	**(19.851)**

c) Custos de aquisição

	31/12/2025	31/12/2024
Comissão sobre prêmios emitidos – diretos	(39.981)	(31.180)
Comissão de agenciamento	(387)	(211)
Outros custos de aquisição – representantes	(4.590)	(7.577)
Comissão riscos vigentes e não emitidos – (RVNE)	28	(56)
Variação do custo de aquisição diferido	914	(611)
Variação do custo de aquisição diferido – (RVNE)	(49)	108
Total	**(44.065)**	**(39.527)**

d) Outras receitas e despesas c/ operações de seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas e despesas c/ operações de seguros (RVR)	(4.127)	(1.481)
Total	**(4.127)**	**(1.481)**

e) Resultado de resseguro

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de resseguro	**5.944**	**4.000**
Recuperação de indenização	5.743	3.751
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	201	249
Despesa de resseguro	**(8.934)**	**(7.347)**
Prêmios de resseguros cedidos	(9.336)	(7.317)
Prêmio de resseguro risco vigentes e não emitidos (RVNE)	15	(14)
Provisão de Prêmios não ganhos – PPNG – ED	387	(16)
Total	**(2.990)**	**(3.347)**

f) Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal próprio	(8.266)	(7.725)
Despesas com serviços de terceiros	(12.372)	(10.598)
Despesas com localização e funcionamento	(926)	(666)
Despesas com publicidade e propaganda	(12.849)	(8.400)
Despesas com publicações	(32)	(33)
Despesas com donativos e contribuições	(32)	(30)
Outras Despesas	(213)	(1.096)
Despesas com convênio DPVAT	(1.027)	(128)
Total	**(35.717)**	**(28.676)**

g) Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos federais	(9)	–
Impostos Municipais	(1)	–
COFINS	(2.491)	(2.377)
PIS	(404)	(386)
Taxa de fiscalização	(489)	(312)
Total	**(3.394)**	**(3.075)**

h) Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	**17.609**	**12.328**
Títulos classificados como valor justo por meio do resultado	7.343	5.465
Títulos classificados Custo Amortizado	10.148	6.677
Receitas com créditos tributários	104	98
Receitas com operações de seguros e resseguros	14	68
Despesas Financeiras	**(1.727)**	**(1.549)**
Títulos de renda fixa – públicos	(1.150)	(182)
Despesas com operações de seguros	219	(686)
Outras despesas financeiras (Taxas e Juros)	(796)	(681)
Total	**15.882**	**10.779**

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O resultado fiscal foi apurado como se segue:

	Imposto de renda 31/12/2025	Imposto de renda 31/12/2024	Contribuição social 31/12/2025	Contribuição social 31/12/2024
Resultado antes dos impostos e participação nos lucros	**(10.708)**	**(7.072)**	**(10.708)**	**(7.072)**
Base de cálculo	**(10.708)**	**(7.072)**	**(10.708)**	**(7.072)**
Adições	4.967	2.401	4.967	2.401
Exclusões	(825)	(55)	(825)	(55)
Resultado fiscal do Exercício	**(6.566)**	**(4.726)**	**(6.566)**	**(4.726)**
(-) Compensação de prejuízo	–	–	–	–
Resultado fiscal após compensação de prejuízo	**(6.566)**	**(4.726)**	**(6.566)**	**(4.726)**
Tributo calculado pela alíquota oficial	–	–	–	–
(-) Imposto de renda e Contribuição Social – Diferidos	2.710	1.729	1.630	1.037
Alíquota efetiva	**-25,31%**	**-24,45%**	**-15,21%**	**-14,66%**

A Seguradora fechou o exercício de 2025 com um prejuízo fiscal do Imposto de Renda R$ 6.567 (em com prejuízo fiscal de 2024 de R$ 4.726) e da Contribuição Social no montante de R$ 6.567 (em 2024 com prejuízo fiscal de R$ 4.726). A Seguradora apresenta um saldo de crédito tributário proveniente de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa acumulado no montante de R$ 5.653 (em 2024 de R$3.027) e um crédito de diferença temporária acumulado no montante de R$ 3.404 (em 2024 de R$ 1.752). O referido crédito tributário foi constituído com base no estudo que demonstrou uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para que o crédito seja utilizado no prazo que determina norma regulatória.

b) Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes das diferenças temporárias entre os valores contabeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais.

Os saldos de impostos diferidos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:

	2025	Mov.	2024	Mov.	2023
Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.663	4.087	3.756	1.429	2.147
Provisão para contingências tributárias	6	–	6	2	4
Provisão para contingências cíveis	60	–	60	–	60
Outras contas a pagar	782	45	737	717	20
	8.511	**4.132**	**4.379**	**2.147**	**2.232**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social					
Saldo acumulado	14.166	6.566	7.600	4.726	2.874
	22.677	**10.698**	**11.980**	**6.873**	**5.106**
(x) Imposto de renda 15%, 10% de adicional de imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 9%	40%	40%	40%	40%	40%
Saldo	**9.071**	**4.279**	**4.792**	**2.749**	**2.042**

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias foi elaborada com base nas informações jurídicas e operacionais disponíveis, refletindo a melhor estimativa da Administração quanto ao prazo provável de reversão das diferenças temporárias.

Para fins de divulgação e clareza das premissas utilizadas:

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD): expectativa de realização em até 2 anos, considerando o ciclo de recuperação e baixa de créditos;

• Provisões cíveis e tributárias: apresentam prazos de realização incertos, uma vez que dependem de decisões judiciais em diferentes instâncias, não sendo possível estimar de forma confiável a data de realização ou reversão. Nesses casos, eventuais estimativas podem ser apresentadas de forma agregada em períodos ampliados.

Os saldos de impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias serão realizados de acordo com o cronograma a seguir:

Diferenças temporárias	IRPJ	CSLL
2026	1.090	654
2027	1.021	613
2028 a 2035	17	10
	2.128	**1.277**

A Seguradora elabora anualmente estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração, com o objetivo de avaliar a capacidade futura de geração de lucros tributáveis e, consequentemente, a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos registrados. Esse estudo considera projeções operacionais, premissas econômicas e análise do histórico de realização, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Os prejuízos fiscais e a base negativa de CSLL não possuem prazo de prescrição para aproveitamento, estando sua compensação limitada a 30% do lucro tributável, conforme legislação vigente. A realização desses créditos fiscais está suportada por projeções que indicam geração suficiente de resultados tributáveis ao longo dos próximos exercícios.

Os saldos de impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais serão realizados de acordo com o cronograma a seguir:

Base de Negativa e de Prejuízos fiscais	IRPJ	CSLL
2027	113	68
2028	673	404
2029	1.550	930
2030 a 2035	1.206	723
	3.542	**2.125**

Com base nas projeções internas atualizadas e na natureza das diferenças temporárias contabilizadas, não foram identificados indícios de perda de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos. A Administração conclui que os ativos fiscais diferidos são recuperáveis dentro dos prazos projetados, refletindo adequadamente os benefícios fiscais futuros esperados pela Companhia.

21 PARTES RELACIONADAS

Os contratos de seguro de viagem, acidentes pessoais e de vida em grupo dos funcionários e carteira de clientes do Grupo Omint foram contratados com a própria Seguradora.

Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Débitos de operações com seguros e resseguros	**1.526**	**584**
Comissões a pagar	1.526	584
Premium Assistance Serviços de Assistência Ltda.	1.526	584
Resultado	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Prêmios emitidos	**12.459**	**11.061**
Omint Serviços de Saúde Ltda.	12.459	11.061
Sinistros avisados	**(7.556)**	**(6.230)**
Omint Serviços de Saúde Ltda.	(7.556)	(6.230)
Despesas Administrativas	**(592)**	**(608)**
Omint Serviços de Saúde Ltda.	(592)	(608)
Resultado	**4.311**	**4.223**

Remuneração do pessoal-chave da administração

Foi fixado em Estatuto Social um montante global anual da remuneração dos administradores de até R$ 4.000. O Total da remuneração com o pessoal-chave da administração da seguradora em 31 de dezembro de 2025 foi de R$1.676 (R$1.498 em 31 de dezembro de 2024).

22 CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2*024 (Em milhares de reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**(6.369)**	**(4.307)**
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(39.371)	(28.661)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(9.881)	(2.516)
Outros créditos operacionais	157	126
Ativos de Resseguro	(2.128)	(403)
Créditos fiscais e previdenciários	(2.761)	(1.077)
Custo de Aquisição Diferidos	(864)	503
Despesas Antecipadas	9	–
Outros Ativos	(2.675)	(2.641)
Obrigações a pagar	335	1.034
Impostos e contribuições	(4)	114
Outras contas a pagar	7	–
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.377	(2.127)
Depósitos de terceiros	981	3.398
Provisões técnicas – seguros e resseguros	59.402	37.096
Outros ajustes – Contingências Previdenciárias	–	14
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	**214**	**553**

23 OUTRAS INFORMAÇÕES

Os honorários pagos aos auditores independentes praticados em 2025, foram de R$ 156.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Diretoria

Juan Carlos Villa Larroudet
André do Amaral Coutinho

Eduardo Octaviano Filho
Cícero Venicio Barreto de Souza

Ricardo Ferraz

Contadora

Luiza de Marilac Freire Araujo
CRC 1CE 015.592/O-0 "T" SP

Atuário

Adilson Salvadori
MIBA 1517

Parecer dos atuários independentes

Aos Diretores e Acionistas da
Omint Seguros S.A. – São Paulo-SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Omint Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Omint Seguros S.A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Omint Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Omint Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.
Joel Garcia – Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. – CIBA 48 – CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400, 04719-002

Anexo I
Omint Seguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2025
Total de provisões técnicas auditadas	164.323
Total de ativos de resseguro	5.952
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	3.159
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2025**
Provisões Técnicas auditadas (a)	164.323
Valores redutores auditados (b)	13.283
Total a ser coberto (a-b)	**151.040**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2025**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	37.898
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**37.898**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2025**
Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (a)	54.725
Ajustes Econômicos do PLA	519
Exigência de Capital (CMR) (b)	37.898
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**16.827**
Ativos Garantidores (d)	167.745
Total a ser coberto (e)	151.040
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**16.705**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2025**
1391, 0929, 0982, 0990, 0993, 1329, 1381, 1384, 1390	1.912
0969, 1369	3.245

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Omint SEGUROS

OMINT SEGUROS S.A.

CNPJ 20.646.890/0001-10 | SUSEP 02542

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Omint Seguros S.A. – São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Omint Seguros S.A. (Seguradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omint Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027.685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contador CRC SP 246031/O-8

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 2026

Data, Hora e Local: No dia 19/01/2026, às 10h, na sede social da Vigor Alimentos S.A., localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada em razão da presença de acionistas detentores da totalidade das ações da Companhia, conforme disposição do §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Presenças:** Presença de acionistas detentores da totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme lista de presença, constante no Livro de Presença de Acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia"). **Mesa:** César Alejandro de Los Santos Llamas - Presidente; Emerson Paiva Inácio - Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a reforma do Estatuto Social para alterar o Artigo 19, do Capítulo IV, da Seção II, para a criação de nova atribuição ao Conselho de Administração; **(ii)** a reforma do Estatuto Social para a criação de novo cargo de Diretor sem designação específica, e a consequente alteração dos Artigos 20 e 26 do Capítulo IV, da Seção III, para a criação de novas regras e atribuições aos Diretores estatutários; **(iii)** a reforma do estatuto social para alterar o Artigo 31 do Capítulo IV, da Seção III, ajustando a forma de representação da Companhia; **(iv)** a destituição dos Srs. Daniel Espinosa Herrera e Manuel Alejandro Zenteno Sanchez dos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** a eleição dos Srs. Raúl Mauricio Cameras e Gerardo Alberto Jáuregui Lozano para os cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia com a inclusão das alterações deliberadas; e **(vii)** outros assuntos de interesse dos presentes. **Deliberações:** Após exame, discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram: **(i)** a reforma do Estatuto Social para a criação de nova atribuição sob competência do Conselho de Administração, conforme a nova redação aprovada para o Artigo 19 do Estatuto Social: *"**Artigo 19.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. eleger e destituir os diretores, bem como discriminar as suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social; III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral; IV. fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos; V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; VI. apreciar o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; VII. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual (se houver) bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros; VIII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; IX. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício; X. deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários à conta de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral; XI. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social; XII. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação, inclusive incorporação de ações, da Companhia e de incorporação, inclusive incorporação de ações, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no Brasil ou no exterior; XIII. aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativas às controladas ou coligadas da Companhia; XIV. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, preço, prazo de integralização e as demais condições da emissão das ações, incluindo eventuais espécies e classes, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações; XV. deliberar sobre (i) a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações ordinárias, como previsto no §2º do artigo 6º deste Estatuto Social e (ii) debêntures simples, não conversíveis em ações, com ou sem garantia real, estabelecendo, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão de debêntures conversíveis e não conversíveis em ações ordinárias realizada nos termos deste inciso XIV, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver e o modo de subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures; XVI. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral; XVII. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes; XVIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; XIX. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação; XX. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros, bem como autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros de valor superior ao valor de alçada da Diretoria; XXI. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia; XXII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, para a prestação de fiança, pela Companhia, em contratos de locação em favor de seus funcionários de empresas ligadas (conforme definição constante no Regulamento do Imposto de Renda) pelo período que perdurar o seu contrato de trabalho, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria; XXIII. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do regulamento do imposto de renda) aos administradores, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio; XXIV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria; XXV. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um diretor (que não o Diretor-Presidente), do que se lavrará ata no livro próprio; XXVI. autorizar, por meio de Política de Alçadas, cujos termos serão criados e aprovados pelo Conselho de Administração em ato próprio, a outorga de procurações e os limites aplicáveis à celebração de contratos pelos diretores e procuradores da Companhia; XXVII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; XXVIII. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências; e XXIX. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento.* **(ii)** a reforma do estatuto social para a criação de novo cargo de Diretor sem designação especifica que, assim como os cargos de Diretor-Presidente, Diretor de Administração e Controle e o Diretor de Finanças, irá compor a Diretoria de forma permanente e obrigatória, conforme a nova redação aprovada para os Artigos 20 e 26 do Estatuto Social: *"**Artigo 20.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta por, no mínimo, 03 membros, dentre os quais serão designados Diretor-Presidente, Diretor de Administração e Controle, Diretor de Finanças e que poderão ser acumulados, e um Diretor sem designação específica. Os diretores terão prazo de mandato unificado de 3 anos, considerando-se ano o período compreendido entre 3 Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. **§1º.** Poderão ser eleitos outros Diretores sem designação específica, a critério do Conselho de Administração, respeitadas as condições estabelecidas no caput deste Artigo. **§2º.** Nos casos de vacância do cargo de qualquer membro da Diretoria, as funções desempenhadas pelo membro substituído serão desempenhadas pelo outro membro da Diretoria de forma temporária." "**Artigo 26.** A Diretoria se reúne validamente com a presença de, no mínimo, 3 diretores, sendo um deles sempre o Diretor-Presidente, e delibera pelo voto da maioria dos presentes, sendo atribuído ao Diretor-Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação."* **(iii)** a reforma do estatuto social para alterar a forma de representação da Companhia, alterando o Artigo 31 do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte nova redação: *"**Artigo 31:** A Companhia será sempre representada, em todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação por: **(i)** 2 diretores em conjunto; ou **(ii)** 1 Diretor em conjunto com 1 procurador; ou **(iii)** 2 procuradores, designados com base na Política de Alçada da Diretoria da Vigor Alimentos S.A, que deverão atuar em conjunto nos casos nela previstos; ou **(iv)** 1 procurador, desde que investido de poderes especiais. **§1º.** A representação da Companhia em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas ou autoridades federias, estaduais ou municipais, bem como autarquias e entidades paraestatais, compete isoladamente a qualquer diretor ou procurador devidamente constituído. **§2º.** Todas as procurações serão outorgadas por meio de instrumento público ou particular, pela assinatura de 2 Diretores, sempre outorgando poderes específicos por prazo determinado, exceto nos casos de procurações ad judicia, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado."* **(iv)** a destituição dos Srs. **Daniel Espinosa Herrera**, portador do Passaporte nº G17169687; e **Manuel Alejandro Zenteno Sanchez**, titular do passaporte nº G12580927, dos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** tendo em vista a destituição dos Srs. **Daniel Espinosa Herrera** e **Manuel Alejandro Zenteno Sanchez** acima qualificados, a eleição dos Srs. **Raúl Mauricio Cameras Moreno**, portador do Passaporte nº G39553212*; e* **Gerardo Alberto Jáuregui Lozano,** portador do Passaporte nº N18401918, para os cargos de membros do Conselho de Administração. Os Senhores **Raúl Mauricio Cameras** e **Gerardo Alberto Jáuregui Lozano**, acima qualificados, membros do Conselho de Administração ora eleitos, neste ato declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Companhia, nem foram condenados ou estão sob os efeitos de condenação, à pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Assim, os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse de seu cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse, anexo a esta ata como **Anexo I**, os quais serão lavrados no Livro qe Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Ademais, eles também constituíram representante residente no Brasil com poderes para, até, no mínimo, 3 anos após o término do prazo de gestão do administrador, receber: (i) citações em ações contra ele propostas com base na legislação societária; e (ii) citações e intimações em processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de exercício de cargo de administração em companhia aberta, conforme previsto no artigo 146, §2º, da Lei das S.A., vide instrumentos de procuração que integram esta ata como **Anexo II**. **(vi)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo III**. **(vii)** outros assuntos de interesse da Companhia: a. Fica ratificada a eleição dos membros do Conselho de Administração todos com mandato unificado de 3 anos, vigentes até 30/04/2028, os Srs.: **(a) Salvador Alfaro Hernández**, portador do Passaporte nº N01720450, como Presidente do Consenho de Administração; **(b) Raúl Mauricio Cameras Moreno**, portador do Passaporte nº G39553212; e **(c) Gerardo Alberto Jáuregui Lozano**, portador do passaporte nº N18401918. b. Fica ratificada a nomeação dos membros da Diretoria os Srs. **(a) Cesar Alejandro de Los Santos Llamas,** portador do passaporte nº G23073495, emitido pelos Estados Unidos Mexicanos, CPF 718.682.721-76, nomeado para o cargo de Diretor-Presidente, tendo sido eleito para o cargo por meio da Reunião do Conselho de Administração em 19/01/2026, a qual encontra-se devidamente registrada perante a JUCESP, para mandato de 3 anos, que se encerrará em 19/01/2029; **(b) Emerson Paiva Inácio**, C.I. 1.993.474, CPF 687.832.219-72, nomeado para o cargo de Diretor de Finanças e de Administração e Controle, tendo sido eleito para o cargo por meio da Reunião do Conselho de Administração em 19/01/2026, a qual encontra-se devidamente registrada perante a JUCESP, para mandato de 3 anos, que se encerrará em 19/01/2029; e **(c) Silvio La Rocca Santos**, CPF 259.836.808-89, C.I. 245303868 SESP/SP, eleito para exercer o cargo de Diretor sem designação específica, tendo sido eleito para o cargo por meio da Reunião do Conselho de Administração em 19/01/2026, a qual encontra-se devidamente registrada perante a JUCESP, para mandato de 3 anos, que se encerrará em 19/01/2029. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do §1º do Artigo 130 da Lei das S.A. que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Cesar Alejandro de Los Santos Llamas - Presidente; Emerson Paiva Inácio - Secretário. **Acionistas Presentes:** Lala Centroamerica, S.A. de C.V. e Lala Administracion y Control, S.A. de C.V. SP, 19/01/2026. **Mesa:** Cesar Alejandro de Los Santos Llamas - Presidente da Mesa; Emerson Paiva Inácio - Secretário da Mesa. **Sócias:** Lala Centroamerica, S.A. de C.V. - p.p. Daniel de Oliveira e Silva Vieira Lopes e Paula Camila Okiishi de Oliveira Cocuzza; Lala Administracion y Control, S.A. de C.V. - p.p. Daniel de Oliveira e Silva Vieira Lopes e Paula Camila Okiishi de Oliveira Cocuzza. **JUCESP -** 115.424/26-0 em 23/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **SINDIMERENDA - SINDICATO DAS EMPRESAS FORNECEDORAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, MERENDA ESCOLAR E ASSEMELHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, na figura de seu Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, em particular o estabelecido no art. 31º e 35º, informa que a partir desta data fica estabelecido o prazo final de até 07 de março de 2026 as 17h00min para registro formal de chapas concorrentes ao pleito eleitoral para a nova diretoria do SINDIMERENDA, e convoca todos os associados efetivos e fundadores em pleno gozo de seus deveres e direitos conforme prevê o art. 28º do Estatuto Social da Entidade, para uma Assembleia Geral Ordinária para fins de eleições, nos termos da inciso III do art. 22º, que se realizará no dia 09 de março de 2026, as 11h00min em 1ª chamada e ás 12:00 hs em 2ª chamada na Av. Diogenes Ribeiro de Lima, nº 3043 – Fundos - Alto da Lapa – São Paulo – SP, para tratar dos assuntos a seguir; Eleição dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o quinquênio 2026/2031, Instalação da mesa apuradora e eventual apuração.

São Paulo 28 de fevereiro 2026
Presidente – Cesar de Miranda Leal

Banco Bradesco BBI S.A.

CNPJ nº 06.271.464/0001-19 – NIRE 35.300.335.791

Ata da Reunião da Diretoria

Data, Hora, Local: Em 15.12.2025, às 14h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Bruno D'Avila Melo Boetger; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Deliberação:*** Registrar os pedidos de renúncia aos cargos de Diretor, formulados por Nairo José Martinelli Vidal Júnior, Oswaldo Tadeu Fernandes e Rafael Padilha de Lima Costa em cartas desta data (15.12.2025), cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito. ***Encerramento:*** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Bruno D'Avila Melo Boetger, Clayton Neves Xavier, Luis Felipe Thut Maciel, Rui Miguel Aleixo Marques, Nilton Pereira dos Santos Junior, Affonso Correa Taciro Junior e Antonio Campanha Junior. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Antonio Campanha Junior - *Secretário.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 13.640/26-4, em 28.1.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

JUST FIT PARTICIPAÇÕES EM EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 16.738.149/0001-02 - NIRE 353.004.976-43

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Realizada em 22 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: Em 22 de dezembro de 2025, às 17 horas, na sede social da Just Fit Participações em Empreendimentos S.A. ("Companhia"), localizada no Município e Estado de São Paulo, na Avenida Santa Catarina, nº 2.566, Pavimento 3, Vila Mascote, CEP 04.378-200. **2. Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da única acionista, Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa**: Presidente: Sr. Edgard Gomes Corona; Secretária: Sra. Amanda Macedo Lemos. **4. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** a retificação do texto da deliberação constante do item (5.1.1) da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de setembro de 2025; e **(ii)** autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivação da deliberação tomada no item anterior. **5. Deliberações**: Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista aprovou, sem quaisquer ressalvas: **5.1.** Aprovar a retificação do texto da deliberação constante do item (5.1.1) da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30/09/2025, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº390.552/25-2, em sessão de 06/11/2025, exclusivamente para corrigir o prazo de pagamento do JCP aprovado na referida Assembleia, de modo que, **onde lê-se**: "*O pagamento do JCP, ora aprovado, será realizado até **31 de dezembro de 2025**, sem correção de juros e atualização monetária, em favor da acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte.*", **leia-se**: "*O pagamento do JCP, ora aprovado, será realizado até **27 de fevereiro de 2026**, sem correção de juros e atualização monetária, em favor da acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte*". **5.2.** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas nos itens anteriores. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata**: Nada mais haver a tratar, foi encerrada a Assembleia, que atendeu a todas as formalidades legais, e lavrada a presente ata que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Edgard Gomes Corona, Presidente da Mesa; e Amanda Macedo Lemos, Secretária da Mesa, certificam que os representantes da única acionista da Companhia - Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A., estiveram presentes na Assembleia, os Srs. Edgard Gomes Corona e André Macedo Pezeta. *Certifico que esta ata é cópia fiel da lavrada no livro de Assembleias Gerais arquivado na sede da Companhia.* São Paulo, 22 de dezembro de 2025. **Mesa**: **Edgard Gomes Corona -** Presidente da Mesa, **Amanda Macedo Lemos -** Secretária da Mesa. JUCESP nº 111.785/26-1 em 18/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO COPAN

INSCRITO NO GUINNESS BOOK

EDITAL

O Síndico do Condomínio Edifício COPAN, atendendo o artigo XI, §1º, § 4º e demais que lhes são próprios da Convenção Condominial, **CONVOCA**, os Srs. Condôminos a participarem da Assembleia Ordinária e Extraordinária, que realizar-se-á no dia 18 de março de 2026, em 1ª Convocação às 18:00 hs e em 2ª Convocação às 18:30 hs, na hipótese de não atingir o "quórum" necessário para a sua instalação, ambas no FOYER do próprio Edifício, para deliberar sobre a seguinte pauta do dia: **Ordem do Dia – Sessão Ordinária:** Apresentação, Discussão e Votação acerca dos seguintes itens: 1- Parecer do Conselho Consultivo sobre as contas 2025-2026; 2- Discussão e votação das contas 2025-2026; 3- Eleição Complementar do Conselho Consultivo 2026-2027, 4- Previsão Orçamentária 2026/2027. **Ordem do Dia – Sessão Extraordinária:** Apresentação, Discussão e Votação acerca dos seguintes itens: 1-Verbas setor segurança, extintores, mangueiras. AVCB 02/2027 (adequações); 2-Foyer: Instalação COPAN CULTURAL; 3- Termo de Cessão de uso dos Banheiros de Lojas; 4-PCD – Instalação de Banheiros acessíveis; 5-SIPAT. Cobrança de uso banheiros para o SIPAT; 6-Winker (aviso de vencimento); 7-Recolhimento mensal do 13º salário dos empregados (2026 - 9 parcelas); 8-Transferência de saldo entre contas bancárias; 9-Projeção de propaganda na Fachada; 10-Para-raio – Projeto de medição e execução de estruturas; 11-Rescaldo obra da fachada sul: limpeza geral e de cobogós, pintura, recortes de janelas, calafetação dos rufos, substituição de vidros; 12- Refazimento das juntas de dilatação (3 juntas) e 13- Multa infracional. **O credenciamento dos portadores de procuração, bem como, o acesso às senhas de votação, será feita na Administração do Condomínio, na sobreloja do Bloco F, dias 16 (segunda-feira) e 17(terça Feira) de março de 2026.**

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.
Aluir Guilherme Fernandes Milani
Síndico

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, PAULO RICARDO DE PINHO MACHADO, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 40783923-9, CPF nº 376.270.388-47, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Otto de Barros nº 141, Casa, Vila Santo Estevão, fica intimado a purgar a mora referente a 08 (oito) prestações em atraso, vencidas de 14/06/2025 a 14/01/2026, no valor de R$51.842,25 (cinquenta e um mil oitocentos e quarenta e dois reais e vinte cinco centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$51.870,88 (cinquenta e um mil oitocentos e setenta reais e oitenta e oito centavos), que atualizado até 29/05/2026, perfaz o valor de R$78.073,10 (setenta e oito mil e setenta e três reais e dez centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia o imóvel localizado na Rua Marques de Lages nº 1380, Apartamento nº 227, localizado no 22º pavimento do Condomínio Gardens II Living Club, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 08 na matrícula nº 212.264. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. O Substituto.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, MIRIAM DO NASCIMENTO LUCARTS, brasileira, solteira, maior, cabelereira, barbeira, manicure, pedicure, maquiadora, esteticista e massagista, RG nº 41.583.832-3, CPF nº 342.716.848-48, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Belas Artes nº 26, Vila Dom Pedro I, fica intimada a purgar a mora referente a 19 (dezenove) prestações em atraso, vencidas de 09/07/2024 a 09/01/2026, no valor de R$14.632,41 (quatorze mil seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$15.413,59 (quinze mil quatrocentos e treze reais e cinquenta e nove centavos), que atualizado até 02/06/2026, perfaz o valor de R$17.877,35 (dezessete mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia o imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 840, lote 02B, Apartamento nº 512, localizado no 5º pavimento da Torre 02, do Condomínio Residencial Dez Celeste, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 385 na matrícula nº 235.455, transportada pela Av. 1 na matrícula nº 256.355. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. O Substituto.

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 - NIRE 3.530.003.478-3

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 05 DE MARÇO DE 2026.

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 2º andar, no dia 05/03/2026 às 11h, em primeira chamada, e às 11:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **I - AGE: (a)** deliberar sobre a aceitação do aumento de capital social da Companhia; **(b)** alteração do artigo 5º do estatuto; e **(c)** autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia. São Paulo, 25 de fevereiro de 2026. Bruno Cunha Almeida e Rui Luis Fernandes - Diretores.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0048219-98.2024.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito / Avaliação. Exequente: **Sociedade Beneficente São Camilo**. Executado: **Fabiana Magagna**. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0048219-98.2024.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **16ª Vara Cível, do Foro Central Cível**, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Bernardi Baccarat, na forma da Lei, etc. FAZ SABER à **Fabiana Magagna**, CPF nº 28209245813 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por **Sociedade Beneficente São Camilo**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$ 4.019,80, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de **São Paulo**, aos 13 de fevereiro de 2026.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1005779-76.2024.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: **Hospital São Camilo - Santana**. Requerido: **Antonio Silva dos Santos**. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1005779-76.2024.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana**, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo de Azevedo Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **ANTONIO SILVA DOS SANTOS**, CPF 12659557861, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **Hospital São Camilo - Santana**, alegando em síntese: Cobrança da quantia de R$ 3.849,61 (Fevereiro/2024), decorrente da Nota Fiscal – nº 00359190, referente ao atendimento e tratamento médico prestado pelo Hospital requerente. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de **São Paulo**, aos 27 de novembro de 2025.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº. 35300326032 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 18/03/2026

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada na sede da Companhia no dia 18/03/2026, às 13 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** contratação de financiamento, pela Companhia, para as obras de extensão da Linha 4 do Metrô de São Paulo, por meio da linha do Programa Pró Transporte, junto ao Banco BTG Pactual S.A., no valor de até R$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais), com (a) garantia corporativa proporcional à participação de cada acionista na Companhia até o *completion*[1] do projeto e (b) garantias reais na forma de cessão fiduciária de direitos e alienação fiduciária de ações da Companhia a serem constituídas após o *completion* do projeto e **(ii)** realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures institucionais, no valor de até R$ 1.829.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e nove milhões de reais), com garantia corporativa proporcional à participação de cada acionista na Companhia. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail: ana.fonseca@motiva.com.br. Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os Acionistas ou seus representantes legais, para serem admitidos na AGE, deverão provar a sua qualidade de acionista.

São Paulo/SP, 25 de fevereiro de 2026.

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente do Conselho de Administração

[1] Conclusão das obras conforme atestado por engenheiro independente e atingimento de DL/EBITIDA < 2,5x.

---

www.jornalodiasp.com.br

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 2026

Data, Hora e Local: Aos 19/01/2026, às 11:30h, na sede social da **Vigor Alimentos S.A.,** localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Mesa:** Salvador Alfaro Hernández - Presidente; Pedro de Gouvêa Leitão - Secretário. **Convocação e Presença:** Devidamente formalizadas nos termos do artigo 18, §1º do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia: (i)** Aprovar, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, a criação de uma Política de Alçadas da Companhia, conforme previsão do inciso XXVI do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria: (a) **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** para o cargo de Diretor-Presidente; e (b) **Emerson Paiva Inácio** para o cargo de Diretor de Finanças e de Administração e Controle; e **(iii)** deliberar sobre a eleição do Sr. **Sílvio La Rocca Santos,** RG 245303868 SESP/SP, CPF 259.836.808-89, para o cargo de Diretor sem designação específica. **Deliberações:** Após exame, discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o seguinte: (i) Aprovar uma Política de Alçadas da Diretoria para estabelecer as diretrizes para a outorga de procuração com poderes específicos a procuradores para representação da empresa na assinatura de contratos e outros documentos, definindo limites de valores e tipos de matérias autorizadas, conforme previsto no inciso XXVI do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo I.** (ii) Reeleger os membros da Diretoria, todos com mandato unificado de 3 anos, iniciando em 19/01/2026 vigentes até 19/01/2029, os Srs. (a) **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas,** portador do passaporte nº G23073495, emitido pelos Estados Unidos Mexicanos, CPF 718.682.721-76, nomeado para o cargo de Diretor-Presidente; e (b) **Emerson Paiva Inácio,** C.I. 1.993.474, CPF 687.832.219-72, nomeado para o cargo de Diretor de Finanças e de Administração e Controle. (iii) Eleger e nomear para o cargo de Diretor sem designação específica, o Sr. **Sílvio La Rocca Santos,** acima qualificado, cujo mandato se estenderá até 19/01/2029, de forma a manter mandato unificado com os demais membros da Diretoria, sendo permitida a reeleição. Os Srs. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas, Emerson Paiva Inácio e Sílvio La Rocca Santos** ora eleitos, respectivamente, para os cargos de Diretor-Presidente, Diretor de Finanças e de Administração e Controle e Diretor sem designação específica, neste ato declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, nem foram condenados ou estão sob os efeitos de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, Srs. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas, Emerson Paiva Inácio e Silvio La Rocca Santos** ora eleitos, tomarão posse em seus respectivos cargos mediante assinatura do respectivo Termo de Posse **(Anexo II)** a ser lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia em até 30 dias a contar da presente data, conforme previsto no §1º do Artigo 149 da Lei das S.A. (Lei 6.404/79). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Salvador Alfaro Hernández - Presidente; Pedro de Gouvêa Leitão - Secretário. Conselheiros Presentes: Salvador Alfaro Hernández, Gerardo Alberto Jáuregui Lozano e Raúl Mauricio Cameras. SP, 19/01/2026. **JUCESP** - 115.425/26-3 em 23/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Suhai Seguradora S.A.

CNPJ nº 16.825.255/0001-23

Demonstrações Financeiras para Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Panorama Econômico de 2025 e seus impactos no setor segurador: O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico nacional que, apesar dos desafios globais, apresentou fundamentos sólidos e um mercado de seguros em expansão. A inflação encerrou o exercício em 4,26%, situando-se dentro do limite superior da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Para garantir a convergência inflacionária, o Banco Central manteve a taxa Selic em 15% ao ano, contribuindo para condições financeiras mais restritivas. O mercado de trabalho continuou aquecido: a taxa de desemprego atingiu 5,6% na média anual e 5,1% ao final do ano, o menor patamar histórico, enquanto a renda média real apresentou crescimento de 5,7%. Esse movimento sustentou a demanda agregada, ainda que o crédito mais caro tenha moderado a expansão do consumo e do investimento. A atividade econômica nacional cresceu 2,7% no acumulado de doze meses, influenciada pelo efeito defasado da política monetária contracionista e pela redução da liquidez. No setor público, observou-se déficit primário de 0,48% do PIB, refletindo a continuidade de uma política fiscal restritiva. No ambiente internacional, intensificaram-se tensões comerciais entre grandes economias, com volatilidade cambial e incerteza geopolítica, fatores que impactaram expectativas e preços de commodities. Apesar disso, o Brasil manteve resiliência, apoiado no desempenho dos serviços, na robustez do mercado laboral e na recuperação da arrecadação tributária. **Impactos esperados sobre o mercado segurador:** O setor segurador brasileiro, supervisionado pela Susep, historicamente apresenta baixa volatilidade frente ao ciclo econômico, mas é sensível a: • níveis de renda e emprego, que afetam a contratação e renovação de seguros; • taxa de juros, que influencia a rentabilidade das aplicações garantidoras das provisões técnicas; • custo do crédito, que reduz a venda de veículos e, por consequência, a demanda por seguros automotivos; • inflação, que pressiona custos de sinistros e reposição de peças. Em 2025, a combinação de inflação sob controle, geração de empregos e aumento da renda real sustentou o crescimento do setor, ao passo que a Selic elevada aumentou a rentabilidade financeira das reservas técnicas. **Desempenho da Companhia em 2025:** A Companhia, que opera exclusivamente no território brasileiro, apresentou desempenho robusto no exercício de 2025, beneficiando-se do ambiente macroeconômico estável e da consolidação do seu modelo de negócios. A ampliação do portfólio, com inclusão da cobertura compreensiva (perda parcial), somada às tradicionais coberturas de furto/roubo, perda total e RCFV, impulsionou o crescimento operacional. **Receita e sinistralidade:** Os prêmios ganhos cresceram 17,19%, alcançando R$1.688 milhões, refletindo expansão da base segurada e aprimoramento comercial. A **sinistralidade reduziu-se para 62,1%**, ante 63,5% em 2024, resultado da melhoria no perfil da carteira e da maior eficiência operacional. **Balanço patrimonial e solvência:** Os ativos totais atingiram R$2.330 milhões, crescimento de 21,08% sobre 2024. As provisões técnicas somaram R$1.512 milhões, mantendo cobertura compatível com as exigências prudenciais da Susep, em linha com a Circular SUSEP nº 740/2024. O patrimônio líquido totalizou R$352,1 milhões, incremento de R$63,5 milhões no exercício, sustentado pelo resultado positivo da operação. **Visão Geral de Riscos:** A Companhia mantém uma estrutura robusta de gestão de riscos, abrangendo riscos de seguros, crédito, mercado, liquidez, operacional, jurídico e de sustentabilidade, em conformidade com as exigências regulatórias da Susep. Em 2025, foram aplicados políticas formais, controles internos, testes de estresse e análises de sensibilidade que reforçaram a capacidade de absorção de choques e asseguraram a suficiência do patrimônio líquido ajustado frente ao Capital Mínimo Requerido, bem como a adequada cobertura das provisões técnicas. A carteira permaneceu amplamente diversificada e suportada por resseguro não proporcional, contribuindo para a estabilidade dos resultados, enquanto os riscos de sustentabilidade foram classificados como imateriais, sem impactos relevantes sobre o desempenho operacional ou financeiro da Companhia. **Política de equidade e indicadores de gênero: Diretrizes da política de equidade:** A Companhia adota diretrizes para contratação e promoção em equidade de oportunidades, promovendo um ambiente de trabalho inclusivo, contemplando, entre outros: processos de recrutamento e seleção com critérios objetivos; ações de desenvolvimento e capacitação; e monitoramento periódico de indicadores de composição do quadro de pessoas e de remuneração por função equivalente.

Mulheres contratadas por nível hierárquico:

Nível hierárquico	Total (2024)	Mulheres (2024)	Total (2025)	% Mulheres (2025)
Gestoras	19	9%	21	9%
Não Gestoras	82	38%	88	39%
Total	101	47%	109	48%

A Companhia não possui um Conselho de Administração, portanto seu time de administração é a própria diretoria. **Remuneração fixa, variável e eventual - segregada por sexo (funções similares):** A companhia monitora e acompanha os valores de remuneração por gênero, e outros fatores, garantindo o cumprimento do Art. 461 da CLT: Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. Variações podem ocorrer em função de experiência, performance e nível de senioridade

Evolução comparativa 2024 x 2025 (resumo):

Indicador	2024	2025	Variação
% de mulheres gestoras	9%	9%	0
% de mulheres não gestoras	38%	39%	1%

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**2.314.169**	**1.897.614**	**CIRCULANTE**		**1.953.005**	**1.610.461**
Disponível		**1.609**	**609**	**Contas a pagar**		**75.614**	**71.133**
Caixa e bancos		1.609	609	Obrigações a pagar	14.1	10.418	19.276
Aplicações	5.1	**976.220**	**819.096**	Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	55.446	44.175
Créditos das operações com seguros e resseguros		**684.915**	**550.539**	Encargos trabalhistas		4.065	3.322
Prêmios a receber	7.1	614.897	497.659	Impostos e contribuições	14.3	5.685	4.360
Operações com resseguradoras	7.2	68.696	52.743	**Débitos das operações com seguros e resseguros**		**363.135**	**294.411**
Outros créditos operacionais		1.322	137	Prêmios a restituir		-	2.021
Ativos de Resseguro e Retrocessão Diferidos	8	**249.581**	**200.411**	Operações com resseguradoras	15	319.853	254.776
Títulos e créditos a receber		**48.549**	**37.773**	Corretores de seguros e resseguros	15	43.113	37.445
Créditos tributários e previdenciários	9.1	7.125	6.521	Outros débitos operacionais		169	169
Depósitos Judiciais		272	192	**Provisões técnicas - seguros**	16.1	**1.512.050**	**1.243.855**
Outros créditos	9.2	41.152	31.060	Danos		1.512.050	1.243.855
Outros valores e bens		**112.680**	**91.671**	**Outros débitos**		**2.206**	**1.062**
Bens a venda	10	112.680	91.671	Passivos de arrendamentos	12	2.206	1.062
Despesas Antecipadas		**8.900**	**6.474**	**NÃO CIRCULANTE**		**24.857**	**25.389**
Custos de aquisição diferidos		**231.715**	**191.041**	**Contas a pagar**		**20.017**	**20.017**
Seguros	11	231.715	191.041	Empréstimos e Financiamentos - Debêntures	17	20.017	20.017
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**15.866**	**26.839**	**Outros débitos**		**4.840**	**5.372**
Realizável a longo prazo		**5.991**	**15.032**	Provisões judiciais	18	1.032	445
Outros valores e bens		**5.991**	**15.032**	Passivos de arrendamentos	12	3.808	4.927
Ativos de direitos de uso - arrendamentos	12	5.991	15.032	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	19	**352.173**	**288.603**
Imobilizado	13	**9.875**	**11.807**	Capital social		163.216	163.216
Bens móveis		5.492	7.205	Aumento de capital em aprovação		165.043	-
Outras imobilizações		4.383	4.602	Reservas de Lucros		23.914	125.387
TOTAL DO ATIVO		**2.330.035**	**1.924.453**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**2.330.035**	**1.924.453**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

		Aumento/Redução	Reserva de lucros			
	Capital Social	**Capital em aprovação**	**Reserva legal**	**Reserva estatutária**	**Lucros (Prejuízos) acumulados**	**Total**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**113.216**	**-**	**9.202**	**102.237**	**-**	**224.655**
Dividendos distribuídos	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)
AGE de 19/03/2024	-	50.000	-	(50.000)	-	-
Portaria SUSEP CGRAT nº 2018 de 19/03/2024	50.000	(50.000)	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	99.416	99.416
Juros remuneratórios sobre o capital próprio	-	-	-	-	(15.468)	(15.468)
Constituição da Reserva Legal	-	-	4.971	-	(4.971)	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	78.977	(78.977)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**163.216**	**-**	**14.173**	**111.214**	**-**	**288.603**
Dividendos distribuídos	-	-	-	(68.000)	-	(68.000)
AGE de 15/12/2025	-	165.043	-	(165.043)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	156.570	156.570
Juros remuneratórios sobre o capital próprio	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Constituição da Reserva Legal	-	-	7.828	-	(7.828)	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	123.742	(123.742)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**163.216**	**165.043**	**22.001**	**1.913**	**-**	**352.173**

Demonstrações do Resultado

Demonstrações do Resultado	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios emitidos	20.1	1.858.840	1.575.561
Variação das provisões técnicas de prêmios	20.2	(170.880)	(135.235)
Prêmios ganhos	20.3	**1.687.960**	**1.440.326**
Sinistros ocorridos	20.4	(1.049.028)	(915.315)
Custos de aquisição	20.5	(392.827)	(317.432)
Outras receitas e despesas operacionais	20.6	(88.747)	(78.361)
Resultado das operações de resseguros	20.7	**(8.101)**	**(7.859)**
Receitas com resseguro		364.630	334.881
Despesas com resseguro		(372.731)	(342.740)
Despesas administrativas	20.8	(186.726)	(161.245)
Despesas com tributos	20.9	(53.864)	(40.689)
Resultados financeiro	20.10	320.547	232.069
Resultado operacional		**229.214**	**151.494**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(1)
Resultado antes dos impostos e participações		**229.214**	**151.493**
Imposto de renda	21	(43.165)	(30.846)
Contribuição social	21	(28.375)	(19.740)
Participações sobre o lucro		(1.104)	(1.491)
Lucro do exercício		**156.570**	**99.416**
Quantidades de ações		121.430.180	85.315.308
Lucro por ação - R$		1,29	1,17

Demonstrações do Resultado Abrangente	31.12.2025	31.12.2024
Lucro Líquido do Exercício	**156.570**	**99.416**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício, Líquido dos Impostos	**156.570**	**99.416**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	**156.570**	**99.416**
Ajustes Para: Depreciação e amortização	11.401	7.951
Variação das provisões técnicas de seguros	185.317	134.849
Variação das provisões para contingências	(587)	(86)
Baixas de imobilizado	3.107	4.319
Variação nas contas patrimoniais: Ativos financeiros	(157.123)	(171.193)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(134.376)	(48.072)
Ativos de resseguro	(49.169)	(3.447)
Créditos fiscais e previdenciários	(605)	(5.730)
Títulos e créditos a receber	(10.092)	(16.939)
Depósitos Judiciais	(79)	(116)
Custos de Aquisição Diferidos	(40.674)	(38.397)
Despesas Antecipadas	(2.428)	(5.513)
Outros ativos	(21.577)	(12.931)
Impostos e encargos sociais a recolher	11.272	6.455
Impostos e contribuições	1.325	(5.192)
Outras contas a pagar	(3.572)	1.348
Débitos de operações com seguros e resseguros	68.724	(15.372)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	82.878	95.116
Outros passivos	3.028	795
Caixa gerado pelas operações	**103.340**	**27.261**
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	**103.340**	**27.261**
Atividades de investimento: Aquisições de imobilizado	(2.966)	(3.316)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(2.966)**	**(3.316)**
Atividades de financiamento: Juros sobre capital próprio	(32.544)	(6.980)
Pagamentos de dividendos	(65.000)	(20.000)
Emissão de debêntures	-	10.000
Pagamentos de arrendamentos	(1.830)	(7.034)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(99.374)**	**(24.014)**
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**1.000**	**(69)**
Caixa no início do exercício	609	678
Caixa no fim do exercício	1.609	609
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**1.000**	**(69)**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A Suhai Seguradora S.A. (doravante "Companhia" ou "Seguradora") foi constituída em 04/07/2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 5.118, de 21/01/2013. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social operar com seguros de danos, sobretudo no ramo de automóveis, em todo território nacional. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 27/02/2026. **2. Base de Elaboração e Apresentação: 2.1 Base de preparação:** Em consonância com os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12/11/2021, e alterações posteriores as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida circular e seguem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, em linha com as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022 e com as versões vigentes dos Manuais Contábeis do Mercado Segurador, a Companhia aplica, desde 01/01/2024, os critérios do CPC 48 - Instrumentos Financeiros na classificação, mensuração e redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros, bem como as divulgações correlatas, conforme referendado pela SUSEP. A Lei nº 15.040/2024 institui um novo marco legal para os contratos de seguro privado, modernizando e substituindo dispositivos do Código Civil e do Decreto-Lei nº 73/1966. A norma consolida regras sobre formação, execução e extinção dos contratos de seguro e reforça exigências de autorização para operação, interesse segurável e responsabilidades das seguradoras. A lei entrou em vigor em 10/12/2025 e seus impactos já foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, cujas principais modificações em relação ao formato de apresentação foram: (i) as Provisões técnicas passam a ser apresentadas por grupo de ramos de seguros; (ii) parte das despesas com monitoramento e antifurto, que possuem pagamento anual estão sendo apresentadas no grupo "Custos de aquisição". **2.2 Base para mensuração, moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$) e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Companhia é o Real. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros, estimativas atuariais de IBNR/IBNeR, teste de suficiência das reservas (TAP), mensuração de salvados e provisões judiciais. As políticas contábeis discriminadas adiante foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **2.4 Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **3. Principais Políticas Contábeis: 3.1 Disponível (Caixa e equivalentes de caixa):** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 30 dias a contar da data de aquisição. Em 31/12/2025 e 2024, a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como 'caixa restrito', bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros. **3.2 Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial e de acordo com as seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; e • Empréstimos e recebíveis. A Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores estabelece que os ativos financeiros para cobertura técnica devem ser registrados a valor justo por meio do resultado. **3.2.1** Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **3.2.2** Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. A Companhia não possui operações com empréstimos na data de encerramento das demonstrações financeiras ou provisões para devedores duvidosos. **3.2.3** Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia prevê na sua política de investimentos a restrição para operações com Derivativos, em especial se puderem comprometer valor superior ao principal. A Companhia pode realizar operações de Hedge para cobrir passivos em moeda não funcional. Na data dessas demonstrações financeiras, a companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período. **3.2.4** *Impairment* e provisão para devedores duvidosos: Caso um ativo financeiro seja considerado como *impairment*, a Companhia deve registrar a perda em conta de resultado se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração, tais como: • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Quebra de termos contratuais, tais como default ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata; • Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários). Além disso, uma Provisão para Devedores Duvidosos pode ser constituída para refletir, de forma prudente e prospectiva, as perdas esperadas associadas aos créditos a receber, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e Circular Susep 648/2021. A mensuração considera critérios objetivos de risco de crédito, histórico de inadimplência, envelhecimento da carteira e informações prospectivas. A provisão é revisada periodicamente para assegurar adequada mensuração dos ativos financeiros. Os valores reconhecidos impactam o resultado do período, observando o princípio da prudência e a fidedignidade das demonstrações financeiras. **3.3 Bens a venda - Salvados:** Refere-se a ativos recuperados e registrados após a regulação do sinistro. Estão estimados ao valor de realização, deduzidos os custos diretamente relacionados à sua venda, e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. Os salvados são mensurados através do percentual médio de venda nos últimos 12 meses, de acordo com a classificação de Dano: grande, médio ou pequeno e percentual do valor de mercado do bem. **3.4 Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições, outras contas a pagar e debêntures. São reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados subsequentemente, em geral, ao custo amortizado pelo método dos juros efetivos, exceto quando a mensuração a valor justo por meio do resultado for exigida ou designada conforme CPC 48 e regulamentação aplicável. **3.4.1** Empréstimos financeiros: Composto por debentures reconhecidas inicialmente por seus valores de contratação, deduzidos dos respectivos custos de transação e atualizados de acordo com as taxas de juros pactuadas. **3.5 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, com relação às probabilidades de perda, cuja análise é efetuada pela assessoria jurídica da Companhia. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Passivos contingentes são divulgados se forem classificados como "possível" ou "remoto" pela análise jurídica. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito "provável" são apenas divulgados. **3.6 Classificação dos contratos de seguros:** Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. As receitas de prêmios e os respectivos custos de aquisição são reconhecidos na emissão da apólice ou no início da vigência do risco. Uma provisão é constituída para riscos já vigentes, mas sem emissão da apólice (RVNE - Provisão para Riscos Vigentes Não Emitidos). O reconhecimento é realizado de forma linear ao longo do período de cobertura, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, conforme o prazo de vigência das apólices. **3.7 Ativos e passivos de resseguros:** Ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos referente à cobertura não decorrida e (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que ainda não foram recuperadas junto ao ressegurador. Os passivos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguro a pagar e (ii) antecipações de sinistros referente a sinistros ainda não pagos aos beneficiários/segurados finais. **3.8 Provisões Técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA. **O Custo de Aquisição Diferido - CAD** é constituído pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido - vigência da apólice. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados e os custos com aquisição de seguro diretamente atribuíveis à apólice e que sejam incrementais e variáveis. **A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG** é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. **A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE** corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado em um determinado mês, mas cuja emissão ainda não ocorreu e, portanto, não foram contemplados no cálculo da PPNG constituída para o mês de referência. **A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL** é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. **A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR** representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia contempla também a Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Reportados (IBNeR), que visa estimar ajustes nos valores dos sinistros a liquidar até seu encerramento, utilizando técnicas estatísticas e atuariais baseadas no histórico de desenvolvimento dos sinistros. **A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR** representa o montante esperado de despesas ainda não pagas ou suficientemente reservadas, relacionadas aos sinistros ocorridos. Todas as provisões técnicas são constituídas conforme as Notas Técnicas Atuariais e revisadas periodicamente, em conformidade com as normas da Circular Susep 648/2021 e Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores. **3.9 Arrendamento Mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil da Companhia são contabilizados conforme as normas do CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil, reconhecendo no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O valor do ativo e do passivo é calculado pelo valor presente das parcelas futuras do contrato, incluindo custos diretos associados. A amortização do ativo é registrada ao longo da vigência do contrato, e os juros do passivo são apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva. Contratos de tecnologia (incluindo software e serviços relacionados) são avaliados para determinar se contêm arrendamento, conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos, considerando a existência de ativo identificado e o controle do direito de uso. Quando não caracterizado arrendamento, os dispêndios são tratados como serviço e/ou ativo intangível, conforme aplicável. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. Os tributos diferidos são calculados e contabilizados mensalmente sobre as adições temporárias (provisões indedutíveis) ao lucro real e base da contribuição social sobre o lucro, às alíquotas vigentes. **3.11 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência no momento em que são incorridas. **3.12 Teste de Adequação do Passivo:** Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, foi realizado o Teste de Adequação de Passivos (TAP), com o objetivo de avaliar se as provisões técnicas são suficientes para cobrir os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro. O estudo referente à data-base de 31/12/2025 concluiu que o passivo da Companhia está adequado, não havendo necessidade de ajustes nas provisões técnicas, após a dedução dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados. Consequentemente, não foi necessária a constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024. O TAP referente aos contratos vigentes em 31/12/2025 foi elaborado conforme o CPC 11 - Contratos de Seguros. Para sua elaboração, os fluxos de caixa foram projetados considerando o valor contábil dos passivos de seguros, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis vinculados aos contratos. Esses fluxos foram descontados pela Estrutura a Termo da Taxa de Juros livre de risco (ETTJ), conforme metodologia da SUSEP, utilizando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação da curva de juros, complementado por algoritmos de otimização não linear para estimação de parâmetros. A Companhia adota segmentação por agrupamentos de ramos com características semelhantes. As perdas são inicialmente apuradas por segmento, com compensação no resultado consolidado dos agrupamentos. Caso seja identificado déficit que não possa ser integralmente compensado, deve ser constituída a PCC, conforme previsto nas normas vigentes. Os testes de adequação dos passivos na data-base de 31/12/2025 não indicaram a necessidade de constituição da referida provisão. As principais premissas utilizadas são descritas a seguir: Taxa de Juros: Taxa de juros livre de risco PRÉ-FIXADA. Sinistralidade: GRUPO 05 = sinistralidade 62,31%. **3.13 Benefícios a empregados e remuneração:** A Companhia concede benefícios a empregados classificados como benefícios de curto prazo e benefícios de longo prazo, reconhecidos contabilmente em conformidade com o CPC 33 - Benefícios a Empregados. **3.13.1 Benefícios de curto prazo:** Os benefícios de curto prazo incluem plano de assistência médica, auxílio alimentação, seguro de vida e contribuições a plano de previdência privada. Esses benefícios são reconhecidos no resultado conforme incorridos, não havendo exigência de provisionamento atuarial. A Companhia também concede Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos termos da Lei nº 10.101/2000 e da convenção coletiva da categoria, negociada com o sindicato. O acordo vigente prevê a possibilidade de pagamento de parcela mínima de PLR mesmo na ausência de lucro contábil, sendo o valor reconhecido no resultado no período a que se refere. **3.13.2 Benefícios de longo prazo e remuneração variável:** Os benefícios classificados como de longo prazo, incluindo programas de bônus anual atrelados a metas corporativas e individuais, são reconhecidos no resultado no período de aquisição do direito, sendo registrados como passivo até sua efetiva liquidação. Companhia mantém política formal de remuneração, aprovada pela Administração, que contempla: • Princípios e diretrizes para remuneração fixa e variável; • Critérios de elegibilidade, mensuração e diferimento de remuneração variável, quando aplicável; • Avaliação de desempenho alinhada ao risco e à sustentabilidade dos resultados; • Mecanismos de prevenção a incentivos que possam estimular comportamentos incompatíveis com o perfil de risco da Companhia. A remuneração variável dos executivos considera métricas financeiras, operacionais e de risco, em consonância com o apetite de risco aprovado e com práticas de governança recomendadas para o setor. **3.14 Resultado por ação:** O lucro / (prejuízo) por ação é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos controladores da Companhia pelo número de ações ordinárias em cada exercício. O montante do lucro/(prejuízo) por ação foi determinado como se todo o lucro apurado no período fosse distribuído e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 - Resultado por ação. **4. Gestão de Riscos e Sustentabilidade:** A SUSEP estabelece pela Resolução CNSP 416 de julho de 2021 e alterações posteriores que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: A Companhia mantém política de sustentabilidade e processos de gestão de riscos de sustentabilidade (climáticos, ambientais e sociais), em conformidade com a Circular SUSEP nº 666/2022 e com as diretrizes de gestão de riscos aplicáveis. É elaborado estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade, reavaliado periodicamente e aprovado conforme a governança interna. O relatório anual de sustentabilidade é divulgado até 30 de abril de cada exercício, com descrição das ações e dos aspectos mais relevantes da gestão desses riscos, incluindo metodologia utilizada, quando aplicável. **4.1 Governança de Riscos e ESG:** O gerenciamento dos riscos é realizado de forma estruturada, compatível com o porte e perfil de negócios da Companhia, contemplando políticas, procedimentos e controles internos que visam identificar, mensurar, monitorar e mitigar os principais riscos a que está exposta. A governança de riscos é integrada à estratégia de sustentabilidade, considerando aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) em todas as etapas do processo decisório. A Companhia mantém equipe e comitês específicos para gestão de riscos e sustentabilidade, responsáveis por aprovar políticas, definir limites e acompanhar indicadores-chave, em linha com as exigências da Circular SUSEP nº 666/2022 e Resolução CNSP 416/07/2021. **4.2 Risco de seguros:** O risco de seguros refere-se à possibilidade de perdas decorrentes da aceitação de riscos nos contratos de seguro. A estratégia de subscrição busca a diversificação da carteira, adoção de critérios técnicos para aceitação e renovação, e utilização de premissas atuariais alinhadas às melhores práticas de sustentabilidade, incluindo a avaliação de riscos climáticos e sociais relevantes para o negócio. A estratégia de subscrição da Companhia tem como objetivo a diversificação dos riscos assumidos, promovendo o balanceamento da carteira por meio do agrupamento de riscos com características similares e da adoção de critérios técnicos para aceitação, renovação e precificação dos contratos. A política de aceitação abrange todos os ramos operados, considerando a experiência histórica, premissas atuariais e mecanismos de controle de exposição, com vistas à redução do impacto de eventos isolados e à manutenção da sinistralidade em níveis compatíveis com o apetite de risco aprovado pela Administração. Adicionalmente, a Companhia utiliza instrumentos de transferência de risco, como contratos de resseguro, para mitigar a volatilidade dos resultados e proteger o patrimônio contra eventos de sinistralidade excessiva. Em 31/12/2025 e 2024, a Companhia mantinha contrato de resseguro não proporcional por excesso de danos, especialmente voltado à carteira de seguros de automóveis, visando ampliar a capacidade de retenção e otimizar o resultado operacional. Para reduzir o risco de concentração, a companhia distribuiu seus produtos em todo território nacional da seguinte forma:

31.12.2025						
Ramo	**Centro-Oeste**	**Norte**	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Total geral**
Automóvel (Casco)	43.348	18.429	95.231	1.096.279	100.625	1.353.912
Assistência	10.345	5.969	20.389	191.211	22.630	250.544
RC Facultativa Veículos	12.164	1.418	8.940	189.420	42.442	254.384
Total geral	**65.857**	**25.816**	**124.560**	**1.476.910**	**165.697**	**1.858.840**

31.12.2024						
Ramo	**Centro-Oeste**	**Norte**	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Total geral**
Automóvel (Casco)	33.748	14.970	75.833	971.150	79.167	1.174.868
Assistência	8.564	4.597	16.467	159.698	16.797	206.123
RC Facultativa Veículos	8.278	1.156	6.112	151.958	27.066	194.570
Total geral	**50.590**	**20.723**	**98.412**	**1.282.806**	**123.030**	**1.575.561**

4.3 Risco de crédito: O risco de crédito consiste na possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte de clientes, contrapartes ou emissores de ativos financeiros. A gestão do risco de crédito é pautada por políticas que estabelecem limites de exposição, critérios mínimos de classificação de risco (rating) e diversificação da carteira de investimentos, com atenção especial à seleção de ativos e contrapartes que estejam alinhados a princípios ESG. A gestão do risco de crédito é pautada por políticas que estabelecem limites de exposição por contraparte, critérios mínimos de classificação de risco (rating) para emissores de títulos e diversificação da carteira de investimentos. A Companhia monitora continuamente a qualidade dos ativos, utilizando informações de agências classificadoras de risco reconhecidas no país, e adota procedimentos de cobrança e cancelamento para prêmios vencidos, avaliando periodicamente a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A companhia possui um contrato de resseguro com a Austral RE, uma resseguradora local, e considera baixo o risco de crédito. A resseguradora possui um rating medido pela Global Investiment Grade AM Best como "A-" e S&P Global Ratings como AAAbr. A composição detalhada dos ativos financeiros por classe, categoria contábil e rating está apresentada em nota específica das demonstrações financeiras, permitindo a adequada transparência e acompanhamento dos níveis de exposição ao risco de crédito. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros, distribuídos por *"ratings"* de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco. Grau 1: títulos com avaliação de risco até nível AA; Grau 2: títulos com avaliação de risco até nível BBB; Grau 3: títulos com avaliação de risco até nível BB; Grau 4: títulos com avaliação de risco até nível BB-. Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31/12/2025:

Classificação	Acima de Grau 4	Sem rating	31.12.2025 Valor de Mercado
Caixa e Bancos	-	1.609	1.609
Empréstimos e recebíveis - Prêmios a receber	-	614.897	614.897
Operações com resseguradoras	68.696	-	68.696
Valor justo por meio do resultado			
Ativos pós-fixados			
Privados	**-**	**723.759**	**723.759**
Fundos de Investimentos	-	723.759	723.759
Públicos	**252.461**	**-**	**252.461**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	187.806	-	187.806
Letras do Tesouro Nacional - LTN	64.655	-	64.655
Exposição máxima ao risco de crédito	**321.157**	**1.340.265**	**1.661.422**

https://www.fitchratings.com/entity/banco-bradesco-sa-80089720.
https://www.moodyslocal.com/country/br. https://www.austin.com.br/.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31/12/2024:

Classificação	Acima de Grau 4	Sem rating	31.12.2024 Valor de Mercado
Caixa e Bancos	-	609	609
Empréstimos e recebíveis- Prêmios a receber	-	497.659	497.659
Operações com resseguradoras	52.743	-	52.743
Valor justo por meio do resultado			
Ativos pós-fixados			
Privados	**6.168**	**587.004**	**593.172**
Fundos de Investimentos	-	587.004	587.004
Certificado Depósito Bancário - CDB	-	-	-
Letras Financeiras Patrimoniais	6.168	-	6.168
Públicos	**225.924**	**-**	**225.924**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	161.719	-	161.719
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.377	-	12.377
Letras do Tesouro Nacional - LTN	51.828	-	51.828
Exposição máxima ao risco de crédito	**284.835**	**1.085.272**	**1.370.107**

4.4 Risco de liquidez: O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, seja em decorrência de obrigações operacionais, seja para cobertura das reservas técnicas exigidas pela regulamentação. A gestão do risco de liquidez é realizada por meio de políticas de investimento que asseguram a manutenção de ativos líquidos e elegíveis para cobertura das provisões técnicas, bem como pelo acompanhamento do fluxo de caixa projetado e pela realização de estudos de Asset-Liability Management (ALM), que avaliam o alinhamento entre prazos e indexadores dos ativos e passivos. Adicionalmente, a Companhia realiza periodicamente o Teste de Adequação de Passivos (TAP), conforme exigido pela SUSEP, para verificar a suficiência das provisões técnicas frente aos fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro. **4.5 Risco de mercado:** O risco de mercado está relacionado à possibilidade de perdas decorrentes de oscilações em variáveis de mercado, tais como taxas de juros, preços de ativos financeiros, índices de inflação e condições macroeconômicas, que possam impactar o valor dos ativos e passivos da Companhia. A política de gestão de risco de mercado contempla a diversificação dos investimentos, predominância de títulos públicos e privados de alta liquidez e fundos de renda fixa indexados ao CDI ou taxas pré-fixadas, bem como o monitoramento contínuo das exposições e realização de testes de sensibilidade e estresse para avaliar os impactos potenciais no resultado e no patrimônio líquido. São estabelecidos limites internos para concentração, duration e exposição por classe de ativo, em linha com o perfil de risco aprovado pela Administração. **4.6 Risco operacional e sustentabilidade:** O risco operacional refere-se à possibilidade de perdas resultantes de falhas, inadequações ou insuficiências de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, abrangendo todas as áreas de negócios da Companhia. A gestão do risco operacional é realizada por meio de inventário de riscos, implementação de controles internos, definição de responsáveis por processo e monitoramento de indicadores-chave, tais como tempo de liquidação de sinistros, incidência de fraudes, indisponibilidade de sistemas e falhas em processos de cobrança, sinistros e outros. A Companhia adota práticas de distribuição geográfica dos negócios, contribuindo para a redução da concentração de exposição e aprimoramento da resiliência operacional. A Companhia incorpora práticas de sustentabilidade e responsabilidade social em seus processos operacionais, promovendo a inclusão, diversidade, ética, transparência e respeito aos direitos humanos, conforme diretrizes da Circular SUSEP nº 666/2022. A Companhia iniciou sua participação no Convênio DPVAT em janeiro de 2014 e mantém sua participação. A gestão do DPVAT pela Seguradora Líder foi extinto pelo Governo Federal em dezembro de 2020 e a operação atualmente encontra-se em *run-off*. **4.7 Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações vigentes, acompanhando a suficiência do patrimônio líquido ajustado (PLA) e a cobertura das provisões técnicas, conforme demonstrado nas notas específicas das demonstrações financeiras. **4.8 Análise de sensibilidade:** A Companhia realiza análises de sensibilidade e testes de estresse para avaliar os impactos potenciais de alterações razoavelmente possíveis nas principais variáveis de risco sobre o resultado e o patrimônio líquido. Entre os cenários considerados, destacam-se: • **Sinistralidade:** simulação de elevação e redução de 10 pontos percentuais na sinistralidade, com avaliação dos efeitos brutos e líquidos de resseguro. • **Despesa Administrativa**: simulação da variação de 5 pontos percentuais no total das despesas administrativas em relação ao Prêmio Ganho. • **Taxa de juros:** simulação de variações de ±2,5% na taxa Selic, refletindo os impactos sobre o resultado financeiro. • **Cenários ESG:** avaliação dos impactos de eventos climáticos extremos, mudanças regulatórias ambientais e sociais, e riscos reputacionais associados a práticas ESG. Os resultados dessas análises são apresentados em nota específica, evidenciando a capacidade da Companhia de absorver choques adversos e manter a estabilidade financeira em diferentes cenários de mercado. Cenários ESG: A Companhia faz anualmente o relatório de Sustentabilidade, conforme previsto na Circular SUSEP nº 666/2022. Na avaliação de Riscos de Sustentabilidade realizado em 2025, tendo como base o estudo de materialidade, foram mapeados os potenciais riscos de sustentabilidade em que a Suhai Seguradora pode estar exposta. Tais riscos foram avaliados qualitativamente, considerando a probabilidade de ocorrência e a magnitude de seus impactos. Os resultados indicaram que não foram identificados riscos que excedam o apetite de risco definido pela Companhia. Dessa forma, os riscos mapeados foram classificados como imateriais, não sendo observados impactos relevantes sobre os negócios, a estratégia ou a performance econômico-financeira da Suhai Seguradora. Variação da Sinistralidade:

Impactos no resultado e no patrimônio líquido — 31.12.2025

Premissas atuariais	Bruto de resseguro**	% do resultado	% do PL	Líquido de resseguro**	% do resultado	% do PL
Aumento de 10pp* na sinistralidade	(62.942)	(42,2%)	(17,87%)	(41.064)	(26,23%)	(11,66%)
Redução de 10pp* na sinistralidade	62.942	42,2%	17,87%	41.064	26,23%	11,66%
Aumento de 5pp* nas despesas administrativas	(5.602)	(3,58%)	(1,59%)	(5.602)	(1,59%)	(1,59%)
Redução de 5pp* nas despesas administrativas	5.602	3,58%	1,59%	5.602	1,59%	1,59%

Impactos no resultado e no patrimônio líquido — 31.12.2024

Fator de Risco	Bruto de resseguro**	% do resultado	% do PL	Líquido de resseguro**	% do resultado	% do PL
Aumento de 10pp* na sinistralidade	(54.919)	(55,2%)	(19,03%)	(34.826)	(35,03%)	(12,07%)
Redução de 10pp* na sinistralidade	54.919	55,2%	19,03%	34.826	35,03%	12,07%
Aumento de 5pp* nas despesas administrativas	(4.837)	(4,86%)	(1,68%)	(4.837)	(4,86%)	(1,68%)
Redução de 5pp* nas despesas administrativas	4.837	4,86%	1,68%	4.837	4,86%	1,68%

(*) Pontos percentuais. (**) Para os exercícios encerrados em 31.12.2025 e 31.12.2024, os impactos foram obtidos após a dedução do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de 40%. Variação da Taxa de juros: Os impactos no resultado devido a uma oscilação na taxa de juros estão demonstrados a seguir:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2025
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	14.643
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(14.643)

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2024
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	12.286
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(12.286)

5. Aplicações: 5.1 Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado): A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma em 31/12/2025 e 31/12/2024:

31.12.2025	De 01 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	**723.759**	**5.624**	**10.038**	**236.799**	**976.220**	**976.220**	**100%**
Fundo de Investimentos	723.759	-	-	-	723.759	723.759	74%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	5.624	10.038	172.144	187.806	187.806	19%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	64.655	64.655	64.655	7%
Total	**723.759**	**5.624**	**10.038**	**236.799**	**976.220**	**976.220**	**100%**

31.12.2024	De 01 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	%
Valor justo por meio do resultado	**593.172**	**118.844**	**5.141**	**101.939**	**819.096**	**819.096**	**100%**
Fundo de Investimentos	587.004	-	-	-	587.004	587.004	72%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	118.844	5.141	37.735	161.719	161.719	20%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	12.377	12.377	12.377	2%
Letras Financeiras Patrimoniais	6.168	-	-	-	6.168	6.168	1%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	51.827	51.828	51.828	6%
Total	**593.172**	**118.844**	**5.141**	**101.939**	**819.096**	**819.096**	**100%**

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46 -Mensuração do valor justo, de Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, e não foram dados em garantia de outras operações. Fundos de investimento que não possuem um vencimento estão agrupados no período de 1 a 30 dias. **5.2 Movimentação das aplicações:**

	31.12.2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Despesas	31.12.2025
Fundos de Investimentos - Renda Fixa	587.004	762.192	(708.655)	83.218	-	723.759
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	161.719	393.839	(393.786)	26.034	-	187.806
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.377	21.297	(35.983)	3.630	(1.321)	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	51.828	62.016	(60.015)	12.185	(1.359)	64.655
Letras Financeiras Patrimoniais	6.168	-	(6.214)	46	-	-
Circulante	**819.096**	**1.239.344**	**(1.204.653)**	**125.113**	**(2.680)**	**976.220**

	31.12.2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Despesas	31.12.2024
Fundos de Investimentos - Renda Fixa	380.258	830.167	(673.960)	50.539	-	587.004
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	210.446	174.031	(243.378)	20.646	(26)	161.719
Notas do Tesouro Nacional - NTN	51.680	12.997	(52.363)	3.472	(3.409)	12.377
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	84.498	(29.449)	2.674	(5.895)	51.828
Letras Financeiras Patrimoniais	5.519	-	-	649	-	6.168
Circulante	**647.903**	**1.101.693**	**(999.150)**	**77.980**	**(9.330)**	**819.096**

6. Ativos em Cobertura de Provisões Técnicas:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	187.806	161.719
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	12.377
Letras do Tesouro Nacional - LTN	64.655	51.828
Letras Financeiras Patrimoniais	-	6.168
Fundos de Renda Fixa (para fins de cobertura)	719.353	584.188
Total dos ativos em cobertura	**971.814**	**816.280**
Provisões Técnicas - seguros	1.512.050	1.243.855
(-) Direitos Creditórios (*)	(527.983)	(427.902)
(-) CAD redutor de PPNG	(114.765)	(85.931)
(-) Ativos de resseguro	(249.581)	(200.411)
Total a ser coberto	**619.721**	**529.611**
Excedente de Cobertura	**352.093**	**286.669**

(*) A Companhia utiliza os direitos creditórios como redutor da necessidade de cobertura por ativos garantidores com base nos prêmios a receber, na proporção dos riscos a decorrer, considerando cada parcela não vencida, na data-base de cálculo, líquidas das parcelas cedidas em cosseguro e dos montantes relativos aos ativos de resseguro, conforme Circular SUSEP nº 648 e alterações posteriores de 12/11/2021.

7. Crédito das Operações com Seguros e Resseguros:

7.1 Prêmios a receber:	Automóvel (Casco)	Assistência	RC Facultativa Veículos	Total
Saldo em 31.12.2024	**376.441**	**61.596**	**59.622**	**497.659**
Emissões	1.842.961	329.910	336.324	**2.509.195**
Cancelamentos	(357.669)	(56.541)	(57.833)	**(472.043)**
Cobranças	(1.412.647)	(255.785)	(254.239)	**(1.922.671)**
RVNE - Movimentação	1.556	634	568	**2.758**
Saldo em 31.12.2025	**450.642**	**79.814**	**84.442**	**614.898**
Período médio de parcelamento Mensal	6,96	6,96	6,96	**6,96**

	Automóvel (Casco)	Assistência	RC Facultativa Veículos	Total
Saldo em 31.12.2023	**325.371**	**54.609**	**41.206**	**421.186**
Emissões	1.610.169	275.765	257.636	**2.143.570**
Cancelamentos	(315.386)	(49.343)	(44.142)	**(408.871)**
Cobranças	(1.241.508)	(218.681)	(194.926)	**(1.655.115)**
RVNE - Movimentação	(2.205)	(754)	(152)	**(3.111)**
Saldo em 31.12.2024	**376.441**	**61.596**	**59.622**	**497.659**
Período médio de parcelamento Mensal	6,83	6,83	6,83	**6,83**

Composição quanto aos prazos de vencimentos:	31.12.2025	31.12.2024
A vencer até 30 dias	147.477	117.698
A vencer de 31 a 90 dias	176.521	145.014
A vencer de 91 a 180 dias	152.499	123.469
A vencer de 181 a 360 dias	117.986	94.610
Vencidos até 30 dias	18.883	15.784
Vencidos de 31 a 60 dias	1.531	1.084
Total	**614.897**	**497.659**

A Companhia mantém políticas de cobrança e cancelamento de prêmios vencidos e não pagos há mais de 60 dias. A administração considerou em 31/12/2025 e 2024 que estes instrumentos foram suficientes para evitar perdas referentes aos prêmios a receber e optou em não constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7.2 Operações com resseguradoras:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Sinistros a recuperar	64.525	48.825
Outros créditos	4.171	3.918
Total	**68.696**	**52.743**

Referem-se aos sinistros já liquidados que estão pendentes de recebimento com a Resseguradora. O fluxo financeiro com os resseguradora é mensal e não temos nenhum valor em atraso.

8. Ativos de Resseguro e Retrocessão Diferidos:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Sinistros de Resseguros (a)	222.126	180.299
IBNR	20.788	13.867
Provisão de Despesas Relacionadas-PDR	6.667	6.245
Total	**249.581**	**200.411**

(a) Trata-se de sinistros ainda não pagos pela Seguradora e que serão recuperados da resseguradora após liquidação pela Seguradora.

9. Títulos e Créditos a Receber: 9.1 Créditos tributários e previdenciários:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
PIS e Cofins a compensar	5.610	4.786
Impostos de renda a compensar	325	922
Contribuição social a compensar	328	27
Créditos de ajustes temporais - IRPJ e CSLL	862	786
Total	**7.125**	**6.521**

O saldo de PIS/Cofins a compensar e o crédito de ajustes temporais de IRPJ e CSLL decorrem do crédito gerado pela consideração da Provisão de Sinistros a Liquidar como redutora da base de cálculo dessas contribuições. Contudo, a legislação vigente permite a dedução apenas dos sinistros já efetivamente liquidados. Nossa expectativa é utilizar integralmente esse crédito no prazo de até seis meses. Assim, não identificamos impacto da nova legislação tributária na utilização desse saldo. O imposto renda e contribuição social a compensar se referem a antecipações efetuadas a maior durante o exercício 2025, como também por conta de apuração da base negativa em dezembro/2025.

9.2 Outros créditos a receber:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Títulos a receber (*)	23.790	15.433
Adiantamentos a funcionários	76	100
Adiantamentos administrativos	2.637	2.474
Outros créditos (**)	14.649	13.053
Total	**41.152**	**31.060**

(*) Refere-se aos recebimentos na venda por cartões de crédito que serão recebidos no mês seguinte. (**) Referem-se a recebimentos de prêmios ocorridos no último dia do mês, cuja conciliação bancária foi realizada no primeiro dia útil do mês seguinte.

10. Bens à Venda: 10.1 Movimentação de direitos de salvados disponíveis para venda estão assim demonstrados:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Inicial	**91.671**	**78.741**
Aviso de salvados	374.831	295.792
Reavaliação de salvados	7.123	6.349
Cancelamento de salvados	(182.311)	(121.716)
Recebimento de salvados	(178.634)	(167.495)
Saldo Final	**112.680**	**91.671**

10.2 Salvados disponíveis para venda considerando o prazo de permanência da conta:

Salvados	31.12.2025	31.12.2024
De 1 a 30 dias	22.101	21.812
De 31 a 60 dias	14.865	17.628
De 61 a 90 dias	12.857	12.449
De 91 a 120 dias	8.655	8.172
Superior a 120 dias	54.202	31.610
Total	**112.680**	**91.671**

11. Custos de Aquisição Diferidos - Vigência do Risco:

Ramo	31.12.2024	(Reversão)	Constituição	31.12.2025
Automóvel (Casco)	143.835	(420.924)	446.605	169.516
Assistência	24.903	(60.317)	67.044	31.630
RC Facultativa Veículos	22.303	(52.652)	60.918	30.569
Total	**191.041**	**(533.893)**	**574.567**	**231.715**

Ramo	31.12.2023	(Reversão)	Constituição	31.12.2024
Automóvel (Casco)	118.487	(238.556)	263.904	143.835
Assistência	20.163	(42.099)	46.839	24.903
RC Facultativa Veículos	13.994	(31.849)	40.158	22.303
Total	**152.644**	**(312.504)**	**350.901**	**191.041**

Os custos de aquisição diferidos são representados por comissões sobre prêmios emitidos, custos com assessorias e custos equipamentos de rastreamento diferidos pró-rata dia com base na vigência das apólices. O prazo máximo para diferimento é de 12 meses. Composição dos saldos:

Ramo	Comissão	Custos Iniciais	Assessorias	Representantes	31.12.2025
Automóvel (Casco)	131.339	9.008	19.691	9.477	169.515
Assistência	25.988	-	3.785	1.857	31.630
RC Facultativa Veículos	25.172	-	4.606	792	30.570
Total	**182.499**	**9.008**	**28.082**	**12.126**	**231.715**

Ramo	Comissão	Custos Iniciais	Assessorias	Representantes	31.12.2024
Automóvel (Casco)	110.509	8.088	16.872	8.366	143.835
Assistência	20.386	-	2.927	1.590	24.903
RC Facultativa Veículos	18.408	-	3.351	544	22.303
Total	**149.303**	**8.088**	**23.150**	**10.500**	**191.041**

12. Arrendamentos:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Saldo Anterior dos ativos de direito de uso	**15.032**	**20.557**
Atualização Monetária / Reavaliação	569	-
Depreciação acumulada	(9.610)	(5.525)
Saldo dos ativos de direito de uso	**5.991**	**15.032**

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo anterior	**5.989**	**12.355**
Reavaliação	569	-
Pagamentos	(1.830)	(7.034)
Juros apropriados	1.286	669
Saldo dos passivos de direito de uso	**6.014**	**5.990**

Vencimento das prestações	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Até 1 ano	2.296	1.732
Entre 1 a 2 anos	2.296	3.464
Entre 2 a 4 anos	1.831	2.468
Juros embutidos	(409)	(1.674)
Saldo do passivo de arrendamento	**6.014**	**5.990**

Atualmente, a Companhia possui contratos de arrendamento referentes: Ao imóvel comercial onde estão localizadas suas operações, situado em São Paulo/SP, com vigência de maio/2019 a maio/2029.

13. Imobilizado:

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 31.12.2024	Aquisição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31.12.2025
Equipamentos	20%	6.933	2.859	(3.107)	(1.436)	5.249
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	272	24	-	(53)	243
Total bens moveis		**7.205**	**2.883**	**(3.107)**	**(1.489)**	**5.492**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	4.602	83	-	(302)	4.383
Total outras imobilizações		**4.602**	**83**	**-**	**(302)**	**4.383**
Total imobilizado		**11.807**	**2.966**	**(3.107)**	**(1.791)**	**9.875**

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 31.12.2023	Aquisição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31.12.2024
Equipamentos	20%	10.279	3.048	(4.319)	(2.075)	6.933
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	325	-	-	(53)	272
Total bens moveis		**10.604**	**3.048**	**(4.319)**	**(2.128)**	**7.205**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	4.633	267	-	(298)	4.602
Total outras imobilizações		**4.633**	**267**	**-**	**(298)**	**4.602**
Total imobilizado		**15.237**	**3.315**	**(4.319)**	**(2.426)**	**11.807**

14. Contas a Pagar: As contas a pagar da Companhia são representadas por:

14.1 Obrigações a pagar:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Fornecedores	4.398	4.607
Dividendos, Bonificações e Juros sobre capital próprio a pagar	4.854	13.148
Participação de lucros a pagar	1.125	1.521
Pagamentos a efetuar	41	-
Total obrigações a pagar	**10.418**	**19.276**

14.2 Impostos e encargos sociais a recolher:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	50.939	40.861
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.537	1.099
Imposto sobre serviços - ISS	342	271
Contribuições previdenciárias	1.066	879
Contribuições para o FGTS	283	232
Outros impostos e encargos sociais	1.279	833
Total impostos e encargos sociais a recolher	**55.446**	**44.175**

14.3 Impostos e contribuições:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Imposto de Renda (-) antecipações (a)	-	14
Contribuição social sobre o lucro líquido (-) antecipações	653	337
Cofins	4.047	3.269
PIS	658	531
Outros impostos	327	209
Total impostos e contribuições	**5.685**	**4.360**

15. Operações com Resseguradoras e Corretores de Seguros e Resseguros:

Operações com resseguradoras:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios	71.789	53.166
Salvados e adiantamento de sinistros	248.064	201.610
Total	**319.853**	**254.776**

Corretores de seguros

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Comissões	43.113	37.445
Total	**43.113**	**37.445**

As comissões com corretores de seguros são diferidas pelo prazo de vigência do contrato de seguro, que no automóvel são de 12 meses, e o fluxo de liquidação com os resseguradores é mensal.

16. Provisões Técnicas-Seguros:

16.1 Provisões técnicas:

31.12.2025	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Ocorridos, mas não Avisados	Provisão despesas relacionadas	Outros Valores a Regularizar	Total
Automóvel (Casco)	754.165	319.164	15.132	9.396	3.162	**1.101.019**
Assistência	139.079	17.521	17.536	2.893	-	**177.029**
RC Facultativa Veículos	145.870	74.532	10.234	3.366	-	**234.002**
Total	**1.039.114**	**411.217**	**42.902**	**15.655**	**3.162**	**1.512.050**

31.12.2024	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Ocorridos, mas não Avisados	Provisão despesas relacionadas	Outros Valores a Regularizar	Total
Automóvel (Casco)	648.854	266.081	15.332	8.362	-	**938.629**
Assistência	110.450	11.825	9.559	1.653	-	**133.487**
RC Facultativa Veículos	108.929	56.354	3.574	2.882	-	**171.739**
Total	**868.233**	**334.260**	**28.465**	**12.897**	**-**	**1.243.855**

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Reversões	Constituições	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	868.233	(1.687.959)	1.858.840	-	**1.039.114**
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	334.260	3.759	1.172.268	(1.099.070)	**411.217**
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	28.465	(371.126)	385.563	-	**42.902**
Provisão despesas relacionadas - PDR	12.897	(142.840)	202.173	(56.575)	**15.655**
Outros Valores a Regularizar - PVR	-	8.744	(5.582)	-	**3.162**
Total	**1.243.855**	**(2.189.422)**	**3.613.262**	**(1.155.645)**	**1.512.050**

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Reversões	Constituições	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	732.998	(1.440.325)	1.575.559	-	**868.233**
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	239.285	(352)	1.052.915	(957.588)	**334.260**
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	28.852	(2.998)	2.611	-	**28.465**
Provisão despesas relacionadas - PDR	12.756	(3.702)	50.146	(46.303)	**12.897**
Total	**1.013.891**	**(1.447.377)**	**2.681.232**	**(1.003.891)**	**1.243.855**

16.2 Desenvolvimento de sinistros:

BRUTO DE RESSEGURO - ADMINISTRATIVOS

Incorrido (+) IBNR	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	dez/2025	
- Até a data-base [a]	171.166	268.134	597.339	844.128	957.857	1.194.016	
- Um ano mais tarde	159.523	275.742	604.508	844.128	943.779		
- Dois anos mais tarde	160.054	276.829	604.508	844.128			
- Três anos mais tarde	160.263	276.829	604.508				
- Quatro anos mais tarde	160.263	276.829					
- Cinco anos mais tarde	160.263						
Posição em 31/12/2025	160.263	276.829	604.508	844.128	943.779	1.194.016	
Pago Acumulado	**dez/2020**	**dez/2021**	**dez/2022**	**dez/2023**	**dez/2024**	**dez/2025**	
- Até a data-base [a]	126.235	205.823	449.351	622.245	777.759	869.566	
- Um ano mais tarde	156.449	273.534	600.770	739.187	1.124.436		
- Dois anos mais tarde	157.917	274.065	597.551	622.245			
- Três anos mais tarde	158.148	274.065	597.551				
- Quatro anos mais tarde	158.148	274.065					
- Cinco anos mais tarde	158.148						
Posição em 31/12/2025	158.148	274.065	597.551	622.245	1.124.436	869.566	
Provisão de sinistros em 31/12/2025	2.115	2.765	6.956	221.883	(180.657)	324.450	377.512
Sobra/Falta acumulada (R$)	10.903	(8.695)	(7.169)	0	14.078		
Sobra/Falta acumulada (%)	**6,80%**	**-3,14%**	**-1,19%**	**0,00%**	**1,49%**		

continua...

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

BRUTO DE RESSEGURO - JUDICIAIS

Incorrido (+) IBNR	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	dez/2025	
- Até a data-base [a]	341	404	1.924	2.467	4.925	12.287	
- Um ano mais tarde	1.034	1.843	5.473	2.467	10.335		
- Dois anos mais tarde	1.285	2.098	5.473	2.467			
- Três anos mais tarde	1.370	2.098	5.473				
- Quatro anos mais tarde	1.370	2.098					
- Cinco anos mais tarde	1.370						
Posição em 31/12/2025	1.370	2.098	5.473	2.467	10.335	12.287	
Pago Acumulado	**dez/2020**	**dez/2021**	**dez/2022**	**dez/2023**	**dez/2024**	**dez/2025**	
- Até a data-base [a]	66	112	248	250	974	689	
- Um ano mais tarde	523	445	1.931	250	4.033		
- Dois anos mais tarde	772	1.013	1.931	250			
- Três anos mais tarde	1.019	1.013	1.931				
- Quatro anos mais tarde	1.019	1.013					
- Cinco anos mais tarde	1.019						
Posição em 31/12/2025	1.019	1.013	1.931	250	4.033	689	
Provisão de sinistros em 31/12/2025	351	1.085	3.542	2.219	6.304	11.602	25.103
Sobra/Falta acumulada (R$)	(1.029)	(1.694)	(3.549)	(2)	(5.412)		
Sobra/Falta acumulada (%)	(75,10)%	(80,74)%	(64,84)%	(0,09)%	(52,37)%		

LÍQUIDO DE RESSEGURO - ADMINISTRATIVOS

Incorrido (+) IBNR	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	dez/2025	
- Até a data-base [a]	23.455	39.394	70.608	323.987	510.892	769.535	
- Um ano mais tarde	22.149	41.583	61.797	323.987	498.741		
- Dois anos mais tarde	21.736	42.187	61.797	313.987			
- Três anos mais tarde	21.321	37.284	93.704				
- Quatro anos mais tarde	21.792	42.187					
- Cinco anos mais tarde	21.792						
Posição em 31/12/2025	21.792	42.187	93.704	313.987	498.741	769.535	
Pago Acumulado	**dez/2020**	**dez/2021**	**dez/2022**	**dez/2023**	**dez/2024**	**dez/2025**	
- Até a data-base [a]	15.650	25.850	100.994	166.709	412.904	462.161	
- Um ano mais tarde	19.406	39.481	112.988	283.651	735.753		
- Dois anos mais tarde	19.746	39.543	109.770	166.709			
- Três anos mais tarde	19.804	39.543	109.770				
- Quatro anos mais tarde	19.804	39.543					
- Cinco anos mais tarde	19.804						
Posição em 31/12/2025	19.804	39.543	109.770	166.709	735.753	462.161	
Provisão de sinistros em 31/12/2025	1.988	2.645	(16.065)	147.279	(237.011)	307.375	206.209
Sobra/Falta acumulada (R$)	1.663	(2.793)	(23.097)	9.999	12.150		
Sobra/Falta acumulada (%)	7,63%	(6,62)%	(24,65)%	3,18%	2,44%		

LÍQUIDO DE RESSEGURO - JUDICIAIS

Incorrido (+) IBNR	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	dez/2025	
- Até a data-base [a]	45	101	423	709	3.529	3.447	
- Um ano mais tarde	125	363	1.510	709	4.119		
- Dois anos mais tarde	198	531	1.510	709			
- Três anos mais tarde	239	531	1.510				
- Quatro anos mais tarde	239	531					
- Cinco anos mais tarde	239						
Posição em 31/12/2025	189	244	2.462	5.933	4.119	3.447	
Pago Acumulado	**dez/2020**	**dez/2021**	**dez/2022**	**dez/2023**	**dez/2024**	**dez/2025**	
- Até a data-base [a]	7	12	52	103	804	685	
- Um ano mais tarde	56	85	504	103	3.460		
- Dois anos mais tarde	117	231	504	103			
- Três anos mais tarde	163	231	504				
- Quatro anos mais tarde	163	231					
- Cinco anos mais tarde	163						
Posição em 31/12/2025	27	12	1.958	5.830	659	2.761	11.248
Sobra/Falta acumulada (R$)	(144)	(142)	(2.040)	(5.225)	(590)		
Sobra/Falta acumulada (%)	(76,08)%	(58,44)%	(82,85)%	(88,07)%	(14,33)%		

17. Debêntures: Em 25/10/2023, a Companhia realizou a 1ª emissão pública de debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R$1 cada uma, autorizadas pela AGE de 20/09/2023, com o objetivo de obter recursos necessários para fins de cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR) e aplicados em investimentos permitidos, nos termos da regulamentação aplicável.

31/12/2025

	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Captação (ª)	Juros Incorridos	Juros Pagos	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures	10/2028	DI + spread 7,50 a.a.	20.000	4.195	(4.178)	-	20.017	20.017
			20.000	4.195	(4.178)	-	20.017	20.017

31/12/2024

	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Captação (ª)	Juros Incorridos	Juros Pagos	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures	10/2028	DI + spread 7,50 a.a.	20.000	3.474	(3.457)	-	20.017	20.017
			20.000	3.474	(3.457)	-	20.017	20.017

18. Provisões Judiciais: A Companhia constituiu a provisão para processos judiciais avaliados como prováveis, conforme avaliação dos seus consultores jurídicos. As notificações administrativas da Susep pela sua expectativa de perda, conforme quadro adiante:

Trabalhistas	31.12.2025		
Classificação	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Perda provável	2	379	42
Perda possível	17	2.241	-
Totais	19	2.620	42
Cíveis	**31.12.2025**		
Classificação	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Perda provável	80	1.026	990
Perda possível	1.152	5.873	-
Totais	1.232	6.899	990

Reclamações cíveis incluem as provisões para sinistros judiciais, provisionado em Provisão de Sinistros a Liquidar - Judicial. Os depósitos judiciais registrados no ativo não estão reduzindo os passivos contingentes provisionados. Referem-se a processos em trâmite final de encerramento ou como exigência para seguir com o processo.

Trabalhistas	31.12.2024		
Classificação	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Perda provável	-	-	-
Perda possível	7	686	-
Totais	7	686	-
Cíveis	**31.12.2024**		
Classificação	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**
Perda provável	50	445	445
Perda possível	433	3.804	-
Totais	483	4.249	445

A seguir, movimentação:

Movimentação	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Inicial	445	406
Constituição	1.032	199
Juros/Atualização	-	-
Reversão	(445)	(160)
Saldo Final	1.032	445

As reversões correspondem a provisões constituídas em anos anteriores para processos que, no exercício atual, foram encerrados ou tiveram sua expectativa de perda reduzida. **19. Patrimônio Líquido: a)** Capital social: As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Companhia não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. **b)** Aumento do capital social: Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/03/2024, o aumento do Capital Social no montante de R$50.000, passando de R$113.216 para R$163.216, dividido em 85.315.308 ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/12/2025, o aumento do Capital Social no montante de R$165.043 mediante capitalização de reservas, passando de R$163.216 para R$328.259, dividido em 121.430.180 ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital está em processo de aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **c)** Reserva de Lucros: Compõem as reservas de lucros: Legal: 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social; e Estatutária: dispõe o estatuto que o lucro remanescente é destinado a formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não pode exceder o capital social. A administração leva a assembleia a destinação do excesso da reserva estatutária. **d)** Dividendos: Os acionistas têm assegurado um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido do exercício anual, conforme estipulado no estatuto social. A Companhia reconhece o JCP e submete à assembleia a definição de sua destinação. No exercício de 2024, foram creditados R$15.468 aos acionistas a título de JCP e distribuídos R$20.000 em dividendos. No exercício de 2025, foram creditados R$25.000 aos acionistas a título de JCP e distribuídos R$68.000 em dividendos. Juros sobre capital próprio (JCP), quando declarados, são tratados como forma de remuneração aos acionistas e registrados como destinação de resultado no patrimônio líquido, com o correspondente passivo em "Dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio a pagar". Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, eventuais registros em contas de resultado são reclassificados para o patrimônio líquido, de forma a refletir a natureza de distribuição de resultados. **e)** Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital: A Resolução Susep nº 432 de 12/11/2021, regula o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR) definindo os capitais de risco exigidos e determinando o maior entre Capital Base e CMR. A tabela a seguir apresenta os níveis de suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao CMR, segundo os normativos vigentes. O quadro adiante representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes:

	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio Líquido	352.173	288.603
(-) despesas antecipadas	(8.900)	(6.474)
(+) dívidas subordinadas emitidas	20.017	20.017
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	**363.290**	**302.146**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	77.654	54.069
Patrimônio Líquido Ajustado (a1)	**440.944**	**356.215**
Capital Base (b)	**8.100**	**8.100**
Capital de Risco de Subscrição	280.088	225.747
Capital de Risco de Crédito	23.832	25.477
Capital de Risco Operacional	12.003	10.416
Capital de Risco de Mercado	19.015	14.793
(-) correlação entre Capitais de Riscos de Subscrição e Crédito	(24.701)	(22.215)
Capital de Risco (c)	**310.237**	**254.218**
Capital Mínimo Requerido (d) [maior entre (b), (c)]	**310.237**	**254.218**
Suficiência de Capital (e = a - d)	**130.707**	**101.997**
Suficiência de Capital (e / d)	42%	40%
Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura	**352.093**	**286.669**
20% do Capital mínimo requerido (CMR)	**62.047**	**50.844**
Liquidez superior em relação aos 20% do CMR	290.046	235.825
Liquidez rem relação ao CMR (% do CMR)	93%	93%

20. Detalhamento das Contas de Resultado: 20.1 Prêmios emitidos:

	Emitido	Cancelado	Restituído	31.12.2025 Prêmio Emitido Líquido	31.12.2024 Prêmio Emitido Líquido
Automóvel (Casco)	1.701.272	(342.835)	(4.525)	1.353.912	1.174.869
Assistência	304.951	(54.238)	(169)	250.544	206.123
RC Facultativa Veículos	310.848	(55.903)	(561)	254.384	194.569
Total	**2.317.071**	**(452.976)**	**(5.255)**	**1.858.840**	**1.575.561**

20.2 Variação das provisões técnicas de prêmios:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Automóvel (Casco)	(105.311)	(84.405)
Assistência	(28.629)	(15.286)
RC Facultativa Veículos	(36.940)	(35.544)
Total	**(170.880)**	**(135.235)**

20.3 Prêmios ganhos:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Automóvel (Casco)	1.248.602	1.090.464
Assistência	221.916	190.837
RC Facultativa Veículos	217.442	159.025
Total	**1.687.960**	**1.440.326**

20.4 Sinistros Ocorridos e Índice de Sinistralidade %:

	31.12.2025	Índice de Sinistralidade	31.12.2024	Índice de Sinistralidade
Automóvel (Casco)	(737.430)	59%	(690.156)	63%
Assistência	(168.960)	76%	(111.882)	59%
RC Facultativa Veículos	(142.638)	66%	(113.277)	71%
Total	**(1.049.028)**	**62%**	**(915.315)**	**64%**

Os índices de sinistralidade foram calculados com base nos prêmios ganhos.
Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31.12.2025	31.12.2024
Indenizações avisadas - Administrativas	(1.153.326)	(1.037.557)
Indenizações avisadas - Judiciais	(18.904)	(12.684)
Despesas com sinistros - Administrativos	(62.042)	(45.679)
Despesas com sinistros - Judiciais	(1.398)	(756)
Salvados	199.389	180.425
Ressarcimentos	7.053	4.552
Variação de sinistros IBNR	(14.437)	387
Variação de sinistros IBNER - Ajuste PSL	(3.758)	(2.322)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	(812)	(9)
Serviços de assistência	(793)	(1.672)
Total	**(1.049.028)**	**(915.315)**

20.5 Custos de aquisição e índice de comercialização %:

	31.12.2025	Índice de Comercialização	31.12.2024	Índice de Comercialização
Automóvel (Casco)	(296.222)	24%	(243.485)	22%
Assistência	(50.846)	23%	(42.098)	22%
RC Facultativa Veículos	(45.759)	21%	(31.849)	20%
Total	**(392.827)**	**23%**	**(317.432)**	**22%**

Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios ganhos.
A seguir a abertura das despesas de custo de aquisição de contratos de seguro:

	31.12.2025	31.12.2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(421.232)	(350.900)
Outros custos de aquisição	(12.269)	(4.928)
Variação do custo de aquisição diferido	40.674	38.396
Total	**(392.827)**	**(317.432)**

20.6 Outras receitas e despesas operacionais:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Despesas com cobrança	(12.451)	(74)
Despesas com encargos sociais	(276)	-
Outras despesas com operações de seguros	(76.020)	(78.201)
Despesas diversas	-	(86)
Total	**(88.747)**	**(78.361)**

As despesas operacionais referem-se a custo com rastreamento, custos com subscrição e avaliação de risco na aceitação do seguro.

20.7 Resultado das operações de resseguros:

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas com resseguro		
Indenizações de sinistros	410.143	386.267
Despesas com sinistros	19.080	25.432
Variação provisões IBNR	7.309	(8.259)
Salvados	(71.902)	(68.559)
Total	**364.630**	**334.881**
Despesas com resseguro	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Prêmios resseguro	(372.731)	(342.740)
Total	**(372.731)**	**(342.740)**
Total	**(8.101)**	**(7.859)**

As operações de resseguro são liquidadas em 30 dias.

20.8 Despesas administrativas:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Despesas com pessoal próprio	(63.538)	(50.635)
Despesas com serviço de terceiros	(54.693)	(54.943)
Despesas com localização e funcionamento	(24.523)	(18.018)
Despesas com propaganda e publicidade	(38.839)	(34.296)
Despesas com publicações	(16)	(10)
Despesas com donativos e contribuições	(2.833)	(1.733)
Despesas administrativas diversas	(2.284)	(1.610)
Total	**(186.726)**	**(161.245)**

20.9 Despesas com tributos:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Cofins	(40.357)	(30.698)
PIS/PASEP	(6.558)	(4.988)
Taxa de fiscalização	(2.206)	(2.206)
Outros tributos	(4.743)	(2.797)
Total	**(53.864)**	**(40.689)**

20.10 Resultado financeiro:

Receitas financeiras	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Receitas com títulos renda fixa	125.113	77.980
Receitas com operações de seguros	202.953	168.399
Outras receitas	733	339
Total	**328.799**	**246.718**
Despesas financeiras	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Despesas com títulos renda fixa	(2.680)	(9.330)
Outras Despesas	(5.572)	(5.319)
Total	**(8.252)**	**(14.649)**
Resultado Financeiro	**320.547**	**232.069**

21. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social: O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15%, para 2025 e 2024.

	31.12.2025 IRPJ	31.12.2025 CSLL	31.12.2024 IRPJ	31.12.2024 CSLL
Resultado antes dos impostos, participações e Juros sobre capital próprio	**229.214**	**229.214**	**151.493**	**151.493**
(-) Juros sobre capital próprio	(25.000)	(25.000)	(15.468)	(15.468)
(-) Participações	(1.104)	(1.104)	(1.491)	(1.491)
Adições	13.444	13.444	16.022	16.022
Exclusões	(12.232)	(12.232)	(8.514)	(8.514)
Base de Cálculo	**204.322**	**204.322**	**142.042**	**142.042**
Alíquota 15%	30.648	30.648	21.306	21.306
Adicional - acima de R$240 - 10%	20.408	-	14.180	-
Total de Tributos	**51.056**	**30.648**	**35.486**	**21.306**
(-) Incentivos fiscais	(4.230)	-	(2.031)	-
Ajuste Incentivos fiscais 2024	138	-	-	-
Restituição IRPJ/CSLL 2019	(243)	(139)	-	-
Crédito Tributário - Impostos diferidos (Nota Explicativa nº 3.9)	(47)	(28)	4	2
Dispêndios com inovação tecnológica (Lei nº 11.196/2005, art 19)	(3.509)	(2.106)	(2.613)	(1.568)
Resultado contabilizado	**43.165**	**28.375**	**30.846**	**19.740**
Adições				
Provisão PLR	1.124	1.124	1.521	1.521
Despesas indedutíveis(b)	4.334	4.334	3.809	3.809
Créditos tributários de natureza temporária(a)	6.955	6.955	2.315	2.315
Outras adições(c)	1.031	1.031	8.377	8.377
Total	**13.444**	**13.444**	**16.022**	**16.022**
Exclusões				
PLR anterior	(1.521)	(1.521)	(1.390)	(1.390)
Reversão Créditos tributários de natureza temporária	(445)	(445)	(539)	(539)
Outras exclusões (d)	(10.266)	(10.266)	(6.585)	(6.585)
Total	**(12.232)**	**(12.232)**	**(8.514)**	**(8.514)**

(a) Créditos tributários tem origem nas adições temporárias;
(b) Despesas indedutíveis: gratificações, brindes, eventos, doações;
(c) Outras adições: juros e depreciação de arrendamento;
(d) Outras exclusões: reversão de provisões anteriormente temporárias, aluguéis pagos.

22. Partes Relacionadas: O Gerenciamento dos rastreadores instalados em parte dos veículos segurados pela Companhia é feito pela empresa EPS - Segurança Eletrônica Ltda. No exercício findo em 31/12/2025, o impacto total no resultado referente a esta operação foi de R$16.181 (R$17.221 em 31/12/2024) e não há saldo de contas a pagar/contas a receber nos períodos analisados entre as partes relacionadas. A Companhia remunerou seus administradores no período findo em 31/12/2025 no valor total de R$6.431 (R$5.711 em 2024), incluindo encargos e benefícios. **23. Normas e Interpretações Ainda Não Adotadas: CPC 50 - Contratos de seguros:** O CPC 50 - Contratos de Seguros estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguro, alinhando-se ao IFRS 17. A norma entrou em vigor para entidades reguladas pela CVM a partir de 01/01/2023, mas sua aplicação para seguradoras supervisionadas pela SUSEP depende de homologação específica. Até o momento, a SUSEP não referendou o CPC 50, mantendo a obrigatoriedade de observância das normas locais (Circular SUSEP nº 648/2021 e posteriores). **CPC 51 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** O CPC 51 é o novo pronunciamento técnico que trata da apresentação das demonstrações financeiras, alinhando-se ao IFRS 18. A norma foi aprovada pelo CPC em outubro de 2025 e tornou-se obrigatória para sociedades abertas e entidades reguladas pela CVM a partir de 01/01/2027. O CPC 51 traz mudanças relevantes, como: • Definição de categorias obrigatórias de receitas e despesas; • Subtotais padronizados, incluindo "resultado operacional"; • Princípios de agregação e desagregação de informações; • Divulgação de "medidas de desempenho definidas pela administração" (MPMAs), como indicadores técnicos relevantes para o setor de seguros (ex.: índice combinado, resultado técnico da subscrição, resultado financeiro). **Status SUSEP:** Até o momento, a SUSEP não homologou o CPC 51 para as entidades supervisionadas. As demonstrações financeiras continuam sendo preparadas conforme os modelos e critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e demais normativos específicos. **24. Reforma Tributária:** A Reforma Tributária do consumo foi promulgada pela EC 132/2023 e regulamentada pela LC 214/2025, instituindo IBS e CBS (IVA dual) e o Imposto Seletivo. A Administração está avaliando impactos operacionais, sistêmicos e potenciais efeitos na formação de preços, repasses e créditos, considerando a implementação gradual a partir de 2026. Na data-base de 31/12/2025 não foram identificados ajustes contábeis mensuráveis com confiabilidade a serem reconhecidos nas demonstrações. **25. Eventos Subsequentes:** A Companhia não possui nenhum evento subsequente relevante.

Diretoria

Diretor Presidente: **Fernando Correa Soares** | Diretor: **Alexandre Chaves Staffa** | Diretor: **Jorge Martinez Camarinha da Silva**

Contador
Maurício Gonçalves Camilo Pinto - CRC 1SP145786/O-7

Atuário
Marcos Falcão - MIBA 893

Parecer dos auditores atuariais independentes

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Suhai Seguradora S.A.** São Paulo - SP.
Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Suhai Seguradora S.A., em 31/12/2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Auditoria Atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Suhai Seguradora S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à Auditoria Atuarial Independente. **Responsabilidade da administração:** A Administração da Suhai Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Suhai Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Suhai Seguradora S.A. em 31/12/2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Suhai Seguradora S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

GrantThornton

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51 CIBA nº 161

Mariana Neves Aleixo Cabral Mathias Pereira
Atuária MIBA 3398

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Suhai Seguradora S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Suhai Seguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suhai Seguradora S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável wpela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: **(i)** possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; **(ii)** entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; **(iii)** reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e **(iv)** tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras; • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: **(a)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; **(b)** a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e **(c)** a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1,
Leonardo Mesquita Dantas - Contador CRC 1SP-263.110/O-7.

BRB estuda vender fatias de diferentes subsidiárias em plano de capitalização

O BRB (Banco de Brasília) analisa a possibilidade de vender participações minoritárias em diferentes subsidiárias do conglomerado. O objetivo é levantar recursos para enfrentar os problemas financeiros surgidos após prejuízos em operações com o Banco Master.

A eventual venda de fatias dessas empresas é relatada por três pessoas com conhecimento do assunto. De acordo com uma delas, o banco concluiu de maneira preliminar haver potencial de negócios em ao menos três controladas: as divisões financeira, de cartões e de serviços.

Segundo outra pessoa, um representante do banco ouvido na quarta-feira (25), há propostas para mais de uma empresa do conglomerado -mas em especial para a Financeira BRB, que tem como produtos principais o crédito consignado e o financiamento de veículos.

A controlada tem 1,6 milhão de clientes (de acordo com o balanço do primeiro semestre de 2025, o mais recente disponível), o que representou um aumento de 316% em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo o banco, o crescimento foi favorecido pela expansão do crédito consignado.

O tema foi levado a representantes do Banco Central em reuniões recentes. Na avaliação de um interlocutor a par das tratativas, a alternativa apresentada pelo BRB se mostra viável economicamente, mas dependerá do valor de oferta do mercado. Além disso, ele considera que essa solução sozinha não resolve o problema do banco do Distrito Federal.

De acordo com representantes do BRB, não está sendo considerada a venda integral das companhias. A ideia é colocar em prática a venda de uma participação minoritária, de até 49% de cada subsidiária negociada.

O entendimento interno é que essas são empresas saudáveis e que geram faturamento. Portanto, elas reuniriam condições de compor o conjunto de ações lançadas para melhorar a situação do BRB.

A subsidiária de cartões, BRB Card, administra e processa transações de pagamento e saques cartões pré ou pós-pagos, além de credenciar recebedores para aceitação dos instrumentos de pagamento. Um de seus produtos, o cartão Dux, é referência entre os cartões de crédito de alta renda, e se tornou nos últimos anos um dos produtos mais desejados no mercado premium brasileiro.

A BRB Serviços, por sua vez, faz cobranças, recuperação de crédito, multas e dívidas em geral para empresas e órgãos da administração pública, além de avaliação e leilão de bens e serviços de atendimento a clientes.

No início do mês, o BRB apresentou ao BC diversas alternativas para capitalização: a venda de carteiras de crédito de boa qualidade do Banco Master, um empréstimo com um consórcio de bancos, um empréstimo com o FGC (Fundo Garantidor de Créditos) e a criação de um fundo imobiliário com ativos do acionista controlador, o governo do DF.

O BRB tem um prazo de até 180 dias para implementar as ações apresentadas. Segundo relato feito à reportagem, as soluções de mercado são encorajadas pelo próprio BC. As carteiras de crédito originadas pelo BRB são vistas como oportunidade de negócio por algumas instituições financeiras, como a Caixa Econômica Federal.

O presidente do conselho de administração da Caixa e secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou nesta quarta que o banco federal está acompanhando a situação do BRB. Ele citou, inclusive, que há uma análise sobre uma possível oportunidade de negócio com uma eventual transação.

"Como qualquer instituição financeira há um acompanhamento da situação, preocupação com o que está acontecendo e até um olhar sobre uma eventual oportunidade de negócio, [...] Mas no momento não há nada concreto", afirmou.

Na quarta, o BRB propôs a seus acionistas um aporte de até R$ 8,86 bilhões para capitalizar o banco após prejuízo com ativos do Master. É o teto sugerido para aumento de capital social em proposta a ser votada em assembleia extraordinária no dia 18 de março.

A deliberação está condicionada à aprovação do projeto de lei apresentado pelo governo de Ibaneis Rocha (MDB), acionista controlador do banco, à Câmara Legislativa do Distrito Federal. O texto autoriza ao Executivo distrital a adoção de medidas destinadas à "recomposição, reforço ou ampliação do patrimônio líquido e do capital social" do banco.

Na última versão da proposta, apresentada nesta terça (24), está previsto um limite de R$ 6,6 bilhões para operações de crédito com o FGC ou com instituições financeiras.

A proposta também traz uma lista de nove imóveis que poderão ser vendidos, transferidos, usados como garantia em empréstimos ou na estruturação de fundos de investimento imobiliário. De acordo com o projeto, a alienação ou a exploração econômica das propriedades poderá ser realizada diretamente pelo DF ou pelo próprio BRB.

Em nota, a Secretaria de Economia afirmou que o BRB segue negociando soluções no mercado. "O envio do projeto demonstra que o GDF está disposto a colaborar na construção de alternativas que assegurem a estabilidade e a continuidade das atividades da instituição", disse.

"Como acionista controlador, o Distrito Federal tem o dever de zelar pela solidez patrimonial da instituição e assegurar o cumprimento dos requisitos prudenciais", acrescentou. (Folhapress)

STF adia para final de março julgamento sobre penduricalhos a servidores públicos

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, suspendeu na quarta-feira (25) o julgamento sobre duas decisões liminares (provisórias) que suspenderam o pagamento de penduricalhos salariais de funcionários públicos. Enquanto isso, as duas decisões concedidas recentemente pela corte sobre o tema seguem em vigor.

Fachin informou que a sessão sobre o assunto será retomada em 25 de março.

A retomada do julgamento seria iniciada com o voto de Flávio Dino, relator da ação. Em 5 de fevereiro, além da suspensão de verbas indenizatórias dos três Poderes, Dino cobrou do Congresso a edição de lei que regulamente quais verbas indenizatórias poderiam superar o teto.

O julgamento desta quinta também analisaria uma liminar de Gilmar Mendes, que suspendeu na segunda (23) os penduricalhos previstos em leis estaduais para integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Na decisão, o decano do STF fixou um prazo de 60 dias para que os tribunais e os Ministérios Públicos estaduais suspendam o pagamento de verbas indenizatórias instituídas com base em leis estaduais, os chamados penduricalhos.

"Não posso deixar de manifestar perplexidade quanto à desordem que vivenciamos no que diz respeito à remuneração dos agentes públicos de modo geral e, em particular, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público", afirmou o ministro.

"Dia após dia, são criadas inúmeras verbas travestidas de caráter indenizatório com o único objetivo de escamotear o manifesto descumprimento da Constituição Federal, notadamente do regime constitucional de subsídios."

Uma das diferenças entre as ações é que a liminar de Dino barrava pagamentos feitos sem base legal, seja por lei nacional, estadual ou municipal. A ordem de Gilmar considera que pagamentos feitos com base em leis estaduais não são válidos.

Na terça (24), Fachin discutiu com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a criação de uma regra de transição sobre o pagamento de penduricalhos.

Segundo interlocutores dos presentes à reunião, Motta e Alcolumbre sinalizaram que os 60 dias determinados pela corte para edição de uma lei sobre o tema é um prazo curto e praticamente inexequível, diante de outras prioridades do Legislativo e do calendário apertado pelo ano eleitoral. (Folhapress)

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ 44.673.382/0001-90

Relatório da Administração

Há 45 anos no Brasil, a Omint Saúde oferece soluções em planos médicos e odontológicos com excelência, apoiando empresas e áreas de Recursos Humanos na gestão estratégica de benefícios e na construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, produtivos e sustentáveis.

Com uma governança assistencial própria, a Companhia integra coordenação do cuidado, *people analytics* em saúde e inteligência médica para ampliar a previsibilidade, equilibrar custos e elevar a eficiência, mantendo o alto padrão de qualidade.

Em 2025, a Companhia ampliou seu portfólio com o lançamento de duas novas soluções nos planos médico e odontológico, fortalecendo sua proposta de valor e ampliando a competitividade. A Omint também reforçou sua agenda ESG por meio de parcerias estratégicas, como a colaboração com a plataforma de gestão de resíduos (Musa), no gerenciamento de resíduos e a adesão ao Mercado Livre de Energia, que viabilizou a operação da Vila Omint com fontes limpas e renováveis.

Como resultado desse conjunto de ações, a Omint Saúde apresenta uma trajetória consistente de crescimento, marcada pela expansão das vendas e pela elevada fidelização das empresas clientes, que permanecem em média nove anos.

Essa visão integrada demonstra como a coordenação do cuidado impulsiona resultados sólidos, contribui para a retenção de talentos e melhora a performance organizacional.

Cenário Econômico

Após três anos consecutivos de expansão, a economia brasileira apresentou desaceleração em 2025. Após registrar crescimento de 3,4% em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) perdeu fôlego, com expectativa de avanço de 2,26% no ano, refletindo um ambiente macroeconômico mais restritivo e desafios tanto no cenário doméstico quanto internacional.

A política monetária voltou ao centro do debate ao longo de 2025, com o Banco Central retomando o ciclo de aperto monetário diante das incertezas inflacionárias e fiscais. Em junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou o último ajuste do período, elevando a taxa Selic para 15% ao ano, o que reforçou o custo do crédito e contribuiu para a moderação da atividade econômica.

Apesar do ambiente de juros elevados, a inflação apresentou desempenho melhor do que o inicialmente projetado, configurando uma das surpresas positivas do ano. O índice encerrou 2025 em 4,26%, abaixo do teto da meta (4,5%), indicando um processo gradual de descompressão dos preços, ainda que acima do centro da meta, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mercado de trabalho, o desempenho seguiu em trajetória favorável. Em 2025, a taxa de desemprego atingiu os menores níveis desde 2012, evidenciando resiliência na geração de empregos formais e sustentação da renda, mesmo em um contexto de crescimento econômico mais moderado.

O câmbio, por sua vez, apresentou elevada volatilidade ao longo do ano. A moeda norte-americana iniciou 2025 acima de R$ 6,00, refletindo incertezas fiscais e externas, mas encerrou o período abaixo de R$ 5,50, impulsionada por maior fluxo cambial e melhora na percepção de risco.

No cenário internacional, a economia global foi impactada pela adoção de tarifas comerciais sobre exportações, movimento que afetou de forma relevante países emergentes. O Brasil esteve entre os mais impactados inicialmente, até que a posterior eliminação de tarifas adicionais para parte dos produtos brasileiros contribuiu para aliviar as pressões sobre o setor externo.

O ano de 2025 foi marcado por um contexto de ajuste e transição, caracterizado pela desaceleração do crescimento, política monetária restritiva, melhora relativa da inflação e resiliência do mercado de trabalho, em um cenário global mais desafiador.

Setor de Saúde

Em 2025, o setor de saúde suplementar consolidou-se como um dos pilares do sistema de saúde brasileiro, registrando marcos históricos que reforçam sua relevância econômica e social. De acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o segmento manteve trajetória de crescimento contínuo, ampliando de forma consistente sua base de beneficiários ao longo do ano.

Os planos de assistência médica encerraram dezembro de 2025 com 53,2 milhões de beneficiários. O segmento de planos exclusivamente odontológicos também registrou desempenho positivo, alcançando 35,5 milhões de usuários no mesmo período. Esse avanço reforça a consolidação da saúde integral como um componente estratégico das políticas de bem-estar, tanto no ambiente corporativo quanto na esfera individual.

Em termos regionais, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e o Distrito Federal foram os estados que apresentaram maior crescimento em números absolutos de beneficiários em planos de assistência médica. Nos planos odontológicos, os estados que registraram mais adesões foram São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

De forma geral, o cenário de 2025 reforça o papel estratégico do setor de saúde suplementar na sustentabilidade e na ampliação do acesso à saúde de qualidade.

Desempenho Econômico-financeiro

A Omint Saúde encerrou 2025 com um faturamento 18% superior ao registrado em 2024. A estratégia adotada nos últimos anos foi fundamental para sustentar esse crescimento, promovendo a geração de valor tanto para a companhia quanto para seus clientes.

Em 2026, a Omint Saúde seguirá investindo em iniciativas voltadas a experiências cada vez mais personalizadas, seguras e convenientes, reforçando seu compromisso com a inovação. Entre elas, destaca-se a nova jornada do corretor, que integra CRM, inteligência artificial e gamificação para engajar, capacitar e potencializar resultados. Estruturada em fases de ativação, desenvolvimento e performance, a jornada contará com acompanhamento automatizado e consultivo.

Esses movimentos continuarão impulsionando o crescimento sustentável da Companhia e ampliando o valor entregue à organização e aos seus stakeholders.

Destinação dos Lucros

Conforme estatuto, o lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: (a) 5%(cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja o montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Operadora; (b) 1% (um por cento) do lucro líquido auferido no exercício, ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas; e (c) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos atuou por meio de programas que apoiaram a estratégia, impulsionaram entregas e excelência operacional, promoveram a evolução na gestão de custos e contribuíram para iniciativas de atrativos.

Para isso foram realizados em 2025:

- Treinamentos presenciais e através da ferramenta de *e-learning*, com trilhas de desenvolvimento para 500 colaboradores. Os treinamentos foram direcionados para trilhas obrigatórias (Prevenção a Fraudes e ao Crime de Lavagem de Dinheiro e Gestão de Riscos), reciclagem de processos, segurança da informação, LGPD, qualidade de vida, saúde e prevenção, integração e outros diversos temas;

Total de horas de capacitação: 19.820 (dezenove mil, oitocentos e vinte horas)

- 500 ações de Comunicação Interna realizadas pelos canais: Portal Omint (intranet), TV's corporativas e Yammer (rede social corporativa), e informações enviadas regularmente pelo canal de e-mail corporativo.
- 38 ações do Programa de Qualidade de Vida, com participações nas frentes de Saúde e Esporte, com uma avaliação positiva de 94% na pesquisa de satisfação.
- Acompanhamento da produtividade e administração da rotatividade de nossos colaboradores.

As ações de Recursos Humanos são desenvolvidas para todas as empresas do Grupo Omint, incluindo a Omint Saúde.

No Grupo Omint, adotamos como prática a valorização das mulheres em nossas equipes, refletida no respeito e no reconhecimento profissional presentes no dia a dia. Promovemos a igualdade de oportunidades, reconhecendo competências e fortalecendo ambientes em que todas possam se desenvolver de forma justa e transparente.

Incentivamos a atuação das mulheres que lideram áreas e projetos, assegurando autonomia e ampliando seu protagonismo. Cultivamos espaços que favoreçam crescimento, desenvolvimento e atuação profissional consistente.

Nossa atuação é orientada por respeito, inclusão e equidade, garantindo que cada mulher tenha condições de expandir seu potencial e contribuir de forma significativa para o futuro da organização.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil	2024	2025
Líderes	55%	55%
Não líderes	74%	74%
Proporção da remuneração total entre gênero no Brasil por nível hierárquico	**2024**	**2025**
Líderes	34%	34%
Não líderes	75%	75%

Responsabilidade Social

As ações de Responsabilidade Socioambiental são apoiadas pelo Programa de Qualidade de Vida, que tem como finalidade construir uma jornada de sustentabilidade, voluntariado, inclusão e saúde social. No ano de 2025, seguimos com o patrocínio Institucional do Grupo Omint ao Centro Assistencial Cruz de Malta. Além disso, foram realizadas ações de incentivo a doação de agasalhos e alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade, ações solidárias na Páscoa e no Natal, e atuação presencial com orientações sobre higiene bucal para crianças e adolescentes.

Ações educativas internas de condutas positivas (assédio), cooperação e suporte, comunicação, saúde emocional, incentivo ao esporte (academia interna, programa Wellhub, patrocínio de corrida), informações e lives com a conscientização de diversos temas ligados a saúde integral.

Governança e Conformidade Legal

A Administração declara que operações suspeitas identificadas são comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), em conformidade com o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, assegurando o cumprimento das obrigações legais relacionadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Agradecimentos

A Omint Saúde agradece aos acionistas pela confiança e apoio, indispensáveis para o desenvolvimento contínuo da Companhia. Aos médicos, dentistas e demais profissionais da saúde, centros de diagnósticos e hospitais credenciados, parceiros de negócios e, principalmente, aos nossos clientes, a quem procuramos retribuir com um atendimento que satisfaça suas necessidades de serviços de saúde de alta qualidade e conveniência. Expressamos também o reconhecimento aos nossos colaboradores pelo esforço que têm dedicado à Omint, levando-a a excelentes resultados e à constante melhoria de nossos serviços.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante		1.260.988	1.022.910
Disponível	4	4.979	8.871
Realizável		1.256.009	1.014.039
Aplicações Financeiras	5	1.239.043	997.026
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		562.397	426.100
Aplicações Livres		676.646	570.926
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		11.549	11.082
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	6.1	7.135	9.356
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.2	4.414	1.726
Créditos Tributários e Previdenciários	7	3.140	3.008
Títulos e Créditos a Receber	8	2.241	2.875
Despesas Antecipadas		36	48
Não Circulante		51.894	47.165
Realizável a longo prazo		42.731	41.854
Créditos Tributários e Previdenciários	7	18.920	18.920
Títulos e Créditos a Receber	8	559	81
Ativo Fiscal Diferido	7	13.398	12.926
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	9.854	9.927
Imobilizado	10	9.122	5.257
Imobilizado de Uso Próprio		4.336	4.018
Imobilizações em Curso		212	–
Outras Imobilizações		4.574	1.239
Intangível	10	41	54
Total do ativo		**1.312.882**	**1.070.075**

Passivo	Notas	2025	2024
Circulante		478.373	363.296
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		337.698	304.540
Provisões de Prêmios/Contraprestação Não Ganha		402	455
Provisão para Remissão		55	136
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		120	71
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	11	177.897	138.081
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		159.224	165.797
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	12	15.310	13.506
Receita Antecipada de Contraprestação		14.016	6.092
Comercialização sobre Operações		1.294	6.986
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		–	428
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	19.366	16.542
Débitos Diversos	14	105.999	28.708
Não Circulante		30.419	31.982
Provisões para ações judiciais	15	30.419	31.982
Patrimônio líquido		804.090	674.797
Capital social	16	53.889	53.889
Reservas		750.201	620.908
Reserva para Variação de Coberturas		731.170	–
Outras Reservas		19.031	620.908
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.312.882**	**1.070.075**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2025	2024
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**3.196.464**	**2.723.290**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		3.252.026	2.760.644
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	18a.	3.251.945	2.760.560
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		81	84
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	18b.	(55.562)	(37.354)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos		**(2.520.031)**	**(2.289.603)**
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	18c.	(2.526.604)	(2.253.885)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		6.573	(35.718)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		**676.433**	**433.687**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	18d.	20.530	29.216
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18d.	1.512	1.379
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(9.067)	(4.907)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	18d.	(5.456)	(2.141)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	18d.	(3.611)	(2.766)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	18d.	(12.405)	(10.914)
Resultado Bruto		**677.003**	**448.461**
Despesas de Comercialização	18e.	(144.730)	(139.941)
Despesas Administrativas	18f.	(185.831)	(199.868)
Resultado Financeiro Líquido	18g.	**161.878**	**100.138**
Receitas Financeiras		163.161	101.335
Despesas Financeiras		(1.283)	(1.197)
Resultado Patrimonial		**80**	**(34)**
Receitas Patrimoniais		237	245
Despesas Patrimoniais		(157)	(279)
Resultado antes dos impostos e participações		**508.400**	**208.756**
Imposto de Renda	18h.	(119.535)	(55.519)
Contribuição Social	18h.	(44.305)	(20.359)
Impostos Diferidos	18h.	472	6.384
Participações sobre o Lucro		(14.329)	–
Resultado Líquido		**330.703**	**139.262**
Quantidade de ações		53.889.032	53.889.032
Lucro por ação		6,14	2,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Investimentos/Realizar	Reserva para Variação de Coberturas	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	53.889	887	–	509.880	–	–	564.656
Distribuição de Lucros	–	–	–	(26.700)	–	–	(26.700)
Resultado Líquido	–	–	–	–	–	139.262	139.262
Transferências para Reserva de Lucros	–	–	–	139.262	–	(139.262)	–
Outros Ajustes	–	–	–	(1.028)	–	–	(1.028)
Transferências para Reserva Legal	–	–	6.963	(6.963)	–	–	–
Dividendos Obrigatórios	–	–	–	(1.393)	–	–	(1.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53.889	887	6.963	613.058	–	–	674.797
Saldo em 01 de janeiro de 2025	53.889	887	6.963	613.058	–	–	674.797
Distribuição de Lucros	–	–	–	(63.000)	–	(63.440)	(126.440)
Resultado Líquido	–	–	–	–	–	330.703	330.703
Reserva de Investimentos/Lucros	–	–	–	7.366	–	(7.366)	–
Reservas Estatutárias	–	–	–	(550.128)	731.170	(181.042)	–
Reserva Legal	–	–	3.815	–	–	(3.815)	–
Dividendos a Pagar	–	–	–	–	–	(71.771)	(71.771)
Dividendos Obrigatórios	–	–	–	70	–	(3.269)	(3.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	53.889	887	10.778	7.366	731.170	–	804.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado líquido	330.703	139.262
Resultado abrangente	**330.703**	**139.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Direto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	3.275.008	2.804.925
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	2.495.264	2.081.413
(+) (Resgate) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	7	7
(+) Outros Recebimentos Operacionais	27.484	1.014
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(2.484.498)	(2.228.354)
(-) Pagamento de Comissões	(143.567)	(121.232)
(-) Pagamento de Pessoal	(58.395)	(51.666)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(6.378)	(6.243)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(39.775)	(34.924)
(-) Pagamento de Tributos	(235.186)	(122.890)
(-) Pagamento de Aluguel	(18.266)	(14.402)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(12.136)	(7.833)
(-) Aplicações Financeiras	(2.605.142)	(2.200.700)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(63.116)	(68.518)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**131.304**	**30.597**
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado	237	245
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(8.993)	(4.377)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(8.756)**	**(4.132)**
Atividades de financiamento		
(-) Distribuição de lucros	(126.440)	(26.700)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(126.440)**	**(26.700)**
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	**(3.892)**	**(235)**
CAIXA – Saldo Inicial	8.871	9.106
CAIXA – Saldo Final	4.979	8.871
Ativos Livres no Início do Exercício	579.797	427.886
Ativos Livres no Final do Exercício	681.625	579.797
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – Recursos Livres	**101.828**	**151.911**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Omint Serviços de Saúde S.A. (Companhia ou Operadora), localizada na Rua Franz Schubert, nº 33, no bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo, tem por atividade a intermediação na prestação de serviços médicos, hospitalares, odontológicos, e serviços associados a saúde, sejam de ordem profissional, técnica, tecnológica, de investigação ou de desenvolvimento, a serem executados por pessoas naturais ou jurídicas, devidamente habilitadas para prestar tais serviços, no país ou no exterior, a administração de planos de saúde e a participação em outra sociedade, na qualidade de sócia, cotista ou acionista.

A Operadora é integrante do Grupo Omint, cuja composição do capital social está demonstrada na nota 16a.

A autorização para a conclusão destas demonstrações pela Diretoria foi realizada em 26 de fevereiro de 2026.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Foram observados os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pela ANS, bem como as normas específicas da Agência.

A elaboração seguiu o plano de contas definido pela Resolução Normativa RN nº 528/2022 e os critérios de comparabilidade previstos no CPC 26 (R1).

A partir de 1º de janeiro de 2023, foram aplicadas as alterações ao CPC 26 relativas à divulgação de políticas contábeis. Tais alterações não modificaram as políticas adotadas, mas ajustaram a forma de apresentação, que passou a exigir a evidenciação de políticas materiais em substituição às significativas, com orientação adicional sobre a aplicação da materialidade.

Com base nessa atualização, a Administração revisou suas políticas contábeis e promoveu ajustes nas notas explicativas, de modo a assegurar que as informações divulgadas sejam úteis e específicas para a compreensão das demonstrações financeiras.

Todas as informações apresentadas refletem exclusivamente os dados relevantes utilizados pela Administração na condução de suas atividades. Além disso, a Administração entende que a Companhia dispõe de condições para manter suas operações no futuro e não identifica incertezas relevantes que possam comprometer a continuidade dos negócios. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional.

2.1. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS; e
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

2.2. Moeda funcional e Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As informações são comparativas com exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício no próximo período contábil:

- Nota 3b e 5 – Instrumentos financeiros (aplicações financeiras)

O reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros envolvem julgamentos relevantes quanto à classificação contábil e intenção de manutenção, além de estimativas relevantes relacionadas à determinação do valor justo com base em premissas de mercado (taxas de juros, risco de crédito e liquidez).

- Nota 7 – Créditos tributários e previdenciários

O registro de créditos tributários e previdenciários requer julgamentos relevantes sobre a probabilidade de realização futura e interpretação da legislação, bem como estimativas relevantes ligadas às projeções de geração de lucros tributáveis e prazos de compensação.

- Nota 3h e 11 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

O reconhecimento das provisões técnicas requer julgamentos sobre a adequação das metodologias atuariais e estimativas relacionadas a frequência e custo dos eventos, padrões de utilização dos serviços e prazos de liquidação. Alterações nas premissas adotadas podem impactar de forma relevante os valores provisionados.

- Nota 3i e 15 – Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)

A contabilização de contingências judiciais envolve julgamentos relevantes na classificação da probabilidade de perda e no momento de reconhecimento, além de estimativas relevantes na mensuração dos valores provisionados, baseados em pareceres jurídicos e evolução processual.

2.4. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora

O IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros, emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos, bem como contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária. A norma tornou-se aplicável a partir de 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Em 2021, por meio da Resolução Normativa nº 472/2021, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) formalizou que não recepcionará o IFRS 17 (CPC 50) para as operadoras de planos de saúde, razão pela qual tal norma não é aplicável à Operadora.

A Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 estabelece a substituição gradativa de tributos atuais pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS), com início de transição previsto para 2026. A Administração acompanha os desdobramentos regulatórios e normativos decorrentes da implementação, avaliando os potenciais impactos para o ano de 2026. Não foram identificados efeitos que demandem ajustes ou reclassificações nas demonstrações financeiras de 2025.

O IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, emitido em 2025 e convergido no Brasil pelo CPC 51, substituirá o CPC 26 (R1). A nova norma redefine a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com foco na Demonstração do Resultado e maior detalhamento das categorias de receitas e despesas, visando ampliar a comparabilidade e a utilidade das informações.

A Operadora aguarda posicionamento do regulador (Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS) para futura adoção, que poderá implicar em reclassificações e ajustes de apresentação.

A Operadora pretende adotar as demais normas aplicáveis quando houver a aprovação do órgão regulador.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalente de caixa

Compreendem numerário em caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição pela Companhia. Esses ativos são de alta liquidez, apresentam risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando registrados na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa', conforme Nota Explicativa nº 4.

b) Instrumentos financeiros (aplicações financeiras)

A classificação dos ativos financeiros é definida com base no modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão de seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa, conforme previsto no CPC 48 (IFRS 9).

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registrados pelo valor justo, que corresponde, em regra, ao preço da transação. Para ativos classificados ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado do período.

A carteira de investimentos da Companhia é integralmente composta por cotas de fundos de investimento exclusivos, classificadas ao valor justo por meio do resultado (VJR), refletindo o modelo de gestão adotado e a estratégia de acompanhamento contínuo pelo valor de mercado.

c) Redução ao Valor Recuperável (ativos financeiros)

A IFRS 9 (CPC 48) estabelece que as expectativas de perdas de crédito devem ser refletidas em todos os instrumentos financeiros de dívida. Para ativos classificados a Valor Justo através do Resultado (VJR) – categoria que compõe integralmente a carteira da Companhia -, este reconhecimento ocorre de forma implícita e em tempo real, uma vez que o valor justo já incorpora o prêmio de risco de crédito de mercado.

Desta forma, quaisquer deteriorações de crédito são automaticamente capturadas na mensuração e reconhecidas imediatamente no resultado, em estrita conformidade com a norma. No caso dos títulos públicos federais, trata-se de instrumentos com risco soberano considerado de inadimplência praticamente nulo, característica que já se reflete na sua precificação de mercado.

Embora a carteira da Companhia esteja integralmente enquadrada na categoria VJR, é importante destacar que a IFRS 9 prevê três estágios de risco de crédito para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):

Estágio 1: Ativos com risco de crédito baixo e estável (perda esperada de 12 meses);

Estágio 2: Ativos com aumento significativo do risco de crédito (perda esperada pela vida remanescente);

Estágio 3: Ativos com evidência de inadimplência (perda esperada pela vida remanescente, com juros apropriados sobre a base líquida).

A menção a esses estágios é feita apenas para fins de clareza conceitual e alinhamento às exigências normativas, ainda que não se aplique diretamente à carteira da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém práticas robustas de governança, com monitoramento contínuo baseado em ratings de mercado, análise de concentração e avaliação de contrapartes, em plena aderência às exigências de divulgação da IFRS 7.

d) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC

Conforme determina a Resolução Normativa RN nº 528/2022, a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é constituída, nos planos individuais com preço pré-estabelecido, pela totalidade do crédito do contrato, a partir da existência de uma parcela vencida há mais de 60 dias. Para todos os demais planos, pela totalidade do crédito do contrato, a partir da existência uma parcela vencida há mais de 90 dias.

e) Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment*, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado, sendo móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos de 5 anos.

f) Segregação entre Circulante e Não Circulante

A Operadora revisa periodicamente os valores registrados no ativo e passivo circulante na data de elaboração das demonstrações financeiras, visando reclassificar para o não circulante os montantes cuja realização ou liquidação seja esperada em prazo superior a 12 meses após a respectiva data-base. Para as demonstrações contábeis foram analisados também outros ativos e passivos que não possuem vencimentos como o saldo das provisões técnicas, créditos tributários, entre outros. Essa classificação observa os critérios estabelecidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em especial no que se refere à adequada segregação de ativos e passivos para fins de apresentação das demonstrações financeiras.

g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda do exercício e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que excede R$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa-RN nº 574/2023 e alterações posteriores.

i) *Provisão de Prêmio ou Contraprestação Não Ganhas (PPCNG)*

A provisão para contribuições não ganhas (PPCNG) corresponde ao rateio diário – "pró-rata" dia das contribuições a decorrer, relativamente ao período de cobertura do risco. Os valores constituídos são apropriados ao resultado no último dia do mês, cuja vigência tenha iniciado.

ii) *Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL e PESL SUS*

A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL representa o montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela Operadora. A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL SUS representa os ressarcimentos ao SUS que são registrados mediante avisos de beneficiários identificados (ABI), notificados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados por prestadores de serviços até a data do encerramento do exercício.

iii) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e (PEONA) SUS*

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. A provisão é calculada pelo Método do Desenvolvimento dos Eventos Avisados, utilizando "triângulos de *run-off*" e "sinistralidade esperada", que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, observado o período de 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. A Operadora adota a metodologia de cálculo indicada pela ANS.

iv) *Provisão para Remissão*

A provisão para remissão é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, utilizando-se como metodologia o "Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura".

v) *Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC*

A provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada. Conforme cálculos atuariais realizados em 31 de dezembro de 2025, a Operadora não apresentou insuficiência. A Operadora adota a metodologia de cálculo indicada pela ANS.

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Omint SAÚDE

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de Reais)*

vi) *Teste de Adequação de Passivo – TAP*
Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as operadoras de planos de saúde consideradas de grande porte (acima de 100.000 beneficiários) devem realizar o Teste de Adequação de Passivo – TAP.
A ANS, através da RN 528 de 29 de abril de 2022, definiu os requisitos mínimos para serem utilizados no teste, tais como: segregação da carteira por modalidade de contratação, estimativa do fluxo de caixa limitado a 8 anos, utilização da tábua BR-EMS, os fluxos de caixa deverão ser descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA
A Omint segregou a carteira em contratos com Planos Individuais/Familiares, Planos Coletivos Medicina e Planos Coletivos Odontológicos, para cada grupo foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Os parâmetros médios utilizados foram:

Carteira	Tábua BR-EMS	Taxa de decremento a.a.	Reajuste (1)	VCMHO (2)	Desp. Adm.	Desp. Com.	ETTJ
Individual	por sexo	3,47%	10,48%	7,80%	1,4%	0,0%	Anbima- PRÉ-FIXADA
Coletivo Medicina	por sexo	21,90%	6,37%	5,11%	11,2%	5,2%	Anbima- PRÉ-FIXADA
Coletivo Odontologia	por sexo	24,98%	2,78%	-0,80%	8,7%	5,2%	Anbima- PRÉ-FIXADA

(1) Não contempla o efeito do reajuste por alteração de faixa etária, pois o mesmo já está incluído na curva de crescimento da receita em função da idade.
(2) Não contempla o efeito da idade, pois o mesmo já está incluído na curva de crescimento do custo em função da idade.

Parâmetros mínimos para a elaboração do TAP:
• Cálculo da estimativa do número de expostos – Foram aplicadas as taxas da tábua e de decremento da carteira (saída sem ser por óbito) a partir do mês base;
• Cálculo do faturamento anual – Foi calculado a partir da multiplicação do número de expostos, receita por faixa etária e taxa de reajuste anual;
• Cálculo do custo assistencial anual – Foi calculado a partir da multiplicação do número de expostos, custo por idade (calculado a partir de uma função de ajuste linear, polinomial e/ou exponencial) e taxa anual de variação dos custos;
• Cálculo das despesas administrativas e comerciais foram calculadas a partir da multiplicação das taxas pelo faturamento; os impostos foram calculados multiplicando as taxas pelo resultado bruto da operação;
• Os resultados líquidos obtidos para os próximos 8 anos foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ).
O teste de adequação de passivos realizado para a data base de 31 de dezembro de 2025, apresentou insuficiência de R$ 75,9 milhões para a carteira de Planos Individuais e/ou Familiares, mas o resultado global da Omint é positivo, compensado pelo bom desempenho da carteira de planos coletivos. Em consequência desse cenário, não foi necessária a realização de provisão.

i) Ativos e passivos contingentes (provisões)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25. As obrigações legais fiscais são reconhecidas independente da probabilidade de êxito das ações, conforme previsto no item 10.23.5 da Resolução Normativa RN nº 528/2022.
Ativos contingentes – Os ativos contingentes são registrados contabilmente quando transitado em julgado.
Passivos contingentes – São constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas.

j) Benefícios aos empregados
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.
A Omint fornece ao seu quadro de colaboradores benefícios como: plano de saúde e odontológico aos funcionários e dependentes, seguro de vida e vale refeição.

k) Apuração do resultado
(i) *Receitas operacionais de saúde* – As receitas decorrentes dos planos de assistência médico-odontológico são contabilizadas pelo regime de competência e de acordo com a vigência do risco.
(ii) *Custos médicos* – Os custos de atendimento médico-odontológico dos planos de assistência são contabilizados no resultado de acordo com a notificação de aviso dos eventos.
(iii) *Receita operacional com prestação de serviço odontológico* – A receita decorre de prestação de serviços de assistência odontológica e está sendo contabilizada pelo regime de competência.
(iv) *Resultado financeiro* – É formado pelas receitas e despesas incorridas no período, reconhecidas pelo regime de competência. Compreende, principalmente, os rendimentos de aplicações financeiras, receitas de juros, variações monetárias, atualização de créditos tributários e descontos comerciais, refletindo a remuneração dos ativos e o custo dos passivos financeiros.

4 DISPONÍVEL – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2025	2024
Banco Conta Corrente	2.036	870
Caixa e Equivalente de Caixa	2.943	8.001
Total	4.979	8.871

Os valores de caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente a Fundos de Investimentos não exclusivos, com prazo de resgate inferiores a 90 dias.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por categoria
Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos da Omint Saúde, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da companhia naqueles fundos.

Ativos	Hierarquia de valor justo	Aging: Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Classificação: Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor justo (G)	Ganho/Perda não realizado (G)	Total: 31/12/2025 (E)	%	31/12/2024 (H)	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		**210.779**	**599.570**	**8.166**	**420.528**	**1.239.043**	**1.239.043**	**1.239.043**	**1.239.043**	**100%**	**997.026**	**100%**
Fundos de Investimento Exclusivos		**210.779**	**599.570**	**8.166**	**420.528**	**1.239.043**	**1.239.043**	**1.239.043**	**1.239.043**	**100%**	**997.026**	**100%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	38.232	530.822	–	–	569.054	569.054	569.054	569.054	46%	462.943	46%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	7.212	4.847	–	12.059	12.059	12.059	12.059	1%	11.152	1%
Cotas de Fundos de Investimentos	2	–	–	–	414.741	414.741	414.741	414.741	414.741	33%	311.716	31%
Operações Compromissadas	2	139.750	–	–	–	139.750	139.750	139.750	139.750	11%	107.069	11%
Títulos Privados – Debêntures – FIDC – L.F. – CDB	2	32.797	61.536	3.319	8.345	105.997	105.997	105.997	105.997	9%	107.204	11%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	(2.558)	(2.558)	(2.558)	(2.558)	(2.558)	0%	(3.058)	0%
Total		**210.779**	**599.570**	**8.166**	**420.528**	**1.239.043**	**1.239.043**	**1.239.043**	**1.239.043**	**100%**	**997.026**	**100%**

b) Hierarquia do valor justo
A tabela anterior apresenta os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, classificados conforme a hierarquia do CPC 46 (IFRS 13). Essa hierarquia reflete a relevância dos inputs utilizados na mensuração, conforme segue:
• Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
• Nível 2: Inputs, exceto os preços incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
• Nível 3: Inputs, não observáveis, utilizados para mensurar o valor justo de ativos ou passivos quando não há dados de mercado disponíveis;
Não houve transferências relevantes entre os níveis da hierarquia de valor justo nos exercícios apresentados.

c) Taxa de juros contratada
A Administração acompanha a rentabilidade de seus investimentos utilizando como principal referência a variação das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em conformidade com a Política de Investimentos do Grupo. A carteira é composta integralmente por cotas de fundos de investimento.

d) Movimentação das aplicações financeiras

	2025	2024
Saldo no início do exercício	**997.026**	**798.163**
Aplicações	2.605.142	2.200.700
Resgates	(2.495.264)	(2.081.413)
Rendimento	157.993	96.409
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(25.854)	(16.833)
Saldo no final do exercício	**1.239.043**	**997.026**

e) Garantia das provisões técnicas

	2025	2024
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	562.397	426.100
Total ativos garantidores	**562.397**	**426.100**
Provisões técnicas		
Provisões de Prêmios/ Contraprestação Não Ganha	402	455
Provisão para remissão	55	136
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	159.224	165.797
Provisão para SUS	120	71
Provisão de eventos avisados a liquidar em até 30 dias	172.299	130.045
Provisão de eventos avisados a liquidar em mais de 30 dias	5.598	8.036
Total a ser coberto	**337.698**	**304.540**
Suficiência de cobertura	**224.699**	**121.560**

6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

6.1. Contraprestação pecuniária/prêmio a receber

a) Composição dos saldos

	2025	2024
Pessoa jurídica	13.686	14.637
Pessoa física	2.578	2.086
Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(9.129)	(7.367)
Total	**7.135**	**9.356**

b) Idade dos saldos

	2025	2024
A vencer de 1 a 30 dias	59	101
Vencidos de 1 a 30 dias	5.029	7.282
Vencidos de 31 a 60 dias	1.590	1.407
Vencidos de 61 a 90 dias	553	581
Vencidos há mais de 90 dias	9.033	7.352
Subtotal	16.264	16.723
Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(9.129)	(7.367)
Total	**7.135**	**9.356**

6.2. Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde
Composição dos saldos

	2025	2024
Participação dos beneficiários em eventos	2.366	1.558
Outros créditos de operações com plano de saúde	2.048	168
Total	**4.414**	**1.726**

7 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2025	2024
IRPJ e CSLL a compensar (*)	1.977	44
ISS – PMRJ	1.163	2.929
Créditos Lei 10.833 (*)	–	35
Total ativo circulante	**3.140**	**3.008**
	2025	**2024**
Outros créditos tributários e previdenciários (**)	18.920	18.920
Impostos de renda diferido (IRPJ) – Diferenças Temporárias (***)	9.851	9.504
Contribuição social diferida (CSLL) – Diferenças Temporárias (***)	3.547	3.422
Total ativo não circulante	**32.318**	**31.846**
Total	**35.458**	**34.854**

(*) Referem-se a antecipações e saldo negativos de impostos e contribuições. (**) São compostas por Impostos Federais (IRPJ e CSLL – questionamento de créditos e compensação de Perdcomp – RS 6.072) e dedução de IRPJ – Incentivo PAT – R$ 12.848.
(***) Referem-se a provisões contingenciais, provisões para perdas (PPSC) e outras provisões não dedutíveis.

Impostos diferidos
Conforme o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal de ativos e passivos. Essas diferenças temporárias são mensuradas aplicando-se as alíquotas vigentes à data das demonstrações financeiras, considerando a expectativa de realização dos ativos e liquidação dos passivos.
A Companhia não possui ativos fiscais diferidos originados de prejuízos fiscais ou bases negativas de CSLL, mantendo saldos exclusivamente relacionados a:
• provisões e estimativas não deduzidas no período (diferenças temporárias dedutíveis),
• ativos e passivos cujo tratamento fiscal diverge da norma contábil.

As diferenças temporárias são revertidas conforme o curso normal das operações e não apresentam incertezas relevantes quanto à sua realização.
Os saldos de impostos diferidos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:

	2025	Movimentação	2024	Movimentação	2023
Diferenças temporárias					
Provisão para perdas sobre créditos	13.576	3.611	9.965	2.554	7.411
Provisão para contingências tributárias	5.914	–	5.914	518	5.396
Provisão para contingências trabalhistas	1.069	436	633	(315)	948
Provisão para contingências cíveis	4.516	(1.999)	6.515	2.140	4.375
Outras	14.329	(661)	14.990	13.879	1.111
	39.404	**1.387**	**38.017**	**18.776**	**19.241**
Imposto de renda 15%, 10% de adicional de imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 9%	34%	34%	34%	**34%**	**34%**
Saldo	**13.398**	**472**	**12.096**	**6.384**	**6.542**

Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias
A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos foi elaborada com base nas informações jurídicas e operacionais disponíveis, refletindo a melhor estimativa da Administração quanto ao prazo provável de reversão das diferenças temporárias.
Para fins de divulgação e clareza das premissas utilizadas:
• **Provisão para perdas sobre créditos (PPSC):** expectativa de realização em até 2 anos, considerando o ciclo de recuperação e baixa de créditos;
• **Provisões trabalhistas:** expectativa de realização em até 1 ano, alinhada ao prazo médio de encerramento dos processos;
• **Provisões cíveis e tributárias:** apresentam prazos de realização incertos, uma vez que dependem de decisões judiciais em diferentes instâncias, não sendo possível estimar de forma confiável a data de realização ou reversão. Nesses casos, eventuais estimativas podem ser apresentadas de forma agregada em períodos ampliados.
A projeção está apresentada no quadro a seguir:

	R$
Diferenças temporárias	
2026	25.362
2027	3.611
2028 a 2035	10.431
	39.404

As contingências judiciais podem sofrer alterações relevantes conforme o andamento dos processos, podendo impactar a expectativa de realização apresentada.

8 TÍTULOS E CRÉDITOS À RECEBER

	2025	2024
Valores a Receber – adiantamentos	1.453	2.783
Outros Bens e Títulos a Receber	788	92
Total ativo circulante	**2.241**	**2.875**
	2025	**2024**
Títulos e créditos a receber	559	81
Total ativo não circulante	**559**	**81**
Total	**2.800**	**2.956**

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

A Omint Saúde está envolvida em ações judiciais, como autora ou ré, e este saldo se refere a depósitos efetuados para garantir as ações em discussão judicial, conforme segue:

	2025	2024
Fiscais	7.113	7.113
ISS	407	407
Tributos federais	6.706	6.706
Trabalhistas	868	813
Cíveis	1.873	2.001
Total	**9.854**	**9.927**

10 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

2025	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	6.773	(6.499)	274
Máquinas e Equipamentos	153	(19)	134
Equipamentos Proc. Dados	12.728	(10.079)	2.649
Móveis e utensílios	5.881	(5.647)	234
Veículos	1.585	(539)	1.046
Bens não depreciáveis	13	–	13
Imobilizado em andamento	212	–	212
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.621	(76)	4.545
Outras Imobilizações – Não Hospitalar/Odonto	27	(12)	15
Total	**31.993**	**(22.871)**	**9.122**

2024	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	6.717	(6.447)	270
Máquinas e equipamentos	67	(3)	64
Equipamentos proc. dados	11.486	(9.127)	2.359
Móveis e utensílios	5.816	(5.496)	320
Veículos	1.484	(479)	1.005
Bens não depreciáveis	13	–	13
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.213	(4)	1.209
Outras Imobilizações – Não Hospitalar/ Odonto	27	(10)	17
Total	**26.823**	**(21.566)**	**5.257**

b) Movimentação do imobilizado

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Proc. Dados	Móveis e utensílios	Veículos	Bens não depreciáveis	Imobilizado em andamento	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Outras Imobilizações	Total
Custo de aquisição										
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**6.701**	**–**	**10.989**	**5.780**	**1.335**	**13**	**189**	**–**	**27**	**25.034**
Aquisições	16	67	1.178	38	528	–	1.337	1.213	–	4.377
Baixa – doação/venda	–	–	(681)	(2)	(379)	–	(1.526)	–	–	(2.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**6.717**	**67**	**11.486**	**5.816**	**1.484**	**13**	**–**	**1.213**	**27**	**26.823**
Aquisições	56	86	1.258	70	495	–	3.620	3.408	–	8.993
Baixa – doação/venda	–	–	(16)	(1)	(394)	–	–	–	–	(415)
Transferências	–	–	–	–	–	–	(3.408)	–	–	(3.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.773**	**153**	**12.728**	**5.881**	**1.585**	**13**	**212**	**4.621**	**27**	**31.993**
Depreciação										
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**(6.396)**	**–**	**(8.864)**	**(5.287)**	**(312)**	**–**	**–**	**–**	**(8)**	**(20.867)**
Depreciação do exercício	(51)	(3)	(922)	(209)	(292)	–	–	(4)	(2)	(1.483)
Alienações	–	–	659	–	125	–	–	–	–	784
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(6.447)**	**(3)**	**(9.127)**	**(5.496)**	**(479)**	**–**	**–**	**(4)**	**(10)**	**(21.566)**
Depreciação do exercício	(52)	(16)	(968)	(155)	(297)	–	–	(72)	(2)	(1.562)
Alienações	–	–	16	4	237	–	–	–	–	257
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(6.499)**	**(19)**	**(10.079)**	**(5.647)**	**(539)**	**–**	**–**	**(76)**	**(12)**	**(22.871)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**274**	**134**	**2.649**	**234**	**1.046**	**13**	**212**	**4.545**	**15**	**9.122**

c) Composição do Intangível

	2025 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	2024 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Sistema de Computação	3.056	(3.038)	18	3.056	(3.025)	31
Marcas	23	–	23	23	–	23
Total	**3.079**	**(3.038)**	**41**	**3.079**	**(3.025)**	**54**

11 PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Provisão de eventos a liquidar

	2025	2024
Hospitais	118.750	87.751
Clínicas	28.337	23.939
Laboratórios	28.023	23.497
Outros	2.787	2.894
Total	**177.897**	**138.081**

b) Idade dos saldos – Provisão de eventos a liquidar

	2025	2024
A vencer	174.690	130.082
Vencidos de 1 a 30 dias	123	1.653
Vencidos de 31 a 60 dias	320	6.273
Vencidos de 61 a 90 dias	60	41
Vencidos de 91 a 120 dias	122	20
Vencidos há mais de 120 dias	2.582	12
Total	**177.897**	**138.081**

12 DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2025	2024
Contraprestação Recebido Antecipadamente – PJ	11.067	3.866
Contraprestação Recebido Antecipadamente – PF	2.949	2.226
Comercialização sobre operações	1.294	6.986
Operadoras de planos de assistência à saúde	–	428
Total	**15.310**	**13.506**

13 TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIEIS A RECOLHER

Descrição	2025	2024
PIS	580	329
COFINS	3.571	2.023
Impostos sobre serviços	3.099	2.685
Imposto de renda retido na fonte	980	2.156
INSS	63	1.439
FGTS	326	445
Outros tributos e encargos	2.501	2.335
Subtotal	**11.120**	**11.412**
Provisão para IRPJ – PAT	–	1.721
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Pagar	5.484	2.367
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Pagar	2.762	1.042
Total	**19.366**	**16.542**

14 DÉBITOS DIVERSOS

	2025	2024
Obrigações com pessoal	21.620	21.122
Fornecedores	6.370	4.759
Depósitos de beneficiários e de terceiros	1.190	1.227
Dividendos a pagar	71.771	–
Dividendos obrigatórios	4.592	1.393
Outros débitos a pagar	456	207
Total	**105.999**	**28.708**

15 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora está envolvida comoré ou como requerente em algumas ações trabalhistas, fiscais e cíveis. As obrigações legais e ações, cujas chances de perda são consideradas prováveis, estão provisionadas e totalizam 250 ações cíveis no montante de R$ 4.516 e 3 ações trabalhistas no montante de R$ 1.069, segue movimentação abaixo:

	Saldo – 2024	Principal	Reversão	Saldo no final do exercício 2025
Fiscais	24.834	–	–	24.834
Outras ações fiscais (Impostos Federais e Previdenciários)	24.834	–	–	24.834
Trabalhistas	633	2.056	(1.620)	1.069
Cíveis	6.515	–	(1.999)	4.516
Total	**31.982**	**2.056**	**(3.619)**	**30.419**

As outras ações fiscais que totalizam R$ 24.834, são compostas por:
1. Tributos Federais:
- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Trata-se de ação anulatória com Depósito Judicial, consequente de fiscalização da Receita Federal do Brasil, com probabilidade de perda possível e aguardando julgamento (compensação de Perdcomp – RS 6.072);
- Trata-se dedução de Incentivo Fiscal – PAT (Crédito de Imposto de Renda), com probabilidade de perda possível. Aguarda-se processamento e julgamento da Manifestação de Inconformidade da Omint. – R$ 12.848
2. Contribuição Previdenciária:
- Trata-se de mandado de Segurança para o reconhecimento da não incidência das Contribuições de Terceiros (Salário-Educação, Incra, Sebrae, Sesc e Senac) sobre a folha de salários a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 33/01 (INSS – R$ 5.312;
3. Outros valores discutidos administrativamente (R$ 602).

	Saldo – 2023	Principal	Reversão	Saldo no final do exercício 2024
Fiscais	19.522	5.425	(113)	24.834
Outras ações fiscais (Impostos Federais e Previdenciários)	19.522	5.425	(113)	24.834
Trabalhistas	949	1.385	(1.701)	633
Cíveis	4.375	2.214	(74)	6.515
Total	**24.846**	**9.024**	**(1.888)**	**31.982**

Para o ano de 2025 as ações, cujas chances de perda foram consideradas possíveis pelos assessores jurídicos não são valores de ações fiscais (possíveis) foram provisionadas em atendimento à Resolução Normativa RN nº 528/2022. Ao final do exercício, registram-se 1.062 ações cíveis no montante de R$ 15.579 e 4 ações trabalhistas no montante de R$ 938.

	2025	2024
Cíveis	15.579	4.775
Trabalhistas	938	188
Total	**16.517**	**4.963**

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

2025 Distribuição do Capital Social	Nº ações	R$	%
Villa Larroudet y Compañia S.A.	28.580.129	28.580	53,04
Cobo Cichero y Compañia S.A.	24.669	25	0,05
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.	25.284.234	25.284	46,91
Total	**53.889.032**	**53.889**	**100**

O capital social da operadora é de R$53.889 (2024 – R$53.889), totalmente integralizado, está distribuído entre os acionistas conforme composição abaixo:

2024 Distribuição do Capital Social	Nº ações	R$	%
Villa Larroudet y Compañia S.A.	28.580.129	28.580	53,04
Cobo Cichero y Compañia S.A.	24.669	25	0,05
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.	25.284.234	25.284	46,91
Total	**53.889.032**	**53.889**	**100**

b) Cálculo dos riscos
O cálculo dos riscos foi realizado considerando a RN 569, datada de 19 de dezembro de 2022, e foi elaborado utilizando os parâmetros descritos no Anexo III desta resolução. Foram aplicados os modelos convencionais de avaliação de risco, incluindo risco de subscrição, risco de crédito, risco operacional e risco de mercado, com dados específicos da Omint Saúde. Este cálculo levou em conta fatores e diretrizes estabelecidos para essa finalidade conforme resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Conforme ofício nº 194/2025/CESME/GEHAE/GGAME/DIORS/ANS, a ANS autorizou a Omint Saúde a continuar utilizando fatores reduzidos para o cálculo do capital regulatório a partir do primeiro trimestre de 2025.

	2025	2024
Patrimônio líquido	804.090	674.797
Ajustes Contábeis e Econômicos:	78	103
Capital base(I)	3.182	3.020
Capital de risco (II)	333.831	279.551
Capital de risco de subscrição	239.791	200.721
Capital de risco de crédito	16.675	14.120
Capital de risco de mercado	26.863	22.475
Capital de risco operacional	77.038	64.512
Capital mínimo requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (I) e (II)	**333.831**	**279.551**
Suficiência (PLA-CMR)	**470.181**	**395.143**

c) Destinação dos lucros – Estatuto Social
Reserva Legal
Do lucro líquido do exercício, será destinado 5% para constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social. Em 2025, a reserva foi constituída até o limite de 20% do capital.
Reserva para variação de coberturas
Após a destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal e para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, até 100% (cem porcento) do saldo, poderá ser destinado à reserva para variação de coberturas, mediante deliberação da Assembleia Geral, com a finalidade de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia e garantir a cobertura adequada aos associados diante de variações significativas de custos, receitas, oscilações de sinistros ou outros fatores que possam impactar a continuidade operacional.
O saldo da Reserva de Investimentos/Realizar de dezembro de 2024 e o resultado de janeiro a junho de 2025, foi transferido para a Reserva para Variação de Coberturas.
Reserva de investimentos
Existindo saldo de lucro líquido remanescente, mediante deliberação da Assembléia, poderá ser destinado até 100% (cem por cento) do lucro líquido remanescente à reserva de investimentos, cuja finalidade será prover fundos que garantam investimentos em atividades relacionadas com objeto social da Companhia.
Dividendos
- Dividendos obrigatórios
Conforme estatuto social, 1% do lucro líquido ajustado, na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, será destinado para pagamento do dividendo mínimo obrigatório.
– Outros dividendos
Foi deliberado em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), a distribuição de dividendos no total de R$ 198.211 conforme atas datadas de dois de janeiro de 2025, dez de novembro de 2025 e vinte e dois de dezembro de 2025. Deste montante, permanece a pagar o valor de R$ 71.771.
Cálculo – reserva legal

5% do Lucro Líquido ou até que atinja 20% do Capital Social da Companhia:	
Capital Social	53.889
Limite 20% Capital Social	**10.778**
Lucro 2025	330.703
5% Lucro do exercício	**16.735**
Reserva Legal 2025	**10.778**

Cálculo – dividendo obrigatório

1% do Lucro Líquido ajustado	
Lucro do exercício	330.703
(-) Reserva Legal constituída em 2025	(3.185)
Base para cálculo Dividendo Obrigatório	**326.888**
Dividendo Obrigatório 2025	**3.269**

17 PARTES RELACIONADAS

a) Kipp Serviços de Saúde e Odontologia Ltda.
A Kipp Serviços de Saúde e Odontologia Ltda., mantém contrato com a Omint e presta serviços odontológicos e clínicos a seus segurados. Os eventos são pagos pela Omint em bases mensais em razão do volume de serviços prestados. Em 2025, os serviços prestados pela Kipp contra a Omint totalizaram R$ 35.305 (R$ 35.686 em 31 de dezembro de 2024) e o saldo a pagar à Kipp em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 2.701 (R$ 2.594 em 31 de dezembro de 2024).
As empresas do Grupo Omint compartilham os serviços administrativos para a consecução de suas atividades, negócios e objetivos sociais, com o propósito de otimizar a utilização de recursos. Em 2025 a Kipp pagou pelos serviços compartilhados o valor de R$ 319 (R$ 324 em 31 de dezembro de 2024) a título de rateio de despesas.
b) Cinco de Mayo Empreendimentos Imobiliários Ltda.
A Omint Saúde pagou aluguel no valor de R$ 18.266 em 2025 (R$ 17.123 em 31 de dezembro de 2024) referente aos imóveis, a Cinco de Mayo Empreendimentos Imobiliários – Ltda., empresa do Grupo Omint. Em 2025 a Cinco de Mayo pagou pelos serviços compartilhados o valor de R$ 156 (R$ 152 em 31 de dezembro de 2024) a título de rateio de despesas.
c) Omint Seguros S.A.
Os contratos de seguro de viagem, acidentes pessoais e de vida em grupo dos funcionários e carteira de clientes do Grupo Omint foram contratados com a própria Seguradora.
O total de prêmio emitido na Omint Seguros contra a Omint Saúde em 2025 foi de R$ 12.459 (R$ 11.061 em 2024). O total de Sinistro avisados em 2025 foi de R$ 7.556 (R$ 6.230 em 2024).
Em 2025 a Omint Seguros pagou pelos serviços compartilhados o valor de R$ 592 (R$ 627 em 2024) a título de rateio de despesas.
Remuneração do pessoal-chave da administração
Conforme Estatuto Social, será fixado anualmente pela Assembléia Geral o valor global da remuneração dos membros do Conselho da Administração e da Diretoria, cabendo ao Conselho da Administração estabelecer o critério de sua distribuição. O total da remuneração do pessoal-chave da administração da Operadora em 2025 foi de R$ 19.592 (R$ 17.127 em 2024).

18 DETALHAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Contraprestações líquidas

	2025	2024
Planos individuais e familiares	531.984	482.100
Planos coletivos pré-estabelecidos	2.719.961	2.278.460
Total	**3.251.945**	**2.760.560**

b) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	2025	2024
PIS	(5.236)	(3.498)
COFINS	(32.221)	(21.529)
ISS	(1.611)	(1.197)
ISS judicial	(16.494)	(12.225)
Reversão de Tributos Diretos	–	1.095
Total	**(55.562)**	**(37.354)**

continua...

Omint SAÚDE

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de Reais)*

c) Eventos conhecidos ou avisados

	2025	2024
Rede credenciada	(1.931.139)	(1.693.878)
Rede credenciada – *Capitation*	(7.422)	(7.981)
Rede Indireta	(24.694)	(18.931)
Reembolsos a usuários	(563.171)	(532.906)
Ressarcimento ao SUS	(178)	(189)
Total	**(2.526.604)**	**(2.253.885)**

d) Outras receitas e despesas operacionais

	2025	2024
Outras receitas	22.042	30.595
Outras receitas operacionais de Planos de Assistência à Saúde	20.530	29.216
Receitas de Assist. Saúde não relacionada c/ Plano Saúde	1.512	1.379
Outras despesas	(21.472)	(15.821)
Outras despesas operacionais de plano de saúde	(5.456)	(2.141)
Provisão para perdas sobre créditos	(3.611)	(2.766)
Outras despesas operacionais	(12.405)	(10.914)
Total	**570**	**14.774**

e) Despesas de comercialização

	2025	2024
Comissão/Agenciamento – Individual	(616)	(1.715)
Comissão/Agenciamento – Coletivos Empresariais	(135.863)	(121.817)
Comissão/Agenciamento – Coletivos Empresariais Odonto	(8.251)	(16.409)
Total	**(144.730)**	**(139.941)**

f) Despesas administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal	(94.510)	(95.989)
Serviços de terceiros	(37.353)	(35.496)
Localização e funcionamento	(30.655)	(28.629)
Despesas com publicidade e propaganda	(14.443)	(12.163)
Despesas com contribuições e donativos	(203)	(303)
Tributos e taxas	(3.164)	(2.932)
Multas e acréscimos moratórios	(520)	(591)
Outras	(4.983)	(23.765)
Total	**(185.831)**	**(199.868)**

g) Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas com fundos de investimento	157.993	96.410
Juros sobre equivalentes de caixa	51	57
Atualização dos créditos tributários	443	1.041
Juros por recebimentos em atraso	3.811	2.609
Outras receitas financeiras	863	1.218
Receitas financeiras	**163.161**	**101.335**
Juros e multas sobre tributos	(58)	(116)
Descontos concedidos	–	(95)
Atualização monetária	(87)	(50)
Outras	(1.138)	(936)
Despesas financeiras	**(1.283)**	**(1.197)**
Total	**161.878**	**100.138**

h) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos impostos	494.071	208.755	494.071	208.755
Adições	28.862	34.693	28.862	34.693
Exclusões	(32.158)	(20.576)	(25.690)	(14.857)
Resultado fiscal do exercício	490.775	222.872	497.243	228.591
Tributo calculado pela alíquota oficial	122.497	56.114	44.752	20.573
(-) Recuperação créd. Imp. s/ lucro	(2.962)	(595)	(447)	(214)
Total dos impostos	**119.535**	**55.519**	**44.305**	**20.359**
(-) Imposto e contribuição diferidos	(347)	(4.694)	(125)	(1.690)
Alíquota efetiva	24%	24%	9%	9%

A Omint Saúde apresenta um resultado do período com diferenças temporárias relacionadas ao IRPJ e CSLL Diferida, totalizando R$ 472. Registrou-se o ativo fiscal diferido, considerando a alíquota de 25% do IRPJ Diferido (com um saldo de R$ 9.851 em 31/12/2025) e a alíquota de 9% da CSLL Diferida (com um saldo de R$ 3.547 em 31/12/2025), o qual será recuperável nos períodos futuros quando esses passivos forem dedutíveis para determinar o lucro tributável, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 e RN 435/18.

19 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A área de Gestão de Riscos da Omint Saúde está estruturada com o objetivo de identificar, classificar e mitigar, quando possível, os riscos, a fim de viabilizar a continuidade e a rentabilidade do negócio. As atividades da área de Gestão de Riscos estão pautadas nos requisitos estabelecidos pelo órgão regulador, e o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança, desde a Alta Administração até as áreas de negócios da Companhia.

Os riscos em espécie que são mapeados, classificados e eventualmente mitigados num processo mais granular de análise (os quais são denominados "fatores de riscos") são sempre vinculados a uma das cinco categorias de riscos a seguir descritas:

Risco operacional

O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos. As atividades da área de Gestão de Riscos realizadas no processo de identificação, classificação e avaliação dos controles contribuem para a mitigação do risco operacional na Companhia.

Risco legal e regulatório

Risco relacionado ao não cumprimento de leis, regulamentações, acordos ou padrões éticos aplicáveis, assim como o risco legal inerente às características dos produtos comercializados.

O setor de *Compliance* atua em conjunto com a área de Gestão de Riscos da Companhia para identificar leis e normas regulatórias que sejam aplicáveis à Omint e garantir, junto às áreas de negócio, a adequada aderência legal e regulatória às normas mapeadas.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações por contrapartes, bem como da redução do valor recuperável de ativos financeiros em função de rebaixamentos de classificação de risco. A gestão desse risco é conduzida em conformidade com as políticas corporativas de Investimentos e de Liquidez e ALM, contemplando diversificação da carteira, limites de exposição por emissor e exigência de ratings mínimos de crédito para as aplicações financeiras. Quando há mais de uma classificação para um mesmo título, prevalece a mais conservadora, reforçando a prudência no processo decisório.

A governança é centralizada nos comitês competentes, responsáveis por supervisionar a adequação da carteira de investimentos aos limites de risco definidos e por deliberar sobre medidas a serem adotadas em caso de rebaixamentos de rating. A composição atual das carteiras, predominantemente em títulos públicos federais destinados à cobertura de obrigações técnicas, é considerada de risco de crédito insignificante.

Periodicamente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse, considerando cenários históricos e projeções macroeconômicas, incluindo variações de taxas de juros e inflação. Os resultados subsidiam o planejamento estratégico, a alocação de ativos e a adoção de medidas preventivas, assegurando solidez financeira, solvência e aderência às melhores práticas internacionais de gestão de riscos.

2025	AAA	AA	A	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	2.036	2.036
Equivalente de caixa	–	–	–	2.943	2.943
Títulos Públicos Federais	718.860	–	–	–	718.860
Títulos Privados	72.975	15.585	1.374	14.852	104.786
Cotas de Fundos de Investimentos	–	–	–	415.397	415.397
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	–	–	–	11.549	11.549
Exposição máxima ao risco de crédito	**791.835**	**15.585**	**1.374**	**446.777**	**1.255.571**

2024	AAA	AA	A	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	–	–	870	870
Equivalente de caixa	–	–	–	8.001	8.001
Quotas de Fundos de Investimentos	981.746	9.918	4.168	1.194	997.026
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	–	–	–	11.082	11.082
Exposição máxima ao risco de crédito	**981.746**	**9.918**	**4.168**	**21.147**	**1.016.979**

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos, em decorrência de descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando diferentes modedas e prazos de liquidação de ativos e passivos.

O Grupo mantém estrutura dedicada ao monitoramento e controle desse risco, sob responsabilidade da área de Tesouraria e Investimentos, em consonância com a Política de Liquidez e ALM aprovada pela Administração.

O objetivo da gestão de liquidez é assegurar que os recursos disponíveis sejam suficientes para atender ao vencimento projetado dos compromissos, prevenindo descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos financeiros.

A governança desse processo é exercida pelos Comitês de Riscos e de Controles Internos, que periodicamente avaliam o cumprimento das estratégias de liquidez estabelecidas. Adicionalmente, o caixa é monitorado diariamente, com reportes regulares à Administração e à Diretoria responsável.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos centrais do gerenciamento de riscos é a compatibilização entre os fluxos de caixa de ativos e passivos. Os investimentos financeiros são conduzidos com foco em qualidade, diversificação, liquidez e retorno, de modo a otimizar a relação entre taxa, risco e retorno e assegurar a cobertura dos compromissos assumidos.

As estratégias adotadas levam em consideração níveis de risco aceitáveis, prazos de vencimento, sensibilidade a taxas de juros e inflação, liquidez, limites de concentração por emissor e avaliação do risco de crédito, em conformidade com a Política de Investimentos e a Política de Liquidez e ALM do Grupo. As estimativas utilizadas para mensurar os valores e prazos de pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas pelas áreas técnicas e pela Diretoria Financeira. Por sua natureza, tais estimativas envolvem julgamento e podem impactar diretamente a eficiência do balanceamento entre ativos e passivos.

O processo de *Asset-Liability Management* (ALM) é monitorado de forma contínua pela Diretoria Financeira e pelos comitês competentes, que aprovam periodicamente metas, limites e condições de investimento. Esse processo inclui análises de sensibilidade e testes de estresse, assegurando a adequação do casamento entre ativos e passivos, a resiliência frente a diferentes cenários de mercado e a conformidade com os padrões contábeis e regulatórios vigentes.

2025	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	–	4.979	–	4.979
Aplicações financeiras	–	420.528	818.515	1.239.043
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	11.490	–	59	11.549
Créditos tributários e previdenciários	–	3.140	–	3.140
Bens e títulos a receber	–	2.241	–	2.241
Despesas antecipadas	–	36	–	36
Total do ativo circulante	**11.490**	**430.924**	**818.574**	**1.260.988**
Passivo circulante				
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(3.207)	(159.681)	(174.690)	(337.578)
SUS	–	(120)	–	(120)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	–	–	(15.310)	(15.310)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(19.366)	(19.366)
Débitos diversos	–	–	(105.999)	(105.999)
Total do passivo circulante	**(3.207)**	**(159.801)**	**(315.365)**	**(478.373)**

2024	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	–	8.871	–	8.871
Aplicações financeiras	–	312.909	684.116	997.025
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	10.982	–	101	11.083
Créditos tributários e previdenciários	–	3.008	–	3.008
Bens e títulos a receber	–	2.875	–	2.875
Despesas antecipadas	–	48	–	48
Total do ativo circulante	**10.982**	**327.711**	**684.217**	**1.022.910**
Passivo circulante				
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(8.000)	(166.388)	(130.081)	(304.469)
SUS	(71)	–	–	(71)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	–	–	(13.506)	(13.506)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(16.542)	(16.542)
Débitos diversos	–	–	(28.708)	(28.708)
Total do passivo circulante	**(8.071)**	**(166.388)**	**(188.837)**	**(363.296)**

Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de flutuações adversas em variáveis como taxas de juros, câmbio e preços de ativos, que possam impactar os valores de ativos e passivos financeiros.

A gestão desse risco é realizada de acordo com diretrizes e limites definidos pela Administração, em consonância com a Política de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo, abrangendo identificação, avaliação e monitoramento contínuo das exposições.

No que se refere à carteira de investimentos, a Companhia acompanha regularmente os efeitos de variações nas taxas de juros, dado que parcela significativa dos ativos está atrelada ao CDI.

São elaboradas análises de sensibilidade, considerando cenários de choques positivos e negativos nas taxas, de forma a estimar os potenciais impactos sobre o resultado financeiro e o patrimônio líquido. Essas análises são revisadas periodicamente, assegurando que eventuais riscos sejam devidamente monitorados e considerados na estratégia de alocação de recursos.

Na atual configuração da carteira, a Administração avalia que a Companhia não possui exposição a riscos de mercado relevantes capazes de afetar materialmente sua posição financeira, mas mantém processo contínuo de acompanhamento e simulação de cenários como medida preventiva de gestão.

• Análise de Sensibilidade a Juros

Em atendimento ao CPC 40 e IFRS 7, a Companhia realiza análises de sensibilidade com variações paralelas de ±100 pontos-base nas curvas de juros, com o objetivo de estimar os impactos potenciais sobre o resultado financeiro e o patrimônio líquido, considerando a exposição efetiva das carteiras.

Na configuração atual, a Administração entende que não há exposição a riscos de mercado capaz de comprometer de forma relevante sua posição financeira. Permanecem, contudo, práticas contínuas de monitoramento, testes de estresse e simulações de cenários adversos, em conformidade com as exigências normativas e melhores práticas contábeis.

Cenário	Variação do CDI	Impacto no Resultado (R$)
Alta acentuada	200 bps	25
Alta moderada	100 bps	12
Taxa base (15%)	0 bps	–
Queda moderada	-100 bps	(12)
Queda acentuada	-200 bps	(25)

Complementarmente, a Companhia acompanha sua exposição ao risco de mercado por meio do modelo de *Value at Risk* (VaR), calculado com base em série histórica de 250 dias úteis, correspondente a aproximadamente 12 meses, adotando nível de confiança de 95% e horizonte temporal de um dia útil.

Veículo de Alocação	2025 *VaR*	2025 Patrimônio	2024 *VaR*	2024 Patrimônio
Fundo Córdoba	42	211.704	70	175.934
Fundo Mendoza	492	289.325	237	237.392
Fundo Bariloche	176	146.736	175	116.514
Fundo Pilar	48	240.276	88	217.020
Fundo Recoleta	281	350.692	400	250.166
Itaú Judicial	–	310	–	–
Total		**1.239.043**		**997.026**

O gerenciamento do ambiente de Controles Internos tem como premissa a de que os riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos do Grupo devem ser identificados e avaliados considerando a probabilidade de ocorrerem e os impactos sobre os negócios, inclusive sobre a imagem da Companhia, caso se materializassem.

No Grupo Omint, a cultura de controles internos é amplamente promovida, destacando-se a importância da mitigação de riscos em consonância com a complexidade das operações. Para isso, foram definidos métodos e controles adequados que asseguram o cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como a aderência às políticas e aos procedimentos internos.

Tecnologia da informação

O Grupo Omint reconhece que a informação e os recursos de tecnologia utilizados em seu tratamento são ativos estratégicos. Por isso, adota a Segurança da Informação como parte essencial de suas práticas corporativas, com a convicção de que tais medidas agregam valor à Companhia, fortalecem sua credibilidade e reputação, e asseguram a proteção dos investimentos de seus principais acionistas.

Risco de subscrição

O risco de subscrição refere-se à possibilidade de a Operadora incorrer em perdas financeiras decorrentes de falhas na adequada precificação dos planos de assistência à saúde, da elevação da sinistralidade ou de oscilações nos custos dos serviços assistenciais. Esse risco origina-se, principalmente, da discrepância entre as premissas atuariais adotadas na definição das contraprestações pecuniárias e os custos reais dos atendimentos prestados aos beneficiários.

A Operadora adota políticas e metodologias específicas para mitigar o risco de subscrição, incluindo a revisão periódica das premissas atuariais, a implementação de mecanismos de controle da sinistralidade e a aplicação de medidas de regulação e auditoria sobre os serviços contratados. Complementarmente, são conduzidas análises preditivas e estudos estatísticos que subsidiam a adequada precificação dos produtos, assegurando que as reservas técnicas sejam suficientes para honrar os compromissos assumidos.

O gerenciamento desse risco é realizado com base em modelos estatísticos e atuariais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo a constituição e a manutenção das reservas técnicas obrigatórias, conforme as normativas vigentes.

O risco da Operadora é concentrado na região Sudeste.

• Sensibilidade ao risco de subscrição

A tabela abaixo apresenta o impacto estimado, antes dos impostos, no resultado e no patrimônio líquido, considerando uma variação de ±3% na sinistralidade:

Cenário	Resultado (Lucro)	Patrimônio Líquido
Base (Sem Variação)	330.703	804.090
-3% na Sinistralidade	406.304	879.691
+3% na Sinistralidade	255.102	728.489
Impacto da Variação (±3%)	±75.601	±75.601

20 CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**330.703**	**139.262**
Ajustes por:		
(+) Baixa imobilizado	3.566	1.803
(+) Depreciação	1.562	1.485
(+) Amortização	13	101
(+) Outras perdas	5.712	4.808
(+/-) Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(6.572)	35.717
(+/-) Variação da provisão de remissão	(80)	(84)
(+/-) Provisões de Prêmios/ Contraprestação Não Ganha	(53)	(72)
(+/-) Variação de crédito tributário diferido	(471)	(6.384)
(+/-) Variação de PPSC	3.611	2.766
(+/-) Variação de provisões e reversões	5.873	1.357
(-) Receita patrimonial	(237)	(245)
(-) Rendimento de aplicação financeira	(158.045)	(96.467)
(+/-) Juros, variação monetária e descontos	(254)	(117)
(+/-) Recuperação crédito imp. s/lucro	(1.687)	(810)
(+/-) Outros Ajustes	–	(1.028)
Diminuição (aumento) das contas do ativo		
Aplicações financeiras	(83.973)	(102.396)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(9.789)	(7.145)
Despesas diferidas	–	7.152
Bens e títulos a receber	156	(1.968)
Créditos tributários e previdenciários	1.809	2.328
Depósitos judiciais e fiscais	73	323
Despesas antecipadas	11	(2)
Aumento (diminuição) das contas do passivo		
Provisão de eventos a liquidar	39.866	28.338
Tributos e contribuições a recolher	2.823	(4.561)
Débitos de operações de assistência à saúde	1.803	5.728
Outras contas a pagar	2.321	14.929
Provisões para ações judiciais	(7.437)	5.779
Caixa líquido das atividades operacionais	**131.304**	**30.597**

21 OUTRAS INFORMAÇÕES

Os honorários de auditoria independente pagos em 2025 totalizaram R$ 448.

22 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Diretoria

André do Amaral Coutinho | **Eduardo Octaviano Filho** | **Eduardo Monteiro Lopes dos Santos** | **Cícero Venício Barreto de Souza**

Conselheiros

Juan Carlos Villa Larroudet | **Santiago Juan Villa Larroudet** | **Marcos Villa Larroudet** | **Felipe Villa Larroudet**

Contadora

Luiza de Marilac Freire Araujo – CRC 1CE 015.592/O-0 "T" SP

Atuário

Gilberto Mendonça de Oliveira – MIBA 2150

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores
Omint Serviços de Saúde S.A. | São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Omint Serviços de Saúde S.A. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omint Serviços de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

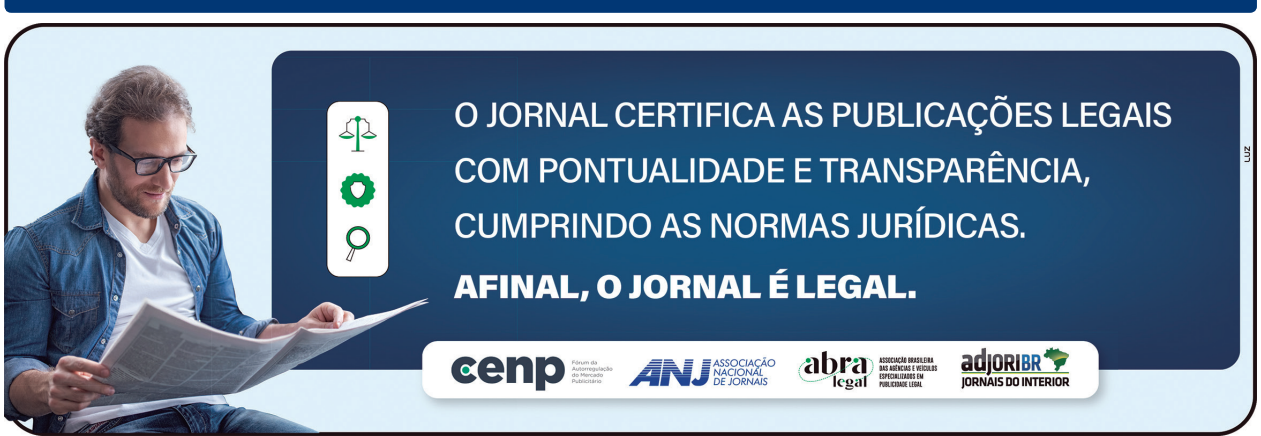
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC-2SP 027.685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC-SP 246.031/O-8



Chuva mata 55 pessoas e mobiliza oito frentes de resgate em Minas

A tragédia provocada pela chuva na Zona da Mata mineira contabiliza 55 mortes, segundo atualização divulgada na tarde da quinta-feira 26, pelo Corpo de Bombeiros. Ao todo, são oito frentes de trabalho em atuação, sendo seis em Juiz de Fora e duas em Ubá, com operações ininterruptas de busca e salvamento.

Em Juiz de Fora, o número de mortos chega a 49, com 11 pessoas ainda desaparecidas. Ao todo, 3 mil moradores estão desalojados e não há registro de desabrigados até o momento.

Em Ubá, foram confirmadas seis mortes e duas pessoas continuam desaparecidas. O município contabiliza 1,2 mil desalojados e 500 desabrigados.

Em Matias Barbosa, não há registro de mortes nem de desaparecidos. A cidade soma 810 desalojados e, até agora, não há desabrigados.

Em Juiz de Fora, os militares do 12º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado em Patos de Minas, atuam em uma frente de trabalho no bairro Esplanada, onde uma casa de três pavimentos desabou com cinco pessoas da mesma família. Até o momento, quatro corpos foram encontrados.

Celular para localização

A operação envolve uma força-tarefa integrada por equipes terceirizadas da prefeitura, que atuam com retroescavadeira e caminhão, além de técnicos da Anatel, responsáveis pelo rastreamento de sinais de celular na tentativa de localizar possíveis vítimas sob os escombros.

A equipe do canil de Varginha também está no local, auxiliando nas buscas. Neste momento, os militares concentram esforços em uma área previamente demarcada como de interesse pelas equipes de cães farejadores e pela Anatel.

O efetivo do 12º BBM é formado por oito militares, divididos em duas equipes: quatro atuam no período diurno e quatro no noturno. O sistema de revezamento garante que os trabalhos ocorram 24 horas por dia, de forma contínua e coordenada em todas as frentes de atuação. (Agência Brasil)

Foto/Tomaz Silva/Agência Brasil

Pedágios da Rota Mogiana terão redução de até 29% nas tarifas atuais com nova concessão

Foto/Divulgação/Governo de SP

A *redução das tarifas marca o início de um novo ciclo de modernização da malha rodoviária da região*

Com o leilão da Rota Mogiana confirmado nesta sexta-feira (27), a nova concessão começa com redução nas tarifas das praças atuais, com quedas que chegam a 29% em alguns trechos. A medida integra a política do Governo de São Paulo de padronização da tarifa quilométrica, que estabelece valor menor e uniforme por quilômetro percorrido em todo o Estado.

As maiores reduções ocorrerão em Jaguariúna (–29%), Águas da Prata (–27%) e Estiva Gerbi (–26%). Também terão queda nos valores Espírito Santo do Pinhal e Itobi (–20%), Casa Branca (–13%), Mococa (–9%) e Aguaí (–5%). Em nenhum caso haverá aumento nas praças existentes.

A tarifa quilométrica inicial será cerca de 20% menor que a atualmente praticada no contrato anterior, reduzindo distorções históricas entre concessões e garantindo maior equilíbrio tarifário entre regiões. A padronização é a base para a implantação do modelo de cobrança proporcional, no qual o usuário paga apenas pelo trecho efetivamente percorrido.

Além da redução na largada, o novo modelo amplia os benefícios ao motorista. Usuários frequentes terão descontos progressivos, que podem chegar a até 20% ao mês por pórtico. Motociclistas permanecem isentos de pagamento. O sistema prevê prazo de até 30 dias para quitação da tarifa antes da aplicação de penalidade.

A concessão também estabelece que novos pontos de cobrança só poderão iniciar operação após a execução das melhorias iniciais obrigatórias, com fiscalização da agência reguladora.

A redução das tarifas marca o início de um novo ciclo de modernização da malha rodoviária da região, que beneficiará aproximadamente 2,3 milhões de pessoas em 22 municípios do interior paulista.

Plano de investimentos

Com 520 quilômetros de extensão, a Rota Mogiana prevê investimentos estimados em R$ 9,4 bilhões ao longo do contrato, voltados à ampliação da capacidade e à melhoria da segurança viária.

Estão previstas duplicações de mais de 217 quilômetros em rodovias estratégicas, como SP-107, SP-215, SP-333, SP-338, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350. Também serão implantados 138 quilômetros de faixas adicionais e 86 quilômetros de novas vias marginais, promovendo maior fluidez do tráfego e redução do tempo de viagem.

O projeto inclui ainda a construção de 58 novas passarelas para pedestres e 129 novos dispositivos de interseção, além de vias locais, reforçando a segurança e a integração entre rodovias e áreas urbanas. Parte dessas definições foi incorporada a partir das contribuições recebidas durante o processo de consulta pública.

Com redução tarifária na largada e um amplo plano de investimentos, a Rota Mogiana combina menor custo ao usuário com modernização da infraestrutura, alinhando justiça tarifária, segurança viária e desenvolvimento regional. (Governo de SP)

Provão Paulista impulsiona participação recorde de alunos do Ensino Médio no Saresp

Foto/Divulgação/Governo de SP

A *maior média foi registrada entre os matriculados na 3ª série com 88,4% de frequência nas provas*

A participação dos estudantes do Ensino Médio da rede estadual paulista foi recorde no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). Em 2023, o Governo de São Paulo adotou o Provão Paulista Seriado para avaliação do último ciclo da educação básica e também para permitir a entrada dos alunos da rede pública nas Instituições Públicas Paulistas de Ensino Superior. Desde então, a participação dos estudantes da 1ª, 2ª e 3ª séries aumentou. Na edição 2025, a presença foi superior a 85,5%.

A maior média foi registrada entre os matriculados na 3ª série com 88,4% de frequência nas provas. O índice é 13,4 p.p. maior que há três anos, quando a política pública foi implantada na rede paulista.

"O aumento da participação confirma o engajamento da rede ao Provão Paulista Seriado. Em três anos, foram abertas mais de 46 mil vagas em cursos de graduação nas universidades públicas paulistas [USP, Unicamp, Unesp, Fatecs e Univesp]. Um bom desempenho nas provas garante a entrada nas instituições mais concorridas e bem avaliadas do Brasil. Neste ano, 97% das vagas da USP direcionadas ao Provão foram preenchidas", explica o secretário da Educação, Renato Feder.

Para o Ensino Médio, as provas são aplicadas de forma seriada e a nota final é calculada pela média das três edições. Os estudantes respondem às questões de todas as disciplinas do Currículo Paulista, incluindo língua portuguesa, matemática, química, física, história, geografia e língua portuguesa.

Por se tratar de um formato semelhante ao vestibular, não é possível aferir as notas do Provão Paulista de maneira comparativa e nem em série histórica.

As notas em língua portuguesa e matemática de estudantes da rede estadual de São Paulo aprovados no Provão se aproximaram bastante da média do Centro Paula Souza (Etecs) e Institutos Federais, instituições que mantêm processo seletivo de entrada no Ensino Médio.

"A gestão optou por priorizar a política de acesso ao ensino superior sem renunciar ao acompanhamento da aprendizagem. Dessa forma, o acompanhamento da evolução dos estudantes na 3ª série é feito hoje pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), instrumento aplicado a cada dois anos pelo Inep. Além disso, em 2025, pela primeira vez, a Secretaria avaliou também as disciplinas dos itinerários formativos do Ensino Médio da 2ª e 3ª séries — exatas, humanas e educação profissional técnica. Os resultados serão importantes para se ter um panorama geral e mais completo da aprendizagem de cada componente curricular", afirma Feder.

Sobre o avanço da educação paulista

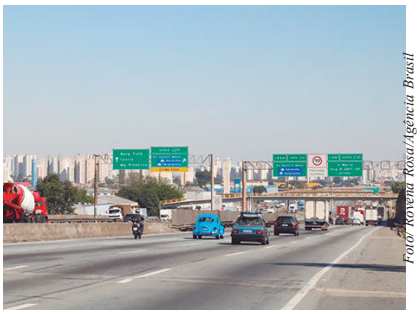
Em 2025, São Paulo alcançou o melhor desempenho da série histórica em matemática no Ensino Fundamental, com avanço no 2º, 5º e 9º anos, segundo dados do Saresp.

Os resultados consolidam a retomada do crescimento educacional no pós-pandemia, com melhora distribuída em todas as regiões do Estado.

Em língua portuguesa, o Ensino Fundamental também apresentou evolução nas médias e nos níveis adequado e avançado, especialmente nos anos finais, que voltaram ao patamar pré-pandemia. A frequência escolar chegou a 91,1% em 2025, quase 10 pontos percentuais acima de 2023. Isso significa que nove em cada dez alunos da rede estadual estiveram presentes em sala de aula em todos os 200 dias letivos.

Segundo a pasta, programas de incentivo e ampliação de oportunidades, como o Prontos pro Mundo, e a expansão do Ensino Médio Técnico reforçam a estratégia baseada em recomposição da aprendizagem, gestão orientada por dados e valorização do protagonismo estudantil. (Governo de SP)

Registros de roubos de veículos em São Paulo caem 41% em janeiro, segundo SSP


Foto/Rovena Rosa/Agência Brasil

Os registros de roubos de veículos no estado de São Paulo caíram 41% em janeiro, em comparação ao mesmo mês do ano passado. Foram 1.361 queixas no primeiro mês de 2026 ante 2.312, no mesmo período de 2025.

É a primeira vez em 26 anos que o número de carros, motos e caminhões roubados no estado fica abaixo dos dois mil casos no mês de janeiro.

Os dados, divulgados na quinta-feira (26), são da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Os furtos de veículos caíram 12,9%, na mesma comparação: de 7.729 casos em janeiro de 2025 para 6.726 este ano. A marca foi a segunda menor da história para o mês.

De acordo com a SSP, as reduções podem ser explicadas por ações da polícia no combate aos desmanches ilegais e à receptação.

"Os roubos e furtos de veículos acontecem porque há quem compre essas peças. Por isso é tão importante asfixiar a cadeia logística das peças clandestinas e sufocar esse mercado ilegal", destacou o delegado Arnaldo Rocha, da 3ª Delegacia da Divisão de Investigações sobre Furtos, Roubos e Receptações de Veículos e Cargas (Divecar). (Agência Brasil)

Governo de SP libera R$ 9,5 milhões do FID para obras de mobilidade, meio ambiente e infraestrutura urbana em 12 cidades

O Governo do Estado de São Paulo liberou o total de R$ 9.533.917,94 do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) para 12 municípios paulistas. Os recursos, operacionalizados pela Secretaria da Justiça e Cidadania, serão aplicados em obras de mobilidade urbana, drenagem, infraestrutura ambiental, requalificação de espaços públicos e implantação de equipamentos de lazer e cultura.

A nova liberação reforça o papel estratégico do FID como instrumento de investimento direto nos municípios. Criado para financiar projetos de reparação de danos e proteção de interesses difusos e coletivos, como meio ambiente, patrimônio público, defesa do consumidor e qualidade de vida urbana, o Fundo transforma recursos oriundos de condenações judiciais e acordos firmados em ações civis públicas em investimentos concretos que beneficiam diretamente a população.

Nesta etapa, os projetos priorizam mobilidade ativa, sustentabilidade urbana, prevenção de danos ambientais e ampliação de áreas de convivência, fortalecendo a infraestrutura local e impulsionando o desenvolvimento regional.

Foto/Sedur-SP

Para o secretário da Secretaria da Justiça e Cidadania, Arthur Lima, os investimentos vão além da execução das obras. "Cada projeto financiado pelo FID transforma o recurso público em qualidade de vida. São investimentos que melhoram a mobilidade, fortalecem a infraestrutura urbana, preservam o meio ambiente e criam espaços de convivência. O impacto é direto no cotidiano das pessoas e no desenvolvimento das cidades contempladas", afirmou.

Arthur Lima também destacou que a liberação dos recursos reafirma o compromisso do Governo do Estado com a boa gestão pública. "Essa liberação de mais de R$ 9,5 milhões demonstra a determinação do governador Tarcísio de Freitas em garantir a aplicação responsável dos recursos públicos, fortalecendo as políticas municipais voltadas à infraestrutura, à sustentabilidade e ao bem-estar da população paulista", completou.

Os municípios contemplados nesta etapa são:

Piraju – Parque Linear da Matinha (R$ 827.316,52)

Planalto – Construção de banheiro, quadra de areia, minicampo, pista de caminhada, ciclovia e piso do estacionamento da Lagoa do Mico (R$ 800.893,40)

Pradópolis – Construção de praça (R$ 633.525,20)

Águas de São Pedro – Construção de ciclovia (R$ 733.207,38)

Rio das Pedras – Implantação de calçadas e ciclovia na Av. Elias Cândido Ayres (R$ 573.301,02)

Avaí – Construção de pista de caminhada e bike park (R$ 1.000.000,00)

Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Ciclovia da Avenida Hissagy Marubayashi (R$ 772.488,34)

Jaci – Pista de ciclismo e urbanização florestal (R$ 779.060,00)

Cardoso – Implantação do sistema de drenagem urbana (R$ 675.202,50)

Caiabu – Construção de ciclovia na Rua Henrique Pedro Ferreira (R$ 905.305,56)

Urupês – Espaço cultural (R$ 967.443,10)

Estância Turística de Ibitinga – Manutenção dos gabiões da Avenida Carolina Gereto Dall'Acqua (R$ 866.174,92)

A Secretaria da Justiça e Cidadania informa ainda que, em breve, será publicado um novo edital do FID, ampliando a oportunidade para que mais municípios apresentem projetos estruturantes voltados à proteção dos interesses difusos e à melhoria da qualidade de vida da população paulista. (Governo de SP)